

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE AS AMÉRICAS
PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – ESTUDOS
COMPARADOS SOBRE AS AMÉRICAS**

**ARGENTINOS E BRASILEIROS FRENTE AO ESTADO:
UM ESTUDO DE CULTURA POLÍTICA COMPARADA**

DANIEL JAIME CAPISTRANO

Brasília, novembro de 2008

Daniel Jaime Capistrano

**ARGENTINOS E BRASILEIROS FRENTE AO ESTADO:
UM ESTUDO DE CULTURA POLÍTICA COMPARADA**

Dissertação submetida à avaliação do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC/UnB), como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais

Orientador: Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro

Brasília, novembro de 2008

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE AS AMÉRICAS
PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – ESTUDOS
COMPARADOS SOBRE AS AMÉRICAS**

**ARGENTINOS E BRASILEIROS FRENTE AO ESTADO:
UM ESTUDO DE CULTURA POLÍTICA COMPARADA**

DANIEL JAIME CAPISTRANO

Banca examinadora:

Professor Doutor Henrique Carlos de Oliveira de Castro (Presidente) – CEPPAC/UnB

Professor Doutor Lúcio Remuzat Rennó Júnior – CEPPAC/UnB

Professora Doutora Maria Inez Machado Telles Walter – DATAUnB/UnB

Professor Doutor Moisés Villamil Balestro (suplente) – CEPPAC/UnB

Brasília, novembro de 2008

DEDICATÓRIA

*À Rosy e Hélio
meus maiores mestres*

AGRADECIMENTOS

Ao professor Henrique pela confiança, pela amizade, pelas massas ao molho pesto[:)], por suas idéias e, sobretudo, por mostrar o que um cientista pode ser e fazer ao desvendar o poder estabelecido entre os homens.

Às professoras Ana Maria Fernandes, Maria Inez Walter, Sônia Ranincheski, Moisés Balestro e Christian da Silva pelas aulas, pelos conselhos e pelo incentivo. Aos professores Lúcio Rennó e José Deocleciano Júnior pela contribuição valiosa à esse trabalho e à minha formação. À Alice, Jacinta e Ionne que sempre me ajudaram com simpatia e ternura durante esse período.

Aos brilhantes colegas com os quais tive a fortuna de conviver no CEPPAC e a quem devo grande parte do conhecimento adquirido por “osmose” durante o mestrado: Bruno, Camilo, Carol, Irmina, Luana, Márcia, Maru, Pederiva, Renata e Ticiania. Entre esses, agradeço em especial à Le-lyne, à Ludmila e ao Pedro pelos momentos divertidos e angustiantes compartilhados durante esse caminho.

À minha amiga Helena por me apoiar em todos as horas e pela companhia querida. À Raquel pela ajuda a enfrentar os momentos finais. À Melissa com a qual tive os mais ricos diálogos sobre valores. À Beth que contribuiu muito com as idéias iniciais desse trabalho. À Fernanda por suas reflexões críticas que minimizaram as falhas dessa dissertação.

Aos meus camaradas Rogério, Daniel, Allan, Pedro e Túlio por estarem mais presentes do que eles imaginam, mantendo a chama sempre acesa.

Aos grandes amigos de toda a vida Rafa, Aragão e Rapha.

Ao Osvaldo, Júnia, Marianna, Julia, Maria, Gabi e Emília por estarem nas melhores lembranças da minha vida acadêmica.

À minha família em Brasília: Rômulo, Ana, Cinthia, Erdman, Matheus e Lucas pelo que representam e pelo que fizeram por mim.

Aos meus pais e ao meu irmão que, mesmo distantes fisicamente, foram meu abrigo. Por fim, agradeço à minha pequenina Ester que alimenta com sua atitude e suas palavras a esperança que tenho de dias melhores.

RESUMO

A opinião e a orientação de argentinos e brasileiros em relação à política e ao Estado têm mudado nos últimos vinte anos? Transformações culturais, econômicas e políticas ocorridas nesse período sugerem que a cultura política nesses países tenha experimentado, também, alterações importantes. O presente trabalho apresenta algumas considerações sobre um aspecto dessa possível mudança, embasado em um estudo elaborado pelo cientista político Edgardo Catterberg que identifica, no caso argentino, uma combinação entre valores, atitudes e comportamentos mais ligados a um perfil “estatista” e outros correspondentes a um perfil “individualista” da cultura política.

A dissertação é construída em diálogo com a teoria sobre mudança na cultura política elaborada por Ronald Inglehart e testa sua validade para uma dimensão nos casos argentino e brasileiro. Para isso é realizada uma análise dos dados construídos pelo *World Values Survey* desde a década de 1980 até o ano de 2006. A pesquisa apresenta relações que corroboram a lógica de mudança na cultura política proposta por esse autor, contudo identifica um padrão estatista não previsto em suas teses sobre o pós-materialismo e sobre a trajetória do desenvolvimento humano. Padrão esse que pode ser explicado por aspectos históricos, sociais e políticos específicos dos países latino-americanos e pela hipótese de Edgardo Catterberg.

Palavras-chave: Cultura Política; América Latina; Mudança Política; Estatismo; Desenvolvimento Humano

ABSTRACT

The opinions and guidance of Argentines and Brazilians on politics and the state have changed over the last twenty years? Several economic, cultural and political changes during this period suggest that the political culture of these countries has also experienced a transformation. This work presents some considerations about a crucial aspect of this shift, based on a study developed by political scientist Edgardo Catterberg that identifies a combination of values, attitudes and behaviors more linked to a "statist" profile with others corresponding to a "individualistic" profile of political culture.

The thesis is based on a theoretical framework about political culture change developed by Ronald Inglehart and evaluate its validity for the Argentine and Brazilian cases. In an analysis of the data constructed by the World Values Survey from the 1980s until the year 2006, the research provides some evidences that confirms the logic of change in political culture proposed by the author, however identifies a statism pattern not expected in his thesis on post-materialism and on the human development sequence. This pattern could be explained by historical, social and political characteristics of Latin American countries and the assumption of Edgardo Catterberg.

Keywords: Political Culture; Latin America; Political Change; Statism; Human Development

Sumário

1 – Introdução	12
2 – Cultura Política e Cultura cívica.....	15
2.1 – O renascimento da Cultura Política.....	20
2.2 – O renascimento da Cultura Cívica.....	26
3 – O Problema da Modernização e a Matriz Sociopolítica Latino-Americana.....	33
3.1 – A idéia de modernização em Ronald Inglehart.....	34
3.2 – Teoria Social e Modernização na América Latina.....	38
3.3 – A Matriz sociopolítica latino-americana	43
4 – Estatismo e individualismo como elementos da cultura política.....	47
4.1 – O Estado pós-guerra.....	48
4.2 – Cultura Política e o “declínio” do Estado.....	50
4.3 – As raízes do estatismo e a tendência ao individualismo.....	53
5 – Alguns apontamentos de pesquisas empíricas.....	56
5.1 - Sobre o método.....	56
5.2 – Mudanças estruturais.....	59
5.3 – Visão geral sobre a cultura política pós-transição.....	69
5.4- Individualismo e Estatismo entre argentinos e brasileiros.....	79
6 – Conclusão: Uma cultura política em transformação na América Latina?	91
7 – Referências Bibliográficas.....	95

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Pré-requisitos Econômicos e Culturais da Democracia Estável.....	24
Figura 2 – Mudança Cultural.....	25
Figura 3 – A seqüência do desenvolvimento humano: Uma análise de trajetória.....	26
Figura 4 – Mapa cultural do mundo – 2000.....	29
Figura 5 – Bateria de itens Mercado vs. Estado.....	83
Figura 6 – Latinobarômetro: O Estado pode solucionar problemas.....	94

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Confiança Interpessoal por país.....	27
Gráfico 2 – Evolução do PIB real per capita por países e ano.....	35
Gráfico 3 – Evolução da taxa bruta de matrícula [...] 1980-1996.....	36
Gráfico 4 – Direitos Políticos na Argentina e no Brasil – Freedom House.....	60
Gráfico 5 – Liberdades Civis na Argentina e no Brasil – Freedom House.....	61
Gráfico 6 – PIB per capita em \$USD na Argentina e Brasil (1980 – 2007).....	62
Gráfico 7 – Inflação - média de preços ao consumidor [...] (1980 – 2007)	63
Gráfico 8 – Porcentagem de assinantes de telefonia celular na população (1995-2006).....	65
Gráfico 9 – Estimativa do percentual de usuários de internet na população (1997-2005).....	66
Gráfico 10 – Estimativa do percentual de usuários de internet na população (1997-2005).....	67
Gráfico 11 – Índice de Desenvolvimento Humano na Argentina e no Brasil (1970 – 2005).....	67
Gráfico 12 – WVS – Em que medida se interessa por política, por país (onda).....	70
Gráfico 13 – WVS – Em que medida a política é importante, por país (onda).....	70
Gráfico 14 – WVS- Ação Política: participar de abaixo-assinados, por país (onda).....	72
Gráfico 15 – WVS–Pertencimento e participação em organizações.....	73
Gráfico 16 – WVS–Percentual de confiança em algumas instituições do Estado.....	76
Gráfico 17 – WVS-Opinião sobre ter um sistema político democrático.....	77
Gráfico 18 – WVS-Qualidades importantes a serem ensinadas aos filhos.....	79
Gráfico 19 – WVS-Escala Schwartz.....	81
Gráfico 20 – Boxplot de Propriedade do governo ou privada por país (onda).....	86
Gráfico 21 – Boxplot de Propriedade do governo ou privada por coorte.....	87
Gráfico 22 – Boxplot da distribuição do índice de estatismo.....	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Satisfação com a vida por país (1a. Onda do WVS).....	28
Tabela 2 – Análise Fatorial das variáveis do mapa cultural de Inglehart e Welzel.....	30
Tabela 3 – Taxa de alfabetização entre a população adulta na Argentina e no Brasil.....	64
Tabela 4 - Ano e tamanho da amostra das pesquisas do WVS.....	69
Tabela 5 – WVS- Análise Fatorial da Escala Schwartz.....	80
Tabela 6 – Coeficientes de regressão para Índice de Individualismo.....	83
Tabela 7 – WVS-Análise fatorial da bateria de questões Mercado X Estado.....	86
Tabela 8 – WVS-Matriz de correlação de Pierson para dois itens de estatismo.....	86
Tabela 9 - Coeficientes de regressão para índice de estatismo.....	90
Tabela 10 – Matriz de correlação de Pearson dos indicadores de individualismo.....	91
Tabela 11 – Matriz de correlação de Pearson para Estatismo.....	93

1 – Introdução

A internacionalização da economia, os avanços e a popularização das tecnologias de informação e comunicação, a universalização do ensino básico, a mudança da estrutura etária, a globalização e as reformas institucionais são fenômenos importantes da história recente de diversos países ocidentais, inclusive da maioria dos países latino-americanos. Baseado nos trabalhos do cientista político Ronald Inglehart (1990, 1998, 2005), é possível observar que nesses mesmos países vêm ocorrendo uma transformação na orientação, nos valores e nas atitudes políticas gerais dessas populações

Para alguns autores as mudanças estruturais citadas foram marcantes em quase todos os países do globo, ocorreram de maneira semelhante e são responsáveis por criar uma determinada tendência de orientação nos “rumos” políticos de cada país e na transformação da cultura política. Ou seja, parte-se do pressuposto de que determinadas variáveis explicativas (características dos processos de modernização) são semelhantes em todos os países e, portanto, existe uma tendência generalizada à formação de uma cultura política cujas características são as mais apropriadas ao regime democrático. Como será exposto nesse estudo, tais perspectivas podem ser encontradas em trabalhos de influentes autores da teoria política contemporânea como Francis Fukuyama (1992), Robert Putnam (2002) e Ronald Inglehart e Christian Welzel (2005).

Dessa forma, o presente trabalho partiu da seguinte interrogação geral que orientou o estudo das questões suscitadas pelo debate teórico:

- Como se deu a transformação dos valores, orientações e atitudes de brasileiros e argentinos em relação ao papel do Estado no período pós-transição?

Esse estudo utilizou os casos de Argentina e Brasil como espaços exemplares desses acontecimentos na América Latina devido às seguintes características: i) são os maiores países em extensão territorial e importância econômica do cone sul, ii) apresentam maior riqueza de dados de cultura política construídos nas últimas duas décadas, iii) representam as duas tradições colonizadoras da América Latina, o que em princípio facilitaria

a extensão das análises para outros países dessa região; e iv) apresentam características históricas, sociais, culturais e políticas em comum apropriadas a um estudo comparativo.

Como foi exposto no problema, o presente estudo tem o objetivo geral investigar a dinâmica da cultura política de dois países latino-americanos nos últimos vinte anos. Para tal, foram determinados os seguintes objetivos específicos:

- Revisar o debate teórico a respeito da cultura política e da questão da mudança na cultura política;
- Revisar as reflexões clássicas realizadas sobre a história social e política desses países e a influência da tradição histórica sobre a cultura política dos mesmos;
- Identificar as principais mudanças estruturais comuns ocorridas nesses países;
- Analisar os dados construídos por pesquisas de cultura política sobre os países selecionados;
- Verificar a existência de um padrão de transformação da cultura política em relação ao papel do Estado por meio de dados empíricos;
- Localizar as interpretações sugeridas por este estudo nas reflexões produzidas especificamente sobre os países selecionados e a literatura sobre mudança na cultura política de modo geral.

Para alcançar os objetivos propostos, o trabalho foi dividido em cinco partes que propõem uma discussão teórica a respeito dos “rumos” na mudança da cultura política latino-americana e testar empiricamente de que forma algumas proposições dos diversos autores citados explicam o atual momento da cultura política latino-americana.

O segundo capítulo analisa o conceito de cultura política e os principais trabalhos e estudos dessa área das últimas décadas. A questão da mudança na cultura política, trazida principalmente pelos trabalhos de Ronald Inglehart, é vista com especial atenção, pois trata-se do tema que será trabalhado nos capítulos seguintes.

O terceiro capítulo trata de uma literatura que é negligenciada em trabalhos de cultura política mas que traz contribuições para a compreensão de valores, atitudes e

orientações dos indivíduos em relação à política. Recorrer ao que poderia se chamar de “pensamento social” latino-americano é fundamental para complementar as lacunas criadas pela análise de cultura política em relação ao processo de modernização e ao contexto histórico e social da América Latina. Como os trabalhos que se encaixariam na idéia de “pensamento social latino-americano” são diversos e muito numerosos, foram escolhidos entre os estudos considerados clássicos, aqueles que tratam mais diretamente dos aspectos da cultura política que são objetos desse trabalho.

O quarto capítulo expõe a tipologia “individualismo-estatismo” utilizada para análise da cultura política presente nesse trabalho. Tal tipologia, também utilizada pelo cientista político Edgardo Catterberg, cria uma descrição sistemática de valores, atitudes e comportamentos mais ligados a um perfil “estatista” e outros correspondentes a um perfil “individualista” da cultura política. A hipótese assumida no trabalho é exposta com maiores detalhes nesse capítulo.

O quinto capítulo apresenta breves considerações sobre a metodologia utilizada e a pesquisa empírica baseada em dados construídos pelo *World Values Survey* e outros levantamentos de cultura política. Esta parte se debruça primeiramente sobre dados relacionados às mudanças estruturais ocorridas nas últimas três décadas no Brasil e na Argentina, depois apresenta alguns resultados de análises dos “valores básicos” nesses países e, por fim, realiza uma avaliação de resultados de questões voltadas para a compreensão da dimensão estatista da cultura política.

O último capítulo expõe algumas considerações finais a respeito da pesquisa empírica e do problema de pesquisa. Os resultados apontam que a hipótese do trabalho não deve ser descartada, e que alguns aspectos da cultura política dos dois países selecionados não são considerados no debate acadêmico dentro da ciência política.

2 – Cultura Política e Cultura cívica

Por que considerar o que as pessoas pensam em relação a política em uma análise dos fenômenos políticos? Qual a importância de valores, atitudes e orientações na explicação dos processos políticos de uma determinada sociedade? Muitos cientistas sociais têm atentado para a importância de se investigar a cultura política, mas comumente esse conceito tem sido utilizado de maneira pouco produtiva ao servir como um instrumento de comparação entre regimes políticos de maneira normativa.

Como será argumentado nesse capítulo, a construção do conceito de “cultura política” tem sido feita de acordo com determinadas características de regimes políticos de sociedades específicas e vem sendo utilizado indiscriminadamente em análises das mais distintas sociedades sem a devida adaptação ou questionamento em relação à viabilidade de aplicação em realidades sociais e políticas diferentes.

Para alguns autores clássicos da teoria política como Montesquieu, Rosseau e Tocqueville, a ênfase na observação de costumes, práticas e normas sociais não-formais é fundamental em estudos de política ou de relações de poder de âmbito mais geral. A obra “*Democracia na América*” de Alexis de Tocqueville (1957, p. 303), por exemplo, faz um exame do cotidiano e da ação de homens comuns como elementos fundamentais para a interpretação do sistema político, como aponta o trecho a seguir:

Son particularmente las costumbres las que hacen a los americanos de los Estados Unidos, los únicos entre todos los americanos capaces de soportar el imperio de la democracia; y son ellas todavía las que hacen que las diversas democracias angloamericanas sean más o menos reglamentadas y prósperas.

Tal perspectiva pode ser considerada inovadora frente aos estudos políticos que até então se pautavam pela discussão de aspectos jurídicos ou filosóficos. Neste autor já está presente a idéia de que os comportamentos, as interpretações e as formas de pensar – “*les moeurs*” – presentes na sociedade civil constituem fatores decisivos para o surgimento e a estabilidade democrática. Tocqueville (1957, p. 314) expõe que “*entiendo por esa palabra [moeurs] el conjunto de disposiciones intelectuales y morales que los hombres llevan al estado de sociedad*”.

Da mesma forma, a teoria política contemporânea tem se esforçado para compreender o papel e a situação do indivíduo frente às relações de poder. Em 1956, o cientista político Gabriel Almond publica o artigo “*Comparative Political Systems*” onde sugere “como uma aplicação de certos conceitos antropológicos e sociológicos pode facilitar a comparação sistemática entre tipos de sistemas políticos em operação no mundo” (ALMOND, 1956, p. 391). Tal sugestão é substancialmente inovadora frente às perspectivas institucionalistas preponderantes que tornavam a ciência política muito mais próxima de disciplinas como a economia e o direito.

Como assume Almond, essa nova perspectiva surge das demandas do interesse acadêmico norte-americano em ampliar sua análise para incluir outras regiões além da Europa Ocidental e demandas de maior precisão em relação ao conhecimento sobre a realidade de outros países, visto que “o nosso [americanos] interesse internacional tem se expandido e se tornado mais urgente” (ALMOND, 1956, p. 391). É importante ressaltar que o contexto político dos Estados Unidos é determinado pelo final da II Guerra Mundial e início de uma concorrência em âmbito internacional entre duas propostas distintas de sistema político, uma capitaneada pelos Estados Unidos e a outra pela antiga União Soviética.

Não é possível deixar de considerar o contexto acadêmico, social e político do surgimento desse debate sobre cultura política dentro da ciência política. A proposta seminal de Almond (1956) só se tornou possível devido aos interesses da academia norte-americana em tratar de assuntos como processos e regimes políticos de outros países. Anteriormente a publicação desse artigo outros *surveys*¹ como o utilizado em trabalho de Willian Buchanan e Hadley Cantrill², patrocinado pela UNESCO, ou mesmo os *surveys* financiados pela *United States Information Agency – USIA*³ ocorridos no início da década de 1950.

Tal influência pode ser observada na seguinte passagem do livro de Benjamin Lippincot (1950, p. 223 *apud* BERNDTSON, 1987, p. 93), publicado pela UNESCO, em que o autor comenta a influência do contexto político sobre a produção acadêmica norte-americana na área de ciência política:

Regarding the conflict between communism and western democracy, political theory has an important task to fulfill. It has, in the first place, to bring to bear the wisdom

¹ Considera-se como “*survey*” nesse trabalho qualquer pesquisa social de natureza quantitativa.

² BUCHANAN, W.; CANTRIL, H. *How Nations See Each Other: A Study in Public Opinion*. University of Illinois Press, 1953.

³ http://www.gesis.org/en/data_service/eurobarometer/handbook/index.htm Acesso em: 23/08/2008

of Machiavelli, and the experience mankind with autocracy of the past; it has to bring home to the western mind the realities of power politics in the twentieth century. It has, in the second place, to reappraise the ideological heritage of the eighteenth century, the emphasis on good will and reason, the values that made possible Yalta and the failure to establish a geographical corridor between Berlin and western Germany. It has, in the third place to provide an analysis of freedom and political change, which is superior to the Marxian. This analysis must not only be based on a more profound view of man's nature, and a dynamic conception of history, but it must also be expressed in language that appeals to the conscience, as well as to the intelligence, of men throughout the world

O nascimento do conceito de cultura política esteve ligado a uma série de trabalhos que compuseram a chamada “*revolução comportamental*” da ciência política (CHILCOTE, 1997, p. 83). Essa corrente de estudos políticos passou a tomar forma a partir das décadas de 1950 e 1960, no campo da política comparada, e possuiu como característica fundamental uma ênfase no rigor metodológico e valorização da pesquisa empírica que para Chilcote (1997, p. 82) tratou-se de uma “...reação à especulação das teorias que ofereciam explicações, inferências e julgamentos baseados em normas ou regras e padrões arbitrários...”

Corroborando a influência do contexto político sobre essa abordagem comportamentalista localizada no ambiente acadêmico da ciência política norte-americana, João Feres Jr. (2001, p. 103) resgata o trabalho do cientista político Terence Ball⁴ mencionando que

Ball nota que por trás da rejeição aparente de julgamentos de valor há na produção intelectual dos behavioristas uma tendência para enaltecer uma versão conservadora do liberalismo americano e, ao mesmo tempo, caracterizar o comunismo como uma patologia psicológica e social. Guiados pelo imperativo da glorificação do modo de vida e forma de governo americanos, os cientistas políticos produziram diagnósticos que tentavam mostrar que mesmo os aspectos mais problemáticos da política americana eram de fato virtudes.

A despeito do conteúdo ideológico da publicação do artigo de Gabriel Almond ou da consolidação dessa corrente, constata-se que o ambiente acadêmico e político norte-americano foi decisivo para a existência de estudos comparativos relacionados ao regime político de outros países e esse fator é determinante para a análise dos vícios existentes em estudos como esses.

⁴ BALL, T. American Political Science in its Postwar Political Context. In : FARR, J. & SEIDELMAN, R. Discipline and History : Political Science in the United States. Ann Arbor : University of Michigan Press, 1993.

O trabalho de Gabriel Almond (1956), possui o mérito de propor uma análise mais abrangente do que a institucionalista tradicional presente até então. Resumidamente, a sugestão de uma nova abordagem fundamentada em conceitos sociológicos e antropológicos é baseada no argumento de que “*Todo o sistema político está inserido [embedded] em padrões de orientações para a ação política*” (1956, p. 391) e que a apreensão e a mensuração desses padrões de orientação para a política, a cultura política, é metodologicamente possível de ser realizada no nível individual e se apresenta como fundamental para o estudo de sistemas políticos comparados.

O primeiro trabalho empírico baseado em tal perspectiva foi *The Civic Culture* (ALMOND; VERBA, 1963), que utilizou como chave o conceito de cultura política e cultura cívica. Embora a idéia de cultura política fosse empregada desde o século XVIII, somente com esta obra pioneira de Almond e Verba o conceito passou a ser trabalhado de maneira sistemática. Dentre as razões para esse começo tardio dos estudos de cultura política, afirma Almond (1980), estão o avanço na metodologia estatística e das ciências sociais – como o *survey* – que proporcionaram novas possibilidades, inexistentes ou precárias até então, de estudos focados no indivíduo e o desenvolvimento das teorias sociais dos séculos XIX e XX que concorreram para o embasamento da cultura política na década de 60.

É importante notar que nessa fase inicial de produções acadêmicas relacionadas à cultura política, o eixo central de análise foi o conceito de cultura cívica. Uma das características mais marcantes dessas obras iniciais é o desvio da explicação, do conceito de cultura política, para a proposição de uma relação entre “cultura cívica” e democracia. A principal idéia defendida é a de que a cultura cívica, como uma forma específica de cultura política, seria a mais propensa ao surgimento e ao desenvolvimento estável de regimes democráticos.

Para demonstrar isto, Almond e Verba realizam um estudo em cinco países, identificando tipos específicos de cultura política que seriam combinações distintas de três “tipos puros”: cultura paroquial, cultura súdita e cultura participativa. A primeira seria caracterizada por uma estrutura de valores tradicionais, descentralizada, em que os indivíduos estão reduzidos à esfera particular. A cultura súdita é caracterizada por uma estrutura autoritária, marcada pela centralização, idealizada como um meio termo entre a completa

ausência do indivíduo em relação ao sistema político, na cultura paroquial, e o sentimento de completa inclusão na esfera pública, característico da cultura participativa.

No estudo publicado, o arranjo mais adequado ao surgimento e à manutenção estável de um regime democrático está na combinação de elementos da cultura participativa e da cultura súdita, denominada Cultura Cívica, cujos representantes empíricos mais próximos seriam os Estados Unidos e o Reino Unido. Portanto, a consagração do conceito de cultura política com a publicação da obra de Almond e Verba foi marcada, também, pelo forte apelo ao aspecto normativo. Após a publicação de “The Civic Culture”, diversos autores passaram a adotar a cultura política como um referencial teórico e metodológico para o estudo de fenômenos políticos. No entanto, este crescimento do campo, também foi acompanhado por uma forte onda de críticas. Como afirma Castro (2000, p.39),

A principal e mais séria crítica diz respeito aos pressupostos da obra *The Civic Culture*, ou seja, a postulação de um determinado tipo de cultura política como requisito necessário e absoluto para a constituição e consolidação da democracia, no caso, a cultura cívica existente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha.

Tais críticas acabaram por desqualificar o trabalho como um todo. Uma das questões mais polêmicas da proposta de *The Civic Culture* – a postulação de uma cultura política específica, a cultura cívica, para a existência de um regime político, a democracia – acabou por criar um determinismo cultural que foi associado ao arcabouço teórico e metodológico da cultura política.

Embora o estudo tenha centrado suas atenções sobre a defesa de uma determinada cultura como a mais “apropriada” ao regime democrático, a proposta de se estudar as atitudes e orientações individuais como parte relevante do arcabouço de explicação dos fenômenos políticos foi o grande mérito da obra de Almond e Verba. Essa proposta foi resgatada posteriormente por meio de análises mais apuradas que propuseram saídas ao determinismo de *The Civic Culture* e recolocaram o conceito de cultura política como uma proposta viável dentro da ciência política.

2.1 – O renascimento da Cultura Política

Apesar de seguidas críticas – em geral, críticas à cultura cívica – terem acompanhado o desenvolvimento dos estudos de cultura política na década de 1960, uma série de autores levou a frente esta proposta de maneiras distintas.

A questão da mudança, por exemplo, desde os primeiros desenvolvimentos teóricos é um desafio para os estudos de cultura política. Grande parte das críticas a este referencial teórico metodológico se concentra no fato de ser esta uma área inadequada para abordar de forma satisfatória a mudança política. Para Eckstein (2000, p. 307), “Existe uma boa razão para isto: as suposições da abordagem da cultura política, de fato, levam à expectativa de continuidade”. Herança de trabalhos inspiradores como os de Max Weber e Talcott Parsons, esta ênfase na continuidade e a dificuldade de se tratar a mudança política foram características marcantes da formação do conceito de cultura política.

Por ser tomada como uma das esferas mais insuscetíveis à mudança, a cultura política tem sido adotada como um arcabouço de explicação voltado, principalmente, para a continuidade. Como afirma Rennó (1997, p. 262), “O argumento principal dos estudos sobre o tema é de que apesar dos grandes esforços de indotrinação e manipulação por parte dos regimes, poucas mudanças ocorreram na cultura desses países”. Em parte, este é um dos principais trunfos desta corrente, pois a noção de que cultura política é uma variável autônoma em relação às estruturas políticas e econômicas, resgata a importância de se considerar esta variável como um fator decisivo.

Contudo, alguns esforços dentro desta corrente teórico-metodológica têm se concentrado sobre a mudança na cultura política. Rennó (1997, p. 262) também assinala que

Por outro lado, a mudança nos valores culturais sobre política implica no estudo das causas dessa mudança, o que permite avaliar as variáveis associadas à formação da cultura política. Permite, portanto analisar a influência da estrutura política na cultura política, confirmando a postura almondiana de considerar essa relação extremamente complexa.

Não somente a estrutura política, mas as estruturas social, econômica e cultural são influentes no processo de mudança. A grande questão, portanto, reside sobre os principais

fatores que acarretam a mudança. Muitos autores defendem a existência de causas e processos de transformação mais ou menos semelhantes em todos os países. No entanto, esta concepção tem encontrado muitas dificuldades, tanto no seu embasamento teórico quanto na sua aplicação em casos empíricos.

Em sua análise sobre a diferença entre a Alemanha Ocidental de 1959, participante do survey de Almond e Verba analisado em *The Civic Culture*, e a Alemanha Ocidental do final dos anos de 1970, David Conradt (1980) verifica algumas alterações na cultura política desse país. Embora estivesse comprometido com o deslocamento da cultura política alemã “em direção” à cultura cívica, Conradt (1980, p. 256) pauta sua argumentação por meio de quatro processos básicos que dão origem às mudanças em uma dada cultura política:

A maioria dos analistas [acadêmicos... estudam mudança política na Alemanha pós-guerra] tem focado as seguintes fontes de mudança: (1) socialização pós-guerra, particularmente como evidenciada pelos efeitos da variável idade; (2) a ausência de alguma alternativa confiável (crível) à democracia liberal; (3) modernização sócio-econômica do pós-guerra; e (4) desempenho do sistema.

Além disso, destaca um ponto essencial à discussão que se segue no presente trabalho de que “Até hoje, nenhum modelo compreensivo de mudança, que especifique o peso relativo e a inter-relação entre esses fatores, surgiu” (id;ibid).

Quando modelos compreensivos como este sugerido surgem, costumam subestimar especificidades políticas, econômicas e históricas. Esquemas de causalidade em estudos sobre mudança na cultura política tendem a enfatizar modelos generalistas dados ou a criar novos mecanismos que sejam aplicáveis a outras situações.

Embora tenham escrito em um momento particular da história mexicana de passagem pelo autoritarismo, Craig e Cornelliuss (1980), em uma revisão semelhante à de David Conradt, ressaltam a necessidade de se considerar as propriedades particulares do caso mexicano como fatores importantes da análise. Craig e Cornelliuss (1980, p. 382,383), após o estudo chegam à seguinte conclusão:

Finalmente, futuros pesquisadores de 'temas transnacionais', apreciando a inclusão do México em seus estudos, podem tomar consciência dos aspectos autoritários do sistema político mexicano. Poderia se argumentar que o sistema mexicano pode ser comparado, de forma mais produtiva, com outros regimes ‘autoritários’ ou

‘autoritário-corporatistas’ na América Latina, Sul da Europa, ou os sistemas democráticos estáveis Afro-asiáticos

Pode-se afirmar, como será detalhado no capítulo seguinte, que mais frutífera ainda é a análise, tanto individual quanto em perspectiva comparada, de casos que possuam raízes histórico-sociais semelhantes e que estejam inseridos em contextos sociais, econômicos e culturais similares.

Um dos autores mais influentes dessa retomada dos estudos de cultura política foi Ronald Inglehart. Esse cientista político norte-americano traz à tona no final da década de 1970 a discussão sobre cultura política e mudança na cultura política de forma explícita, incorporando o que ele mesmo denomina como uma “teoria revista da modernização” (INGLEHART, 1990). Para Inglehart, a revolução industrial e a revolução francesa que criaram as bases materiais e ideológicas para crescimento e o estabelecimento do capitalismo marcaram o início de uma época em que o pensamento marxista foi “aplicável” para a maioria das sociedades do globo⁵. As teses de Marx a respeito do funcionamento da economia como uma matriz determinante das relações políticas, culturais e sociais dos homens foi predominante, pois o sistema capitalista proporcionou um ambiente em que as relações eram, de fato, dominadas pelo capital.

No entanto, este é somente o ponto de partida de seu trabalho. O empenho inicial de reflexão está voltado para a compreensão de situações em que essa relação, característica das sociedades modernas, é defrontada com novos fatores e passa a funcionar de maneira diferente. Como observa Inglehart (1990), existe uma tendência forte verificada no mundo inteiro a que esta argumentação perca seu poder explicativo. Num ambiente de escassez material os fatores econômicos costumam exercer um papel decisivo. No entanto, quando esta carência material é suprida, novos fatores passam a ser determinantes. Neste ambiente é que os valores e as idéias se tornam elementos mais importantes a serem considerados.

Neste ponto, ao considerar a cultura como um aspecto importante da explicação dos fenômenos sociais, Inglehart se aproxima do pensamento weberiano. A influência de Max Weber também se faz presente na medida em que se adota uma proposta metodológica com

⁵ Para uma argumentação mais detalhada ver “Chapter 8 – The diminishing Marginal Utility of Economic Determinism: The Decline of Marxism” em Inglehart, 1990.

base no indivíduo, distinta da proposição de Marx, e busca ir além do determinismo econômico para explicar a mudança política e a ação política nas sociedades contemporâneas.

Esta discussão se relaciona ao debate proposto pelos estudiosos de cultura política na medida em que sugerem uma nova forma de se relacionar o indivíduo, em suas atitudes, percepções e orientações, e a estrutura cultural formadora de valores, idéias e costumes à estrutura e ação políticas. Para além dos determinismos, por esta visão, pretende-se compreender a razão do surgimento de regimes políticos específicos e de sua permanência hoje. Como reconhece Inglehart (1998, p. 12), “As versões anteriores da teoria da modernização eram deterministas: a versão marxista enfatiza o determinismo econômico e a weberiana tende, por vezes, ao determinismo cultural”.

E qual seria a importância de Inglehart nessa terceira fase dos estudos de cultura política, após a fase inicial na década de 1960 e a posterior de críticas durante a década de 1970 e 1980? Com esta proposta sobre mudança e relação entre economia e cultura, Inglehart reinaugura a idéia que começara a ser trabalhada por Almond e Verba (1965), mas foi praticamente abandonada devido à série de críticas posteriores. Como o próprio autor apresenta em seu artigo *The Renaissance of Political Culture*, de 1988, as pesquisas realizadas durante a década de 1970 e 1980 – inclusive as de sua autoria sobre mudança de valores (INGLEHART, 1977), fizeram da teoria da cultura política um novo espaço de análise dentro da ciência política frente, principalmente, a corrente dominante de escolha racional, como afirma Inglehart (1988, p. 1229):

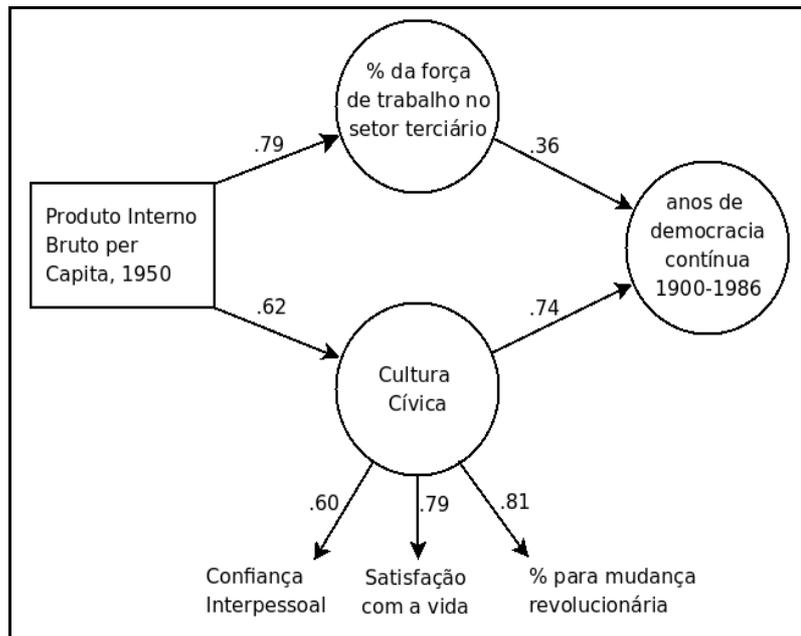
Rational choice models constitute one of the most promising tools now available for political analysis. As currently applied they are effective in analyzing short-term fluctuations within a given system, taking cultural and institutional factors as constant. But these factors are not constant, either cross-nationally or over time. And current models cannot deal with long-term change in the basic goals and nature of a system.

A literatura que até então apontava para a hegemonia dos fatores institucionais, como o desenvolvimento econômico, para a explicação dos fenômenos políticos foi questionada ao ser exposta uma proposta alternativa que incluía fatores não-institucionais. Apresentando resultados de uma pesquisa realizada em 24 países, Inglehart (1988, p. 1219) argumenta que

The results suggest that political culture is a crucial link between economic development and democracy. Although GNP per capita has a strong zero-order correlation with stable democracy, its effects are almost entirely due to its linkages with social structure and political culture, with the latter being the more important of the two.

Tais relações encontradas e explicadas por Inglehart são ilustradas pela seguinte figura presente em seu artigo:

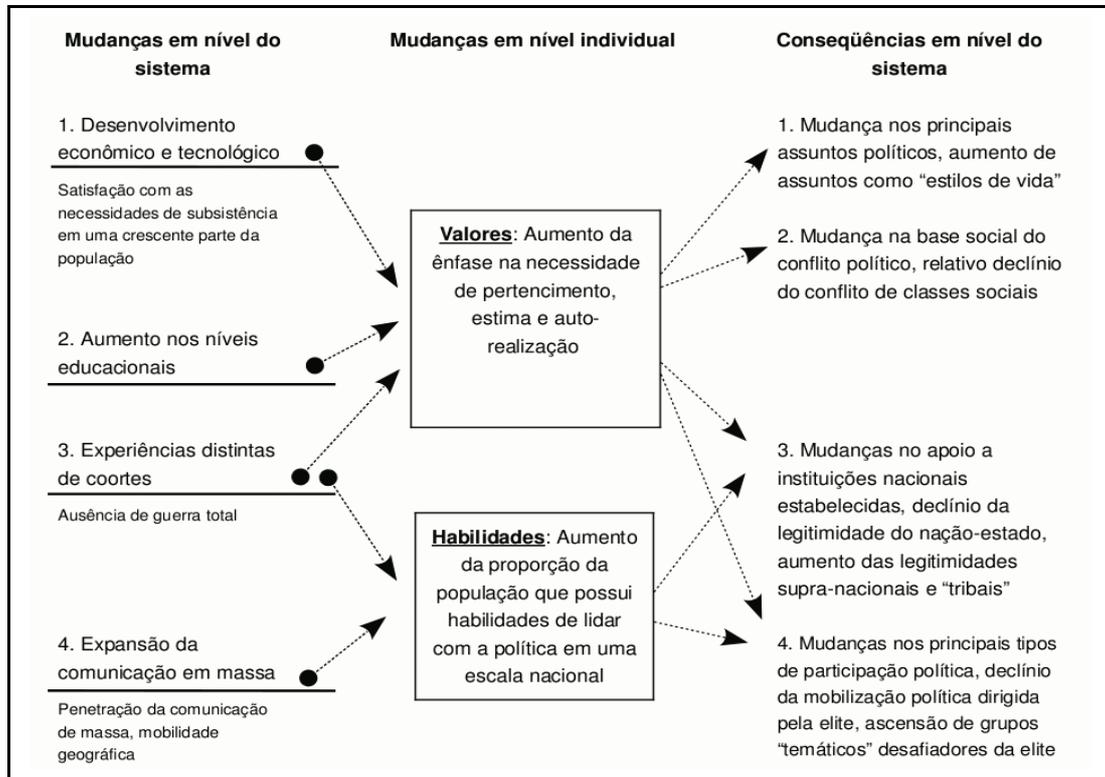
Figura 1 - Pré-requisitos Econômicos e Culturais da Democracia Estável



Fonte: Inglehart, 1988, p. 1218 (traduzido pelo autor)

Como se observa na Figura 1, a proposta de Inglehart está baseada na valorização dos aspectos culturais para investigar os processos políticos e sociais. Em trabalho posterior, Inglehart (1990) explicita a organização dessa relação entre estrutura social, cultura política e estrutura política afirmando que as mudanças no nível do sistema afetam os valores individuais que, por sua vez, tem conseqüências sobre relações no nível do sistema.

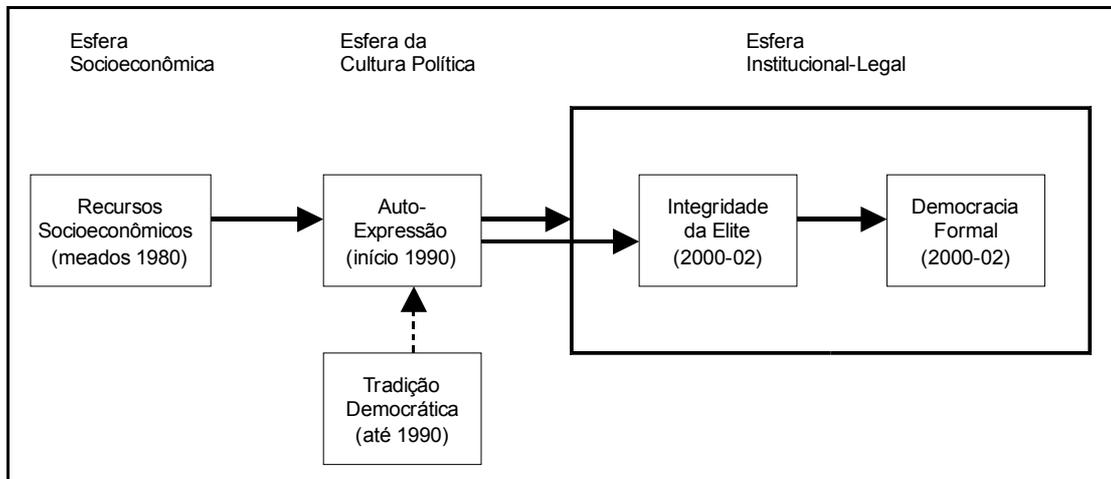
A Figura 2, retirada do trabalho de Inglehart (1990, p. 9) expressa a forma como esse autor enxerga a transformação por ele verificada na cultura política.

Figura 2 – Mudança Cultural

Fonte: Adaptado de Inglehart, 1990, p. 9

Em trabalhos mais recentes as formas de se operacionalizar o conceito de cultura política foram alteradas. A transformação foi se dando incorporando e agregando elementos que pudessem expressar de forma mais satisfatória para suas hipóteses, o conceito de cultura política. Pode-se verificar isto desde o primeiro aspecto estudado por Inglehart (1977) da mudança de valores de aquisição para valores pós-burgueses que estariam associados à cultura cívica, passando por mudanças pós-materialistas (INGLEHART, 1990) e pós-modernas (INGLEHART, 1998) até chegar à mudança de valores em dois eixos – Sobrevivência/Auto-expressão e Tradicional/Secular-racional – presentes em trabalhos mais recentes (INGLEHART e WELZEL, 2005; INGLEHART, 2007). No entanto, a proposta de Inglehart de relação entre estrutura política e social e cultura política permanece semelhante como aponta a Figura 3.

Figura 3 – A seqüência do desenvolvimento humano: uma análise de trajetória



Fonte: Adaptado de Inglehart e Welzel, 2005, p. 242

As três figuras acima demonstram a evolução da maneira sugerida por Ronald Inglehart de se investigar a mudança na cultura política e, conseqüentemente, o próprio conceito de cultura política.

2.2 – O renascimento da Cultura Cívica

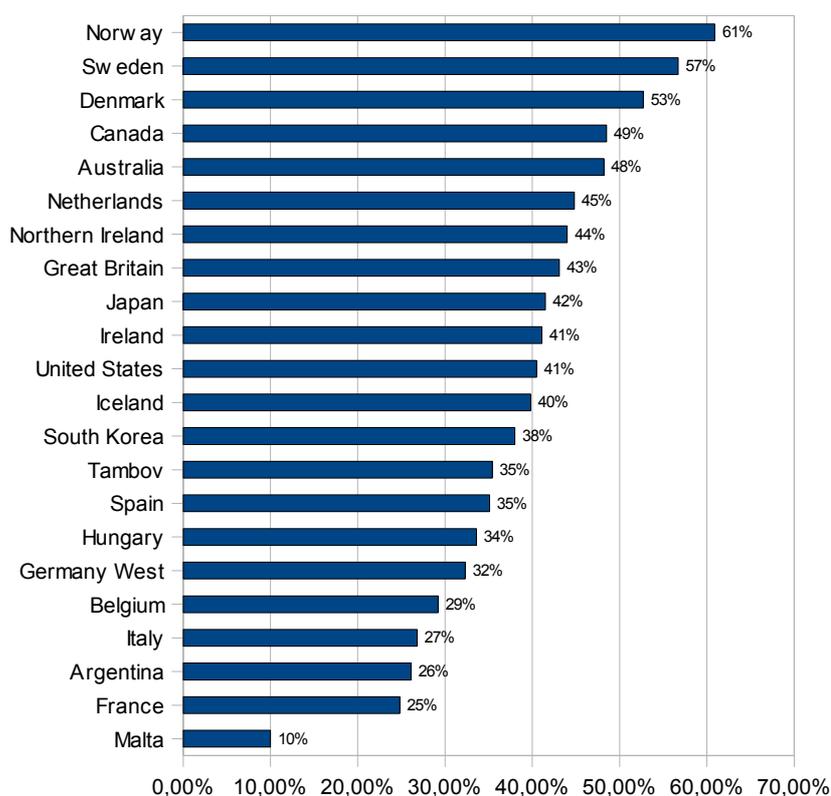
A despeito das modificações em torno da operacionalização do conceito de cultura política presente em Inglehart (1977, 1990, 1998, 2007), ou mesmo de algumas alterações na forma de se enxergar a relação entre estrutura política e cultura política, verifica-se que existem dois componentes questionáveis nessas formulações semelhante à proposta de *The Civic Culture*.

Primeiramente, as mudanças estruturais analisadas que compõem a idéia de modernização, ou de mudanças no nível do sistema, não são e nem podem ser consideradas semelhantes para as diversas sociedades analisadas. Para se trabalhar com a idéia de mudança na cultura política, como proposta por Inglehart, de maneira mais adequada, se faz necessário considerar as diversas peculiaridades do processo de modernização de cada sociedade analisada. Esse ponto será tratado no capítulo seguinte.

Segundo, os elementos selecionados por Inglehart para comporem a idéia de tendência da cultura política, ou como o próprio autor coloca “*political culture syndrome*”, estiveram sempre associados a um tipo específico de cultura política encontrado em países industrializados do norte europeu.

Como nota-se no artigo de 1988, a variável interveniente ligada à cultura política poderia ser resumida por três componentes: 1) confiança interpessoal; 2) satisfação com a vida e 3) apoio para mudança revolucionária. Esse último componente é correlacionado de maneira negativa com a cultura cívica. À época, utilizando a primeira onda de aplicações da Pesquisa *World Values Survey*⁶ realizada na década de 1980, a pergunta sobre se o entrevistado diria que pode confiar na maioria das pessoas ou é necessário ser muito cuidadoso com elas, apresentou os seguintes resultados por país:

Gráfico 1 – Confiança Interpessoal por país – Porcentagem de respostas “pode-se confiar na maioria das pessoas” (1a. Onda do WVS)



Fonte: European and World Values Survey (XWVSEVS_1981_2005_v20080220.sav)

⁶ O *World Values Survey* é uma investigação realizada em diversas partes do globo sobre mudança social, cultural e política. A pesquisa é organizada por uma rede de cientistas sociais e é aplicada com periodicidade média de cinco anos desde a década de 1980.

Relacionada a mesma rodada do WVS, a Tabela 1 apresenta a média aritmética das respostas à questão sobre satisfação com a vida onde foi apresentada uma escala de 10 pontos em que o número “1” representava “completamente insatisfeito” e o número “10” representava “completamente satisfeito”.

Tabela 1 – Satisfação com a vida por país (1a. Onda do WVS)

País	Média	N	Desvio-Padrão
Denmark	8,22	1175	1,830
Iceland	8,06	926	1,613
Sweden	8,01	947	1,736
Malta	7,95	461	1,913
Norway	7,89	1047	1,859
Australia	7,89	1226	1,750
Ireland	7,82	1209	1,894
Canada	7,82	1249	1,736
Netherlands	7,73	1194	1,606
Northern Ireland	7,66	312	1,903
United States	7,66	2316	1,957
Great Britain	7,56	1156	1,894
Belgium	7,38	1100	1,805
Germany West	7,22	1287	1,862
Tambov	7,13	1209	2,296
Hungary	6,93	1443	2,410
Argentina	6,77	974	2,110
France	6,71	1192	2,075
Italy	6,65	1330	2,475
Spain	6,59	2303	2,008
Japan	6,58	1141	1,888
South Korea	5,33	941	2,132

Fonte: European and World Values Survey (XWVSEVS_1981_2005_v20080220.sav)

Como se pode notar na tabela e no gráfico precedentes, duas das três variáveis selecionadas por Inglehart(1988) para comporem o a idéia de cultura cívica estão presentes com maior força entre os países industrializados do norte europeu.

O mesmo acontece com a operacionalização proposta em trabalhos mais recentes. No mapa de valores culturais, da Figura 2, os mesmos países apresentam os maiores índices nos dois eixos selecionados (Tradicional/Secular-racional e Sobrevivência/Auto-expressão) que, segundo Inglehart, encerrariam a principal dimensão da mudança de valores.

aleatórias, chamadas de fatores comuns e que estão relacionadas com o vetor original X através de um modelo linear”. A análise fatorial, com rotação varimax, foi realizada para as duas últimas ondas do WVS em duas amostras distintas de países do norte europeu (Alemanha, Finlândia, Grã-Bretanha, Holanda e Suécia) e de países latino americanos (Argentina, Brasil⁷, Chile, Colômbia⁸ e México).

Tabela 2 – Análise Fatorial das variáveis do mapa cultural de Inglehart e Welzel

	Norte da Europa ^a		América Latina ^b	
	Tradicional/ Secular-Rac (1)	Sobrevivência / Auto-expr. (2)	Tradicional/ Secular-Rac. (1)	Sobrevivência / Auto-expr. (2)
O quanto Deus é importante	,683	-	,416	-
Índice de autonomia	,544	-	,388	-
Aborto justificável	,754	-	,680	-
Orgulho da nacionalidade	,181	-	,255	-
Mais respeito pelas autoridades	,351	-	,337	-
Índice Pós-Materialista (4 itens)	-	,497	-	,384
Sentimento de felicidade	-	,607	-	,665
Abaixo-assinados	-	,534	-	,043
Homossexualidade justificável	-	,350	-	,165
Confiança interpessoal	-	,464	-	,267

Fonte: European and World Values Survey (XWVSEVS_1981_2005_v20080220.sav)

Notas: a) N= 12.264, % variância explicada: 'componente 1'= 20,6% 'componente 2' = 13,1%

b) N=19.276, % variância explicada: 'componente 1'= 16,1% 'componente 2' = 12,2%

Para manter comparabilidade com o modelo elaborado por Inglehart e Baker (2000, p. 24), os valores apresentados são módulos dos valores originais.

Como indica a análise apresentada, existe uma considerável diferença entre a amostra europeia e a amostra latino-americana para o carregamento ou associação das variáveis selecionadas por Inglehart para representarem as duas dimensões de mudança na cultura política. Tal observação não invalida a aplicação desse modelo para outras realidades

⁷ Foram utilizadas a terceira e quinta ondas do WVS.

⁸ Foram utilizadas a terceira e quinta ondas do WVS.

sociais como a latino-americana, por exemplo. Contudo, é necessário ter em mente que as categorias são mais apropriadas para interpretar a cultura política de determinadas sociedades e possui efeito distinto ou menos apurado em sociedades distintas do ponto de vista social, político, cultural, econômico e histórico.

Especificamente sobre a elaboração dessas duas dimensões, Hout (1998, p. 191) afirma que para Inglehart

valuing traditional authority means saying 'Religion is important', 'God is important', [...] Valuing rational-legal authority means negating the traditional authority statements saying 'abortion should be legal', 'children should learn determination and/or thrift' [...] This scale looks more like a fundamentalist / humanist split to me.

Fernandes e seus colegas (2006, p. 48) também se debruçam sobre a mesma questão por meio de um estudo de caso realizado em uma cidade brasileira que, apesar de possuir uma amostra bastante limitada e não representar a realidade do país como um todo, aponta algumas pistas de relações específicas da realidade brasileira que podem ser investigados no plano agregado. Destacou-se nesse estudo a relação confusa entre variáveis ligadas à religião e a oposição materialista e pós-materialista:

Analisando-se os resultados ora obtidos em função das idéias propostas por Inglehart (1977) acerca dos sistemas materialistas e pós-materialistas se verifica a ausência de polarização entre os sistemas religioso e materialista (sistemas de ordem tradicional e conservadora) e os sistemas hedonista e pós-materialista (sistemas de ordem do bem-estar individual, do bem-estar social e do trabalho), indicando que em lugar de emparelhamentos opostos, aparece uma estrutura contínua, refutando a hipótese principal de Inglehart (1977) de que as sociedades que ainda não conquistaram as necessidades básicas de sobrevivência, tais como estabilidade econômica, segurança e organização política, tendem a valorizar as metas materialistas, enquanto que as sociedades que atingiram certo grau de resolução desses problemas tendem a atribuir grande importância e prioridade aos valores pós-materialistas.

Ao tratar de alguns pontos levantados por Inglehart da relação entre cultura política e regime político, com ênfase na utilização de variáveis de nível individual para obter resultados em nível agregado, Mitchell Seligson (2002, p.287) afirma haver três explicações possíveis para as falhas encontradas por ele em relação ao trabalho desse autor:

Primeiro, a teoria geral está errada, o tempo de regime democrático não tem nada (ou muito pouco) a ver com a cultura política. Os regimes democráticos podem surgir e serem sustentados por forças completamente ausentes dos valores de massa,

como os pactos da elite e os consensos da elite, estrutura de classes, e nível de desenvolvimento econômico. Segundo, a cultura política pode ser significativa, mas a variável selecionada por Inglehart, Putnam e outros pode estar errada. James L. Gibson verificou, recentemente, que na Rússia a confiança interpessoal tem pouca ou nenhuma relevância para atitudes em relação às instituições ou processos democráticos. Terceiro, as variáveis podem estar corretas, mas a sua operacionalização pode estar equivocada. A operacionalização do item da confiança interpessoal, em particular, uma noção altamente norte-americana, é especialmente suspeita, a validação internacional de sua mensuração, desenvolvida em 1957, tem estado virtualmente esquecida [ausente].

Partindo das evidências que foram construídas durante as cinco décadas de debate sobre cultura política, a análise crítica do trabalho de Inglehart bem como a utilização de seus modelos de mudança de cultura política passam pela revisão das duas últimas possibilidades elencadas por Seligson.

Dessa forma, para o fortalecimento do campo de estudos da cultura política faz-se necessário uma análise mais aprofundada das sociedades nas quais se pretende realizar alguma interpretação e, a partir disso, criar instrumentos de operacionalização da cultura política que envolvam os principais aspectos dessa sociedade.

Em suma, à luz da evolução do conceito de cultura política, é possível tirar lições em relação à forma com que esse conceito foi formado e é utilizado. Após cinco décadas de debates e estudos, é possível afirmar que o mesmo já possui certa maturidade teórica mas, como qualquer instrumento científico, não é um conceito definitivo.

Tratando do atual estado da arte, procurou-se indicar evidências suficientes para se questionar a eficácia da proposta de análise da cultura política trazida por Inglehart (1990, 1997) e Inglehart e Welzel (2005) para determinadas realidades sociais e culturais como a latino-americana. Embora esses autores sejam a referência atual para estudos sobre cultura política, inclusive o relatado nessa dissertação, e sua contribuição seja inegável para o aperfeiçoamento desse sub-campo da ciência política, se faz necessária uma avaliação crítica de sua proposta. Como foi apontado, a operacionalização do conceito de cultura política desses autores possui um viés que apresenta conseqüências diretas sobre a elaboração das pesquisas empíricas de cultura política e sobre a interpretação de seus resultados.

3 – O Problema da Modernização e a Matriz Sociopolítica Latino-Americana

Para onde vai a cultura política latino-americana? Esse é a principal questão a ser tratada neste estudo. A teoria de mudança na cultura política tratada no capítulo anterior ainda necessita de algumas considerações, a serem tecidas nesse capítulo, antes de ser tomada como base para a formulação da hipótese desse trabalho.

Existe uma lacuna na corrente dominante dos estudos de cultura política que não incorpora o contexto histórico, social e político das nações como fatores determinantes da formação e mudança da cultura política. E a incorporação de elementos ligados a essas dimensões traria benefícios não somente ao debate sobre os resultados de pesquisa como, principalmente, à operacionalização mais apurada do conceito de “cultura política”.

A proposta de alguns estudos mais recentes de cultura política (Inglehart, 1997; Inglehart e Welzel, 2005) é investigar uma determinada síndrome de mudança cultural em todos os países do globo. Como apontado anteriormente, isso é fruto de uma determinada visão de modernização e de uma conceitualização de cultura política que enfatiza aspectos comuns desse processo em todas as sociedades negligenciando características peculiares da formação histórica, social e política de cada caso.

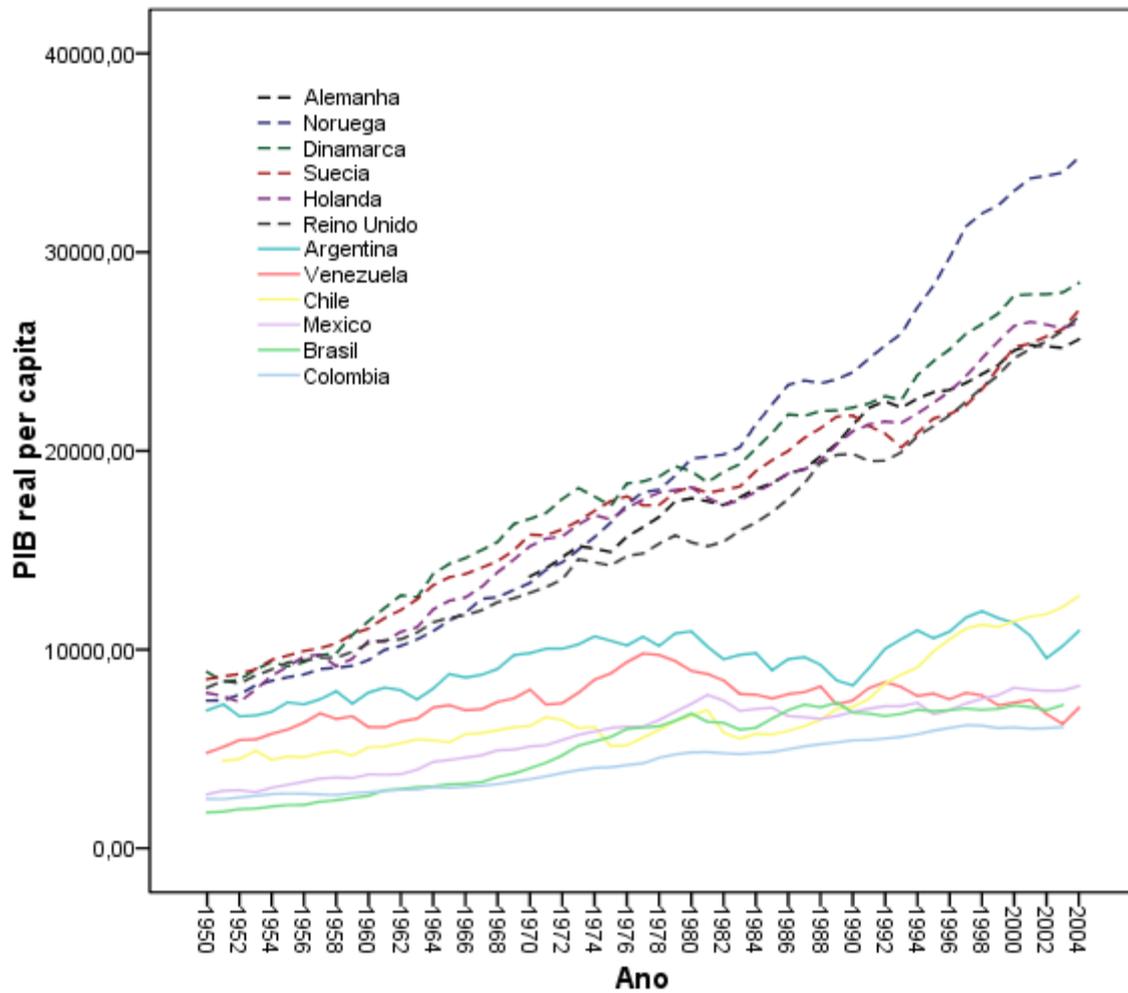
Ou seja, para se utilizar a perspectiva de análise política proposta por esses autores se faz necessário realizar duas ressalvas fundamentais: i) de que a operacionalização do conceito de cultura política tende a valorizar aspectos de uma determinada sociedade quando são criados para analisar as mesmas, como foi explicitado no capítulo anterior e; ii) de que a força motriz da transformação da cultura política, a modernização, não é um processo homogêneo e se torna impreciso quando aplicado a uma distinta realidade sem considerar os aspectos particulares dessa.

3.1 – A idéia de modernização em Ronald Inglehart

As principais mudanças estruturais encontradas por Inglehart (1990, 1997, 2005) para explicar o impacto da modernização na transformação dos valores das sociedades ocidentais podem ser resumidos nos seguintes pontos: i) aumento da escolaridade; ii) desenvolvimento econômico que acarretaria um aumento da segurança física e econômica dos indivíduos; iii) desenvolvimento científico e tecnológico que trariam maior qualidade de vida por meio do desenvolvimento da medicina, da farmacologia, da nutrição etc. iv) massificação dos meios de comunicação que acarretariam em mudanças no acesso a informação e ao conhecimento. Novamente é necessário ressaltar que tais características da modernização não surgiram e não se consolidaram de forma homogênea em todos os países, especialmente no grupo de países estudados.

Uma ilustração disso é o desenvolvimento econômico desigual observado na segunda metade do século XX se comparados países latino-americanos com países europeus. Um bom indicador, não somente do desenvolvimento econômico mas do impacto desse sobre a população é o PIB per capita. Como aponta o gráfico seguinte, existe uma considerável diferença entre o grupo latino-americano e o europeu dentre os países selecionados com relação à evolução desse índice nas últimas décadas :

Gráfico 2 – Evolução do PIB real per capita por países e ano*

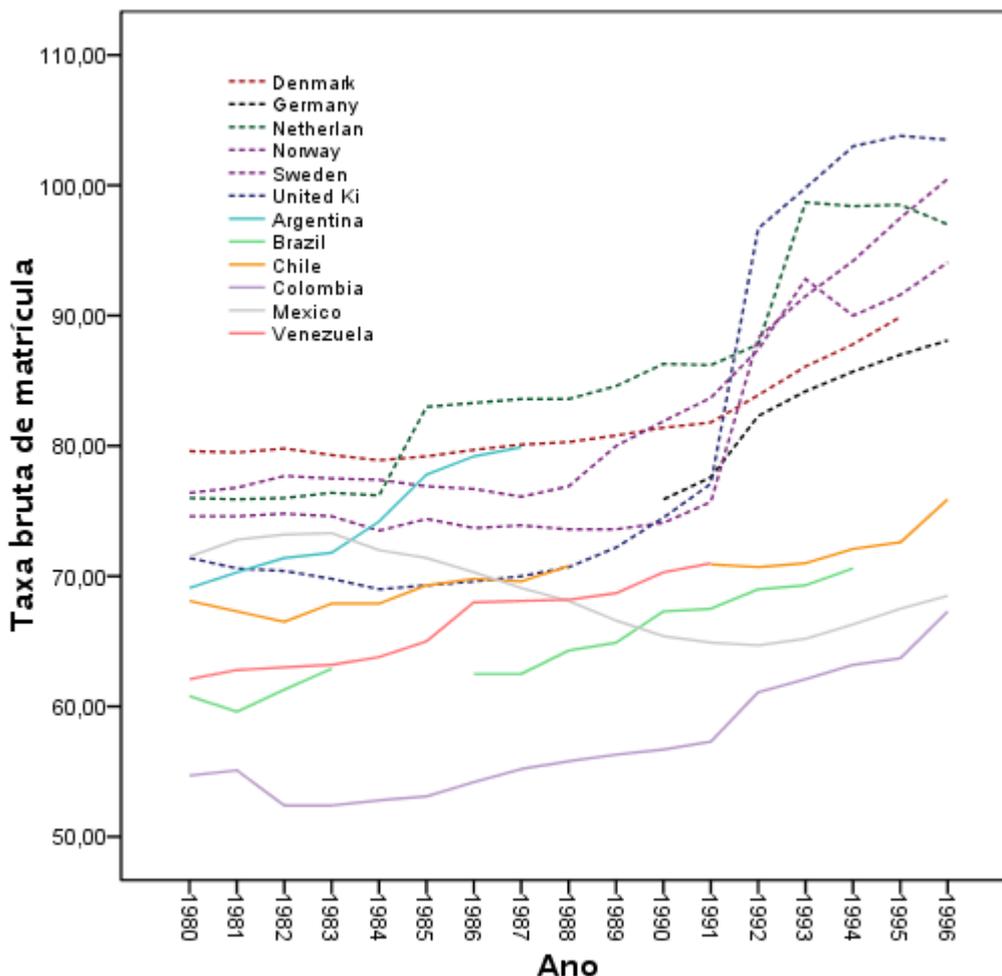


*A preços constantes do ano de 2000, em US \$

Fonte: Penn World Table. Database 6.2. Disponível em: <http://pwt.econ.upenn.edu>. Acesso em: 19 jun. 2008

O gráfico seguinte aponta a evolução na taxa bruta de matrícula, ou seja, na razão entre as matrículas registradas na educação regular e o número de habitantes na faixa etária correspondente em cada país para os ensinos primários, secundários e terciários. Embora de maneira menos clara, a observação deste também sugere padrões distintos de desenvolvimento educacional.

Gráfico 3 – Evolução da taxa bruta de matrícula nos ensinos primário, secundário e terciário 1980-1996



Fonte: World Education Indicators Database. UNESCO Institute for Statistics. Disponível em: <http://www.uis.unesco.org/statsen/statistics/indicators/indic0.htm>. Acesso em: 19 jun. 2008

A breve análise desses dois elementos, desenvolvimento econômico e educacional, não é suficiente para questionar a versão da teoria da modernização proposta por Inglehart. Contudo, a observação dos distintos padrões de comportamento dessas mudanças estruturais, permite uma análise crítica com relação ao esquema lógico criado pelo autor em relação ao impacto da modernização sobre a cultura política.

Interpretações iniciais dessa análise crítica apontariam para a réplica de que o esquema lógico não se altera para os dois grupos de países selecionados, apenas identifica

uma dinâmica mais acelerada de transformações estruturais em uma determinada região em relação a outra região.

De fato, o objetivo da análise crítica colocada não é questionar o esquema lógico proposto. O mesmo se trata de uma alternativa bastante razoável ao problema debatido por Müller e Seligson (1994) de relação causal entre estrutura e cultura política. Contudo, essa própria diferença entre a “velocidade” das transformações em cada sociedade é um problema fundamental a ser considerado para se analisar a real relação entre mudanças estruturais e mudança na cultura política.

Essa observação crítica em teorias de modernização se faz presente nos debates acadêmicos há muito tempo. Como exemplo podemos citar a seguinte passagem do trabalho de Wiarda (1981, p. 194), em que o autor analisa o viés etnocêntrico de diversos trabalhos sobre modernização que, por sua vez, tornariam precárias as análises sobre esse fenômeno:

The problem is not just "lag" or "uneven development" but that we have failed to appreciate sufficiently the present era's changed circumstances and also the strength and functionality of many traditional institutions and how these may shape, mold, even determine the impact of these larger, more universal changes.

Essa questão permanece em debates mais recentes sobre modernização. Ao apresentar os resultados da pesquisa de cultura política realizada nas cidades de Curitiba e Porto Alegre no Brasil, Paulo Krischke (2005, p. 61) dialoga com a perspectiva de modernização de Inglehart (1997) e conclui que

é manifestamente inadequada a abordagem da mudança cultural nos termos da autodenominada modernização - como se essa mudança decorresse apenas do progresso tecnológico e socioeconômico, ou de um "equilíbrio multicausal" adaptativo, entre a cultura e as estruturas/instituições - sem considerar as experiências práticas da cidadania, nos seus efeitos e nas suas causas. Essa forma de pensamento, linear e determinista, que postula um único caminho e desenlace para os processos de democratização, não faz mais que renunciar a qualquer tentativa de explicação histórica para as diferenças e convergências entre culturas nacionais e subculturas regionais. Na verdade, durante os processos históricos de democratização da esfera pública e desenvolvimento da cidadania, tais peculiaridades não apenas persistem mas se especificam ainda mais naquilo de relevante que têm a contribuir.

Identificados os problemas trazidos com as formulações dos conceitos de modernização e cultura política propostos por Inglehart (1990, 1997 e 2005), coloca-se em

debate quais as alternativas possíveis para se utilizar o esquema lógico de mudança cultural desse autor incorporando questões que são negligenciadas pela má conceitualização ou operacionalização dos conceitos.

3.2 – Teoria Social e Modernização na América Latina

Uma possibilidade de se incorporar o fator histórico, social e da tradição política à essa discussão dentro da cultura política, seria por meio da inclusão de um resgate de fatos históricos importantes de cada sociedade e o estabelecimento de um diálogo entre esses e o estudo de características contemporâneas da cultura política. No entanto, uma desvantagem é que tal iniciativa apenas somaria algumas informações de fatos históricos sem enriquecer substancialmente a análise proposta.

Dessa forma, defende-se que as lacunas existentes podem ser preenchidas com mais propriedade por meio de análises alternativas substantivas em relação à formação e o contexto histórico, social e político das diversas sociedades e as interpretações derivadas sobre a modernização. Essas análises podem ser encontradas em trabalhos de teoria social que raramente são debatidos dentro da ciência política ou são subestimados quanto ao seu poder analítico por duas razões principais: primeiramente, a questão da divisão disciplinar que impede o diálogo entre sociólogos, cientistas políticos e filósofos políticos; além disso, o sub-campo da cultura política tende a desconsiderar trabalhos que não possuam a empiria como a ênfase do estudo.

De certa forma, tal situação é contraditória visto que o próprio trabalho inicial em que Gabriel Almond (1956, p. 391) propõe o conceito de cultura política, inicia com a afirmação de que “*What I propose to do in this brief paper is to suggest how the application of certain sociological and anthropological concepts may facilitate systematic comparison among the major types of political systems...*”.

Com o objetivo de apresentar algumas possibilidades do possível diálogo entre o debate presente na teoria social e nos estudos de cultura política serão discutidas algumas perspectivas de autores latino-americanos que se tornaram clássicas nas ciências sociais e alguns estudos de cultura política realizados nessa região. A literatura selecionada dará ênfase aos trabalhos sobre as sociedades argentinas e brasileiras, justamente para embasar a pesquisa ora apresentada nessa dissertação.

Sérgio Buarque de Holanda (1971), Raymundo Faoro (1993), Roberto DaMatta (1997), Gino Germani (1981) e Natalio Botana (1994) produziram reconhecidas interpretações da modernização e do impacto social desse fenômeno sobre a cultura política no Brasil e na Argentina.

Em *Raízes do Brasil* (1995), Sérgio Buarque de Holanda traz à tona uma discussão a respeito da formação social brasileira e a influência da colonização ibérica sobre esse processo. Para Holanda, as relações de dominação estabelecidas desde a chegada dos portugueses acabaram por formar uma sociedade muito desigual com direitos diferentes criando o ambiente ideal para a implantação de uma característica marcante da cultura ibérica na sociedade brasileira denominada por Holanda como “*personalismo*”. O conceito de personalismo procura expressar a valorização da individualidade presente na sociedade brasileira, como decorrência da forte imposição ao desmembramento do coletivo, da contenção, por parte do processo colonizador, de ações coletivistas dentro da sociedade. A origem do personalismo está, para Holanda (1972, p. 4), claramente localizada na península ibérica, pois “Para eles [portugueses e espanhóis], o índice do valor de um homem infere-se, antes de tudo, da extensão em que não precise depender dos demais, em que não necessite de ninguém, em que se baste”.

Para Holanda (1972, p. 5), essa propriedade específica da cultura ibérica, em que “Cada um é filho de si mesmo, de seu esforço próprio, de suas virtudes...” seria a razão principal de explicação da “frouxidão da estrutura social” e da “falta de hierarquia organizada”. Dessa forma, “A falta de coesão em nossa vida social não representa, assim, um fenômeno moderno. E é por isso que erram profundamente aqueles que imaginam na volta à tradição [...] a única defesa possível contra a nossa desordem”.

Em uma das obras mais conhecidas de Raymundo Faoro, *Os donos do poder* (2001), está presente uma extensa análise sobre a história política brasileira. Para Faoro, o

patrimonialismo é uma das principais características da formação política brasileira, influente em todos os grandes episódios desde Dom João I até a era Vargas, e cujo fundamento principal esteve ligado ao problema do poder do Estado sobre a economia. Em concordância com a análise de Holanda (1972), Faoro (2001, p. 33) afirma que

O problema não seria pertinente a este ensaio se o feudalismo não houvesse deixado, no seu cortejo funerário, vivo e persistente legado, capaz de prefixar os rumos do Estado moderno. Patrimonial e não feudal o mundo português, cujos ecos soam no mundo brasileiro atual, as relações entre o homem e o poder são de outra feição, bem como de outra índole a natureza da ordem econômica, ainda hoje persistente, obstinadamente persistente.

A partir dessa apreciação mais centrada no caráter patrimonialista da formação política brasileira, Raymundo Faoro elabora o conceito de capitalismo politicamente orientado para explicar o surgimento e a consolidação dessa ordem patrimonialista. Nesse ponto, existe uma divergência central em relação ao argumento de Sérgio Buarque de Holanda (1972) pois para Faoro (2001, p. 866) o individualismo, característico de sistemas políticos derivados das revoluções burguesas no fim do feudalismo – ausente na península ibérica e no Brasil, teve de ser suplantado ou incorporado a esse ambiente onde Estado dirigiu o capitalismo:

O capitalismo politicamente orientado — o capitalismo político, ou o pré-capitalismo —, centro da aventura, da conquista e da colonização moldou a realidade estatal, sobrevivendo, e incorporando na sobrevivência o capitalismo moderno, de índole industrial, racional na técnica e fundado na liberdade do indivíduo — liberdade de negociar, de contratar, de gerir a propriedade sob a garantia das instituições. A comunidade política conduz, comanda, supervisiona os negócios, como negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois, em linhas que se demarcam gradualmente. O súdito, a sociedade, se compreendem no âmbito de um aparelhamento a explorar, a manipular, a tosquiar nos casos extremos.

Ao analisar essa obra de Faoro, Antonio Paim (1998, p. 20) reconhece os méritos da iniciativa de análise weberiana do patrimonialismo brasileiro, inclusive da herança ibérica destacada por ele, mas considera que “no afã de enfatizar a novidade que trouxe a debate, adotou uma atitude extremamente radical ao deixar de reconhecer o caráter modernizador que o patrimonialismo luso-brasileiro chegou a assumir em certos momentos de sua história”.

Para Paim (1998), resgatar a questão do patrimonialismo e suas origens foi fundamental para se analisar a realidade político social brasileira, daí a importância do trabalho de Faoro para a interpretação do sistema político. Contudo, o autor menciona que é

importante considerar que esse sistema está exposto a transformações. O caso do ideário modernizante trazido por Marquês de Pombal seria uma demonstração exemplar, como afirma Paim (1998, p. 37) de como “a querela do estatismo” poderia ser superada não fosse a forte pressão por desconsiderar essas idéias:

A passagem de Pombal pelo governo português corresponde a uma autêntica revolução, devotada não à destruição do Estado Patrimonial, e à instauração de regime político plenamente moderno, mas à introdução, em bases duradouras, da componente modernizadora no patrimonialismo tradicional. Essa circunstância de que não se tivesse interessado, simultaneamente, pela modernização das instituições políticas, acrescida do fato de que haja reprimido com ferocidade inquisitorial a tentativa de parte da nobreza de apeá-lo, e a D. José, do poder, levaram a que a historiografia portuguesa optasse por uma linha de combate radical à obra de Pombal...

Em direção semelhante de Faoro (2001) e Paim (1998), mas com abordagem distinta, Roberto DaMatta (1997) realiza uma análise de algumas instituições brasileiras. Inspirado na concepção dualista de Louis Dumont de distinção entre sociedades holistas (orientais) e individualistas (ocidentais), DaMatta (1997) caracteriza a sociedade brasileira como uma sociedade em que convivem traços holistas e individualistas. A diferença entre *pessoa* e *indivíduo* está na base dessa caracterização. Nessa perspectiva há uma combinação entre os elementos do personalismo e do convívio em um sistema patrimonialista de acordo com a adaptação dos atores ao ambiente social. Para DaMatta (1997, p. 157)

É como se tivéssemos duas bases através das quais pensássemos o nosso sistema. No caso das leis gerais e da repressão, seguimos sempre o código burocrático ou a vertente impessoal e universalizante, igualitária, do sistema. Mas no caso das situações concretas, daquelas que a "vida" nos apresenta, seguimos sempre o código das relações e da moralidade pessoal, tomando a vertente do "jeitinho", da "malandragem" e da solidariedade como eixo de ação. Na primeira escolha, nossa unidade é o indivíduo; na segunda, a pessoa. A pessoa merece solidariedade e um tratamento diferencial. O indivíduo, ao contrário, é o sujeito da lei, foco abstrato para quem as regras e a repressão foram feitos.

Em *El orden conservador* (1994), Natalio Botana analisa a história política argentina no período da virada do século XIX para o século XX. Para o autor, é possível observar nesse período a gênese da rígida separação entre Estado e sociedade e de criação dos mecanismos de perpetuação no poder da elite argentina. Essa hegemonia, segundo o autor, foi alcançada principalmente pela aliança entre o governo central e uma maioria de oligarquias provinciais legitimadas pela sociedade.

Embora não seja o seu enfoque principal, como nos autores citados, Botana (1994, p. 9) não deixa de citar que em seu estudo “Estamos en presencia de una línea divisoria de aguas que permite perfilar la trayectoria de un liberalismo argentino e iberoamericano cercano al influjo de la cultura latina en Espana, Francia o Italia”.

Essa mesma tradição conservadora sobre a qual Botana (1994) tece algumas considerações em relação à gênese, no início do século XX, é a tradição que serve de base para os trabalhos sobre épocas posteriores realizados no Brasil⁹ e na Argentina¹⁰ sobre a formação do Estado burocrático autoritário e seu papel sobre a manutenção de uma economia liberal em prol da perpetuação de uma elite econômica.

Posteriormente à obra “*El orden conservador*”, o próprio Natalio Botana (1995) argumenta que após 1983 ocorreram mudanças sensíveis na cultura política argentina, principalmente no que se relaciona a sua “herança autoritária”. Contudo, afirma que não foi possível anular a tradição e a força que essa herança possui.

Escrevendo sobre um período posterior de intensa industrialização e desenvolvimento econômico na Argentina, nas décadas de 1950 e 1960, Gino Germani (1981) tece diversas considerações sobre o processo de modernização e seu impacto sobre as relações sociais e políticas.

Embora esta seja uma análise muito anterior à realizada por Inglehart e Welzel (2005), existe uma concordância nessa abordagem em relação ao que Germani (1981, p. 125) chama de “requisito universal mínimo” para a existência de uma sociedade moderna e industrial que seria uma “secularização no campo da ciência, tecnologia e economia”. Contudo, assim como a preocupação exposta nessa dissertação, para Germani (1970, p. 155) “The concern here is not with the great transition prior to the emergence of the first historical instance of industrial society, but with the many transitions produced by the universal diffusion of the new modern-industrial complex”.

Essa preocupação leva Germani a analisar o processo de modernização com enfoque nos casos de países latino americanos, em especial a Argentina. Entre as críticas elaboradas por Germani (1981) em relação aos estudos de modernização da época está uma

⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. A construção da democracia: estudos sobre política. São Paulo: Siciliano, 1993.

¹⁰ O'DONNELL, G. Análise do Autoritarismo Burocrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

perspectiva mais cautelosa em relação ao processo de individualização como uma característica incontestável das sociedades industrializadas e modernas. Para Germani (1981, p. 107),

There is a tendency to conceptualize the growth of individuality as an evolutionary process. [...] But the process cannot be said to be unilinear, nor can it be conceived of as one of uniform orientations towards higher individuation. Not only may different cultural contexts produce different types of processes, in this respect, but even the context of Western culture, there have been various stages of relapse into lower degrees of individuation.

Verifica-se pela revisão dos autores elencados que a formação política e social da Argentina e do Brasil possuem elementos muito diversos entre si e mesmo entre os diferentes períodos históricos. Contudo, é possível selecionar aspectos comuns entre as descrições da tradição política desses dois países que são determinantes para se alcançar o objetivo proposto por esse trabalho de investigar elementos históricos que influenciem a cultura política atual.

3.3 – A Matriz sociopolítica latino-americana

Como foi proposto no início do capítulo, é possível falar em uma perspectiva da teoria social latino-americana frente a tantos estudos e discursos diferentes? E de que forma isso se condensaria para se tornar uma contribuição ao diálogo com os estudos de cultura política?

Embora não seja um discurso único, e possam ser elencadas diversas divergências entre os autores citados, dois elementos são presentes e se destacam nas falas selecionadas e em diversos outros trabalhos de teoria social: i) a questão da influência ibérica sobre os aspectos de formação política e social argentina e brasileira, bem como a suscetibilidade à mudança, e ii) a ênfase da oposição ou combinação entre individualismo e coletivismo como um traço importante da formação social nesses países. Ambos os aspectos são particulares do desenvolvimento político dos países latino-americanos.

Outros autores têm selecionado esses comentaristas da história social e política argentina e brasileira como fundadores de uma perspectiva, cujos discursos possuem certa

coesão. Conforme afirma Jessé de Souza (2000) ao analisar as obras desses autores, tais estudos tendem a criar um determinismo histórico, atribuindo a diversos fatores da modernização brasileira e da sua singularidade cultural decorrências de herança ibérica. Dessa forma, consolidou-se no Brasil uma sociologia da inautenticidade baseada em uma equivocada ênfase em elementos pré-modernos para explicação da sociedade brasileira.

Simon Schwartzman (2003, 2006) também reconhece o tempo e o lugar dessas teorias ligadas a conceitos como o patrimonialismo e o personalismo no Brasil, e propõe uma visão integrada com aspectos mais atuais que poderiam explicar melhor a dinâmica social brasileira. Um exemplo disso é a mudança na perspectiva em relação ao Estado que poderia explicar não só sua dinâmica e papel como também as origens sociais da oposição ao mesmo. Como pontua Schwartzman (1977, p.177),

O que podemos observar é que, no Brasil, pelo menos desde 1937, o Estado tem sempre desempenhado um papel ativo e agressivo na implementação de algum tipo de política de desenvolvimento econômico e social, embora fustigado pela crítica liberal anti-intervencionista. [...] Desde este ponto de vista, a oposição ao Estado centralizado surge como uma versão retardada do liberalismo econômico do século XIX, florescendo em um enclave mais privilegiado de um país subdesenvolvido, dependente e organizado segundo moldes político-administrativos patrimoniais.

Também Germani e Botana, conforme colocam Leiras, Medina e D'Alessandro (2005), representaram para os estudos políticos na Argentina uma escola de trabalhos que “*produjeron novedosas reconstrucciones de las prácticas, las instituciones, las organizaciones y las ideas políticas durante los siglos XIX y XX*”

O conceito de Matriz Sociopolítica (MSP) elaborado por Manuel Garretón e outros (2007, p. 14) pode ser considerado um catalisador dessas perspectivas, pois o termo refere-se “à relação entre o Estado, a estrutura de representação ou sistema partidário (combinação de demandas globais e envolvimento político dos atores) e a base socioeconômica dos atores sociais com suas relações e orientações culturais...”.

Segundo Garrentón e seus colegas (2007), o conceito foi criado como uma ferramenta que pudesse organizar aspectos sociais, políticos e culturais, sem desconsiderar a autonomia e interconexão entre esses e, principalmente, sem retirar esses aspectos de seu contexto histórico. Para os autores, a Matriz Sociopolítica latino americana pode ser denominada como uma matriz estatal-nacional-popular e que possuiria entre seus elementos

básicos uma orientação cultural “nacionalista, populista” com atores/sujeitos “orientados primordialmente para o trabalho, a produção, o Estado e a classe política” e no âmbito do papel do Estado “extensa participação na administração econômica, alta tendência ao estatismo, principal referencial da ação coletiva” (Garretón et Al., 2007, p. 22)

Usando um questionamento análogo ao problema dessa dissertação, Garretón e seus colegas (2007, p. 125) investigam a influência sobre a MSP latino-americana das principais mudanças estruturais, para os autores, resumidas em “a construção das democracias políticas; a democratização social e a integração nacional; a reinserção das economias latino-americanas no sistema mundial; a construção de um modelo de modernidade que assume a globalização e as identidades culturais”. Segundo os autores, resulta dessas transformações um desafio para a MSP latino-americana que aos poucos sofre transformações substantivas.

Não seria possível esboçar aqui uma genealogia do pensamento culturalista da ciência política e a teoria sociológica latino-americana para explicar a falta ou propor o diálogo entre as áreas, por esse esforço demandar uma investigação mais aprofundada que acabaria por desviar o foco do trabalho. Contudo, é possível afirmar e demonstrar, como será feito no próximo capítulo, que os estudos de cultura política (do sub-campo da ciência política) no Brasil e na Argentina podem se beneficiar de aspectos e contribuições resultantes de outras disciplinas. Seja por conteúdo substantivo ou mesmo por “pistas” de processos sociais não explicados sob a perspectiva da cultura política.

A maneira com a qual autores como Ronald Inglehart enxergam o processo de transformação da cultura política pode ser contraposta ao modelo resultante da avaliação das características da cultura política argentina e brasileira e sua dinâmica discutidas pelos autores ora citados e espelhadas sobre o conceito de MSP.

Faz-se importante destacar que a crítica aqui expressada não se baseia em uma interpretação simplista do trabalho de Inglehart como a defesa de uma convergência cultural global e nem pretende realizar uma oposição divergente com a literatura estudada. É possível encontrar similaridades como foi colocado, e é possível pensar nessa oposição enquanto diálogo crítico.

A revisão de teóricos sociais tem por objetivo sofisticar a crítica direcionada ao escopo indevido dado para a relação de causalidade encontrada em alguns casos específicos e

a equivocada desconsideração, ou subestimação, de variáveis importantes como a tradição, a história e o contexto social específicos de cada país. Tal argumento fica claro na passagem abaixo encontrada em Inglehart e Baker (2000, p. 23):

As visões de mundo das sociedades ricas diferem marcadamente das de sociedades pobres. Isto não implica necessariamente em convergência cultural, mas isso prediz a usual direção da mudança cultural e (na medida em que o processo é baseado em uma reposição intergeracional da população), até mesmo, a razão na qual esta mudança é provável de ocorrer.

A proposta do “renascimento da cultura política” abriu novas possibilidades para os estudos de cultura política, por meio da análise da mudança na cultura política ao tratar essa como uma variável resposta também – ou mesmo variável interveniente – em vez de unicamente uma variável explicativa fixa. Contudo, essa proposta também apresenta alguns problemas ao tratar a mudança sem considerar o contexto histórico e político particular de cada região e os aspectos distintos de manifestação da cultura política nesses locais.

A revisão de alguns comentadores da história social e política da Argentina e do Brasil, amplamente reconhecidos na literatura, é fundamental para se tratar o problema apresentado em relação à falta de elementos históricos na teoria dominante da cultura política. No caso específico dos dois países, os autores trazem à discussão pontos que merecem ser considerados. Verificou-se que dois aspectos são recorrentes e destacados nessa literatura: a herança ibérica e a tensão entre coletivismo e individualismo.

Apresentadas essas constatações, o estudo pretende se debruçar no próximo capítulo sobre uma dimensão da cultura política que deriva da análise dos ensaios de pensadores latino-americanos e que, para os mesmos, é conformado pela tradição e o contexto político e social dessa região. Essa dimensão está ligada ao papel do Estado dentro das relações sociais.

4 – Estatismo e individualismo como elementos da cultura política

Dado o problema resultante da aparente contradição entre a teoria social latino-americana e as tendências encontradas por Inglehart em relação à mudança cultural e política, esse capítulo aborda algumas reflexões quanto à transformação nessa dimensão da cultura política e expõe uma hipótese baseada nas contribuições das duas correntes.

Antes de se iniciar a discussão sobre a dimensão da cultura política a ser estudada, se faz necessário detalhar de forma mais clara a natureza dessa dimensão. O fundamento central desse objeto a ser estudado está, além do conceito de cultura política analisado nos capítulos iniciais, no conceito de Estado.

Utilizaremos aqui o termo Estado em sentido amplo. Uma definição apropriada aos objetivos propostos pode ser encontrada em Garretón et al. (2007, p. 14) que entende o Estado como “uma gama de instituições públicas com funções coercitivas e integradoras e é também entendido como 'agente de desenvolvimento', 'cristalização da dominação' e uma 'projeção simbólica da unidade' [...] o Estado combina instituições concretas e simbólicas...”.

Dessa forma, o Estado pode ser considerado tanto como um ente social detentor do monopólio do uso da força em um dado território, derivação da concepção weberiana, como também é entendido enquanto um elemento do sistema social integrador e promotor de determinados processos dentro da sociedade.

De maneira prática, a definição de Estado utilizada incorpora tanto instituições formais e concretas reconhecidas como autoridades detentoras de poder de coerção, regulação e intervenção, como o Governo, os Partidos Políticos, o Congresso, o sistema judiciário, as Forças Armadas, quanto instituições simbólicas como a integração nacional, a classe política, entre outras.

Tal definição é fundamental e tem conseqüências diretas sobre a análise de cultura política proposta, na medida em que a amplitude na conceitualização de Estado é diretamente proporcional à amplitude de atitudes, valores, orientações e percepções expressos na

sociedade em relação ao papel do Estado. Ou seja, consideraremos como expressões dessa dimensão da cultura política, a opinião de indivíduos em relação às diversas instituições concretas e simbólicas que compõem essa perspectiva de Estado.

Assim, pretende-se contrapor à idéia de Estado as duas outras principais esferas do sistema social contemporâneo: o Mercado, como espaço principal de relações econômicas privadas envolvendo atores como Firms, Bancos, Prestadores de serviços privados entre outros; e a Sociedade Civil, como espaço simbólico de interações entre os indivíduos fora da esfera de mercado e do Estado, envolvendo instituições como ONGs, associações culturais, esportivas, recreativas, entre outras.

É importante destacar que a dimensão a ser estudada é composta pelo estatismo como um conjunto de valores, atitudes e orientação da população em relação ao papel do Estado na economia, na política, na vida social de um país. Não se trata aqui, de um estudo sobre o “efetivo” papel do Estado, mas o que os indivíduos pensam em relação ao mesmo.

4.1 – O Estado pós-guerra

Para muitos cientistas sociais a importância do Estado tem sido questionada desde a Revolução Francesa e a Revolução Industrial com o processo de *modernização* e, mais recentemente, pela aceleração do processo de integração entre economias do mundo – denominada geralmente por *globalização* – ou *mundialização* – *econômica*.

Geralmente esses questionamentos decorrem da análise do grau de intervenção do Estado na economia. Desde a década de 1930 com a Grande depressão, até décadas posteriores ao fim da II Guerra Mundial, o grau de interferência do Estado sobre a economia aumentou consideravelmente em vários países do Ocidente. Esse aumento se deu tanto pela formação de um Estado comprometido com a garantia do bem-estar social por meio de políticas de diminuição da desigualdade econômica, promoção generalizada da saúde e da educação, como ocorreu na maioria dos países europeus financiados pelo Plano Marshall,

quanto pela implementação do Estado desenvolvimentista com vistas ao crescimento da produção nacional.

O advento do Welfare State foi uma das principais causas da mudança de valores (INGLEHART, 1971; 1990; 1998). A partir do momento em que o Estado passou a garantir segurança física e econômica – características raras do período anterior à primeira metade do Século XX – à maioria da população, novos valores passaram a ser preponderantes nessas sociedades.

Juntamente com a segurança física e econômica, outra característica bastante marcante, porém não exclusiva do *welfare state*, foi o aumento sistemático do nível educacional de determinados países. Os “tigres” do sudoeste asiático são um exemplo emblemático de como a industrialização foi acompanhada de forte expansão da educação primária mesmo sem a implementação do *welfare state*. Esta expansão do sistema educacional primário e o aumento no nível educacional demonstraram ser fatores importantes, senão determinantes, para a mudança em direção a valores pós-materialistas (MOORS, 2003).

A mudança em direção ao pós-materialismo foi, também, a razão do desaparecimento gradual do *Welfare State*. Para Inglehart (1990:9),

A expansão do welfare state abrandou a impiedosa exploração do 'capitalismo laissez-faire', ajudando este a evoluir em direção a uma forma mais estável e viável de sociedade. Hoje, em contraste com a história precedente, as massas não morrem mais de fome, mesmo em período de severas crises econômicas; seu padrão de vida foi estabilizado em um nível modesto de segurança econômica.

Esse desaparecimento gradual acompanhou um movimento de diminuição da intervenção do Estado sobre a economia em diversos países. De acordo com Dezalay e Garth (2000, p. 163), “A história básica da transformação do Estado na América Latina e nos Estados Unidos da década de 1960 até o ano 2000 pode ser descrita como um deslocamento de Estados desenvolvimentistas ou Estados do Bem-Estar para Estados neoliberais...”.

Diversos processos foram importantes para que essa transformação pudesse ser realizada. Uma das principais causas está da propagação da ideologia neoliberal que encontrou seu apogeu na implementação do que ficou conhecido como Consenso de

Washington. No início da década de 1990, diversas instituições financeiras internacionais endossaram um conjunto de medidas econômicas a serem aplicadas com o objetivo de promover o ajustamento macroeconômico dos países em desenvolvimento que passavam por crises.

Ao comentar esse processo denominado de Consenso de Washington e seu impacto em países latino-americanos capitaneado pelos bancos credores internacionais, Aldo Ferrer (2006, p. 241) afirma que “Toda a estratégia econômica do devedor [economias latino-americanas] ficava assim submetida ao paradigma central que dessa vez implicava a abertura da economia e a redução do papel do estado”.

4.2 – Cultura Política e o “declínio” do Estado

Diversas são as explicações encontradas pelos estudiosos para explicar o aparente declínio do Estado após a Guerra Fria. Para o sociólogo Octavio Ianni (1997), o declínio da importância do Estado é causado, principalmente, pelo surgimento de novos atores que assumem papéis antes exclusivos do Estado.

Segundo o cientista político Francis Fukuyama (1997, 2005) as perspectivas e orientações em relação ao Estado e o próprio papel assumido pelo Estado na segunda metade do Século XX, foram fortemente influenciados pelo processo de modernização e de disseminação dos valores liberais. Tais processos, que não encontram rivais na atualidade, estariam produzindo uma posição estabelecida na população sobre o relacionamento ideal entre economia e Estado em prol de uma autonomia maior dos atores econômicos.

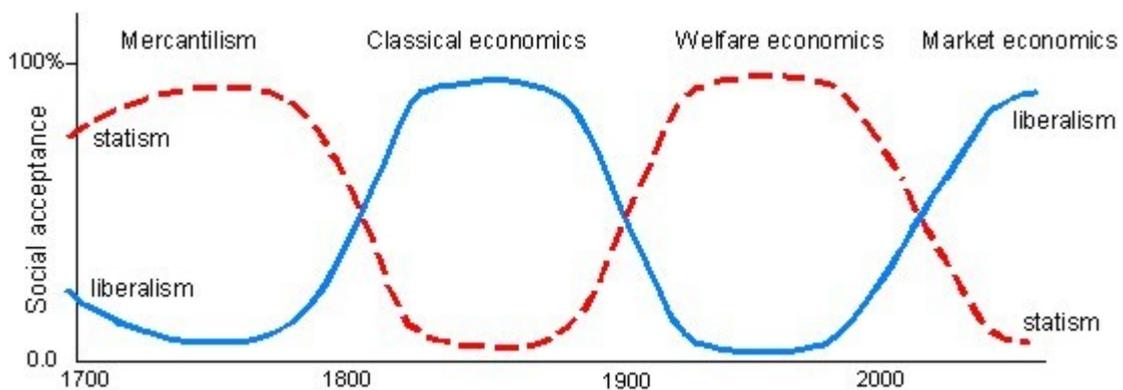
Para Kwasnicki (2000), o processo de aumento ou diminuição da intervenção estatal está ligado à “aceitação social” que as idéias estatais ou liberais recebem ao longo do tempo nas diversas sociedades. Segundo Kwasnicki (2000,p. 4)

The way of changes of social attitudes toward two opposing views of economic development, namely statism and liberalism, in the last 300 hundred years in the Western societies is suggested. Domination of any one of these opposing views of

social development in different periods is never total. At any time there are people claiming that the right way of social development is opposing to currently prevailing mode of development. This opposing view allows to initiate the issuing substitution phase what occurs when conditions of socioeconomic development are worsening.

Embora a colocação de Kwasnicki (2000) seja excessivamente determinista e evolucionista como corrobora a Figura 5, ela representa mais um exemplo dessa perspectiva que aponta para a transformação das orientações individuais em relação ao papel do Estado, e a relação dessas com o sistema político e social.

Figura 5 – Ondas de desenvolvimento econômico



Fonte: Reproduzido de Kwasnicki, 2000, p. 4.

Em um estudo comparativo entre o Japão e os Estados Unidos, Seymour Martin Lipset (1994) discute essa questão como uma dimensão decorrente de formações culturais distintas. Para Lipset (1994, p. 194), “...*variations in political orientation and social policies between Japan and America [United States] are linked to basic differences in orientation toward individualism and equality...*”. Após seu estudo que envolveu pesquisas de opinião pública nos dois países, Lipset (1994, p. 196) chega à conclusão de que embora haja uma discussão forte em torno da convergência de opiniões e atitudes que legitimem um tipo de regime e política do Estado, as diferenças culturais são significativas nesse processo:

The two nations follow different organizing principles. National traditions continue to inform the cultures, economies and politics of both countries in very dissimilar ways. One, the United States, follows the individualistic essence of bourgeois

liberalism and evangelical sectarian Christianity; the other, Japan, reflects the group orientated norms of the post-feudal aristocratic Meiji era. The former still stresses equal respect across stratification lines; the latter still emphasizes hierarchy in interpersonal relations. The first continues to suspect the state; the second places heavy reliance on its directing role.

De forma semelhante, Maristella Svampa (2004, p. 9 e 10) analisa a influência dessa nova conformação do Estado sobre aspectos da cultura política argentina:

el cambio en las formas de regulación estatal, la primacía del mercado como mecanismo de inclusión, van de la mano de una concepción del individuo (o del proceso de individualización), que enfatizan la noción de sujeto competente, de autorregulación, esto es, un individuo al cual se exige que se haga cargo de sí y que desarrolle las competencias y recursos necesarios para su inclusión en el mercado y el acceso a los bienes sociales, independiente de los recursos y soportes pre-existentes. Claro está, no es lo mismo que esta exigencia de individualización o autoregulación en el marco de un estado de bienestar, que en medio de un proceso de desregulación vertiginoso y radical, como el que se operó en Argentina ... Hay una frase de un sociólogo italiano, Giuseppe Améndola, quien dijo, “se autorregulan los que pueden, pero para los que no pueden está el Estado.

Marcello Baquero (1996) analisa a aparente contradição entre o apoio aos regimes neopopulistas na América Latina, que deram suporte ao neoliberalismo, e o descontentamento da opinião pública em relação às reformas neoliberais. Segundo Baquero (1996, p. 138), “Neste contexto, o tipo de cultura política que emerge com a institucionalização do neoliberalismo se caracteriza pelo distanciamento que se estabelece entre a sociedade e o Estado, restringindo a participação popular exclusivamente pelo voto”. O autor continua afirmando que “O neopopulismo, portanto, não só consegue sobreviver mas se institucionaliza como arma para garantir legitimidade aos governos neoliberais. Ao mesmo tempo, contribui para institucionalização de práticas políticas individuais em detrimento de ações coletivas.”

Em uma interpretação mais recente, após analisar alguns resultados mais atualizados da pesquisa de cultura política *Latinobarómetro* para a Argentina, Gabriel Vitullo (2007) verifica uma forte queda no apoio às privatizações e aumento nos índices de suporte ao gerenciamento estatal de diversas áreas. Para Vitullo (2007, p. 97), “Essas opiniões se inscrevem numa crescente onda de descontentamento frente às políticas de cunho neo-liberal,

onda que vem se expandindo, com distintos graus de intensidade pelo conjunto do continente nesses últimos anos”.

Essa posição de Vitullo (2007) traz à tona uma reação recente da opinião pública em relação às reformas econômicas ocorridas em quase todos os países latino-americanos durante a década de 1990 que tiveram impacto direto sobre a cultura política como será demonstrado no próximo capítulo.

4.3 – As raízes do estatismo e a tendência ao individualismo

Para Inglehart (2005, p. 144) *“the widely prevailing view among psychologists that traits such as individualism rather than collectivism are fixed traits of given cultures should be modified: they do indeed reflect given cultural heritage to some extent, the emergence, but the emphasis can change over time...”* e essa mudança é a principal característica das sociedades pós-industriais ocidentais, processo que se verifica por meio do “desenvolvimento humano”. Segundo o autor, a tendência do “desenvolvimento humano” que envolve uma série de mudanças de prioridades individuais calcadas no aumento do individualismo, da auto-expressão, da autonomia individual, é o aspecto central da transformação da cultura política na virada do século XX ao século XXI.

Alberto Carlos Almeida (2007, p. 193) também identifica uma síndrome semelhante no Brasil, que estaria relacionada ao aumento de escolaridade. Para o autor, a escolaridade é o fator fundamental de determinação da cultura política estatista: “Para quem deseja menos Estado, resta apenas o consolo de que esse é o destino da opinião pública no Brasil. É um processo longo, porém inexorável: também nesse aspecto, à medida que a escolaridade aumentar, o apoio social à presença do Estado na economia tenderá a tornar-se cada vez menor.” Continuando, o autor comenta que “Para mudar essa mentalidade hierárquica e pró-estatal é preciso escolarizar a população” (Almeida, 2007, p. 210).

Embora trate dessa questão de forma indireta, Castro (2000) enxerga na expressão da cultura política em relação às reformas estruturais da economia e do Estado uma posição coerente em relação à tradição política de países como Argentina, Brasil e Chile:

Outra característica deste final de milênio é a exaltação do individualismo. A máxima romana *Homo Homini Lupus*, revivida por Hobbes no século XVI, parece que foi cunhada para os tempos atuais. Sabe-se que o individualismo é considerado uma das bases da formação do capitalismo na Inglaterra e que se constituiu em uma das mais fortes formas de expressão das sociedades capitalistas avançadas. No entanto, essa não é a nossa tradição. A base de formação da nossa sociedade seguiu outra via, que tem no Estado a sua origem e força [...] Assim, ao serem analisadas as relações entre democracia e mudanças econômicas nos três países, salienta-se que o padrão de uma cultura política fragmentada e individualista tem conformado as atitudes das pessoas. Desta forma, o apoio às mudanças neoliberais é completamente congruente com a formação histórica dos países.

Segundo Catterberg (1991), a coexistência das posições estatistas e individualistas é um aspecto fundamental da cultura política na Argentina. A dimensão *individualista* seria a expressão de uma orientação voltada a ganhos pessoais, com metas próprias e sem aguardar estímulos externos. A dimensão *estatista* é característica de indivíduos que criam expectativas de mobilidade social, com forte ênfase no valor do trabalho, mas que vê no Estado a fonte geradora do bem-estar e que possui a função de atendimento de suas expectativas.

Essa dicotomia elaborada por Catterberg (1991) é fundamental pois expressa uma situação encontrada na realidade social mas que não é intuitiva do ponto de vista lógico. As categorias clássicas de comportamento na psicologia social se dão na oposição entre Individualismo e Coletivismo (Triandis, 1990;1995).

Comentando um estudo pioneiro de Geert Hofstede¹¹ realizado para a companhia IBM, Ferreira e suas colegas (2002, p.83) apontam que

A dimensão individualismo x coletivismo refere-se à natureza das relações que o indivíduo mantém com o grupo, caracterizando-se o individualismo pela prevalência do interesse individual sobre o grupal, o que leva as pessoas a se preocuparem apenas consigo próprias ou com sua família imediata, e o coletivismo, pela sobreposição do interesse do grupo sobre o individual, o que tem como consequência a formação de grupos coesos que protegem o indivíduo em troca de sua lealdade. [...] Analisando seus resultados, o autor concluiu que a cultura nacional era a explicação mais provável para as consistentes diferenças observadas entre os países...

Contudo, um aprofundamento nesse debate dentro da Psicologia Social, para além da discussão metodológica, é infrutífero pois os mesmos tratam de temas alheios à política ou como pontuam Ferreira e suas colegas (2002, p.)

¹¹ HOFSTEDE, Geert. *Culture's consequences: International differences in work-related values*. Beverly Hills: Sage. 1980

a maioria das pesquisas sobre essa temática ter se detido em comparações entre padrões de comportamento de asiáticos e norte-americanos e, eventualmente, de europeus, gerando, assim, resultados que podem não refletir a realidade de países latino-americanos, que possuem suas próprias especificidades culturais...

O que se pode identificar como mais provável seria a associação entre valores coletivistas e uma posição de apoio às ações do Estado, bem como uma relação mais forte entre valores individualistas e uma menor participação do Estado na sociedade (que é tomada como uma posição liberal).

De acordo com o estudo de Catterberg (1991, p. 18), os valores e atitudes individualistas podem também conviver com valores estatistas:

These attitudes and beliefs apparently contradictory, create a fundamental core for Argentine political culture: its individualistic and estatist character. It is individualistic inasmuch as the image of an open society with the wide possibilities for individual fulfillment is quite extensive. It is statist to the extent that fulfillment should be facilitated and supported by protectionist state policies

Como foi destacado durante o trabalho, existem dois discursos que se dão em diferentes esferas da academia, mas tratam da mesma dimensão da cultura política. Por um lado alguns autores tratam de uma tradição política e social presente em países latino-americanos, caracterizada entre outros pontos por uma forte separação entre sociedade e Estado, pelo apoio a manutenção de um Estado patrimonialista, por uma legitimação de relações sociais pautadas pelo Estado. Uma outra perspectiva presente na teoria dominante de cultura política aponta para uma tendência em todas as regiões do globo de aumento da autonomia individual, de fuga dos valores tradicionais, de valorização da auto-expressão.

Dessa forma, seguindo as pistas deixadas pelo estudo de Catterberg (1991), testaremos a hipótese de que nos casos argentino e brasileiro as duas posições aparentemente contraditórias podem ser complementares. Os valores e atitudes ligados a uma posição mais individualista são tão predominantes nessas sociedades quanto características de uma cultura política estatista.

5 – Alguns apontamentos de pesquisas empíricas

Para dar início à parte de análise empírica deste trabalho se faz necessário que sejam retomados o problema, a hipótese e os objetivos dessa investigação de maneira mais operacional. Como foi desenvolvido nos capítulos iniciais, o tema central dessa pesquisa é a mudança na cultura política. Tem-se como questão principal a tendência dessa transformação em países latino-americanos. O problema é derivado da trajetória da mudança de valores na Argentina e no Brasil. A população desses países têm apresentado maior ênfase em valores individualistas, com orientação autônoma, ou estatistas, com grau de dependência? Segundo Inglehart, a transformação na cultura política acompanha uma tendência global de favorecimento da autonomia individual *em detrimento* de um apoio à intervenção do Estado.

A hipótese a ser testada, combina apontamentos da teoria dominante de cultura política expressa pelos estudos de Ronald Inglehart e a tese de Edgardo Catterberg fortalecida por algumas considerações a respeito da tradição política latino-americana presentes em alguns autores clássicos da teoria social.

Dessa forma, para se alcançar o objetivo geral de analisar as transformações na cultura política de Brasil e Argentina, esse capítulo que apresenta a investigação empírica do estudo contém as seguintes partes: i) apresenta alguns dados da evolução política, econômica e social dos dois países nos últimos 20 anos; ii) realiza uma abordagem geral da dinâmica da cultura política nesse período e iii) verifica em que medida a hipótese testada pode explicar a questão da transformação da cultura política

5.1 - Sobre o método

O método da investigação empírica utilizado para tratar as dimensões selecionadas da cultura política é baseado em uma análise comparativa entre dois casos. Argentina e Brasil apresentam características sociais, políticas, culturais e econômicas adequadas para a realização de um estudo comparativo como será exposto.

Esse estudo se insere no ramo de “comparações focadas” (*focused comparisons*), como discutido por Hague e seus colegas (1998), dentro dos estudos comparativos. Nesse tipo de investigação, o número de casos selecionados é pequeno (de dois a quatro usualmente) com o propósito de se realizar uma comparação mais detalhada, se assemelhando a um estudo de caso múltiplo (YIN, 2005). Como o objetivo desse trabalho está em lidar com aspectos históricos dos últimos 20 anos, seria demasiado complexa a inclusão de mais casos no âmbito de uma dissertação.

Contudo, a análise comparativa de apenas dois casos requer quase a mesma precaução de não-generalização de um estudo de caso simples (PETERS, 1998). Apesar de constantemente ser referida a América Latina como o objeto de estudo, é necessário salientar que esta se trata de uma seleção intencional de dois casos semelhantes dentro dessa região mas que não pretende criar interpretações conclusivas acerca de todos os países latino-americanos e, sim, observar como esses casos se comportam nesse contexto regional.

Usualmente, a comparação entre dois casos é classificada, como propõe Przeworski e Teune (1970), em um desenho de sistemas mais semelhantes (MSS – *Most Similar Systems*) ou outro de sistemas mais diferentes (MDS – *Most Different Systems*). Embora pareça uma seleção de sistemas mais semelhantes, a presente investigação não pretende utilizar essa lógica de investigação por se tratar de um esquema mais apropriado à análise de relações causais específicas.

Embora utilize um teste de hipótese para um problema de relação entre fenômenos (mudanças estruturais e transformações na cultura política), a presente investigação se trata de uma “análise histórica comparativa” (SKOCPOL, 1979) com dois casos cuja trajetória histórica semelhante pode apontar para resultados mais conclusivos sobre a negação da hipótese elaborada. Utilizando os termos de Skocpol e Sommers (1980, p. 176),

In this first type of comparative history, the reason for juxtaposing case histories is to persuade the reader that a given, explicitly delineated hypothesis or theory can repeatedly demonstrate its fruitfulness its ability convincingly to order the evidence when applied to a series of relevant historical trajectories.

É importante salientar que a análise utilizada se dá no nível agregado. O título cita “argentinos e brasileiros”, mas seria mais preciso tratá-los como argentinos e brasileiros médios. Todas as comparações aqui realizadas estarão levando em conta medidas de

tendência central das populações dos dois países. Essa é uma questão controversa, visto a grande diversidade política, econômica, cultural e social existente dentro desses países. Contudo, como o foco desse estudo está em tendências de transformação da cultura política nacional, é razoável assumir como suficiente, para os objetivos propostos, interpretações de nível agregado.

Um outro assunto bastante discutível e que é recorrente em análises comparativas, versa sobre a questão da “falácia ecológica”. A equivocada inferência de relações de natureza individual a partir de análise estatística de dados agregados desse indivíduos é uma das principais críticas imputadas ao trabalho de Inglehart (SELIGSON, 2002). Contudo, como esse mesmo autor contesta, a natureza das relações estudadas de mudança na cultura política são de nível macro, ou seja, os fenômenos e os elementos que são relevantes se formam em nível agregado (INGLEHART e WELZEL, 2003). Além disso, existem formas de se testar resultados encontrados do plano agregado no nível individual

Seguindo a proposta desse capítulo serão apresentadas algumas considerações empíricas que demonstram a semelhança entre os casos selecionados e justificam essa seleção para o teste de hipóteses proposto.

5.2 – Mudanças estruturais

São tratados como “mudanças estruturais” nesse estudo, os novos fenômenos sociais que apresentam características essencialmente distintas dos processos tradicionais, ou que adquiriram importância, do ponto de vista sociológico, nas últimas duas décadas. Fenômenos como a internacionalização da produção e do consumo, o avanço e a popularização das novas tecnologias de informação e comunicação e as mudanças na estrutura demográfica, são operacionalizados no âmbito dos dois países selecionados com o objetivo de descrever o contexto histórico, social, econômico e político que deu origem às transformações da cultura política.

Desde a chegada dos europeus às Américas, Argentina e Brasil apresentaram traços semelhantes em sua formação histórica se comparados a países de fora da América Latina e essa região, como um todo, apresentou casos de colonização, independência e formação do Estado-Nação semelhantes uns aos outros.

Obviamente, a formação social e cultural anterior e posterior ao período de colonização são bastante distintos uns dos outros, também nos casos de Argentina e Brasil. A própria colonização levada a cabo por diferentes países, com línguas distintas, faz com que alguns autores coloquem os dois países em matrizes diferentes de formação histórica, embora exista uma tendência maior a analisar esse fenômeno enquanto “colonização ibérica”.

A história recente desses dois países, a partir da década de 1950, possui impacto maior sobre as mudanças estruturais a serem discutidas mais adiante. O período posterior ao fim da II Guerra Mundial foi marcado por acontecimentos políticos e econômicos relevantes para essa análise.

Com a eleição de Getúlio Vargas em 1950, com 49% dos votos, e de Juan Perón em 1951, com 62% dos votos, inaugura-se um período de consolidação da imagem populista dos dois líderes e de aprovação da opinião pública. É dado continuidade a gênese de uma economia industrial nos dois países, com forte apelo nacionalista (DEVOTO e FAUSTO, 2008).

Após esse período, os governos de Juscelino Kubitschek e Arturo Frondizi, na segunda metade da década, foram caracterizados por levarem adiante o projeto desenvolvimentista no campo econômico. As décadas de 1960 e 1970 se seguiram com sucessão de golpes e governos militares nos dois países.

A década de 1980 se inicia com a transição dos regimes militares para regimes democráticos. De forma geral, a Argentina apresentou uma transição muito mais conturbada em relação ao Brasil que passou por uma transição negociada (STEPAN e LINZ, 1996). Guardadas as diferenças entre as duas transições, algumas importantes transformações políticas e sócio-econômicas apresentaram o mesmo padrão nos dois países.

Durante esse período, como afirma Brasília Sallum Júnior (2004, p. 11)

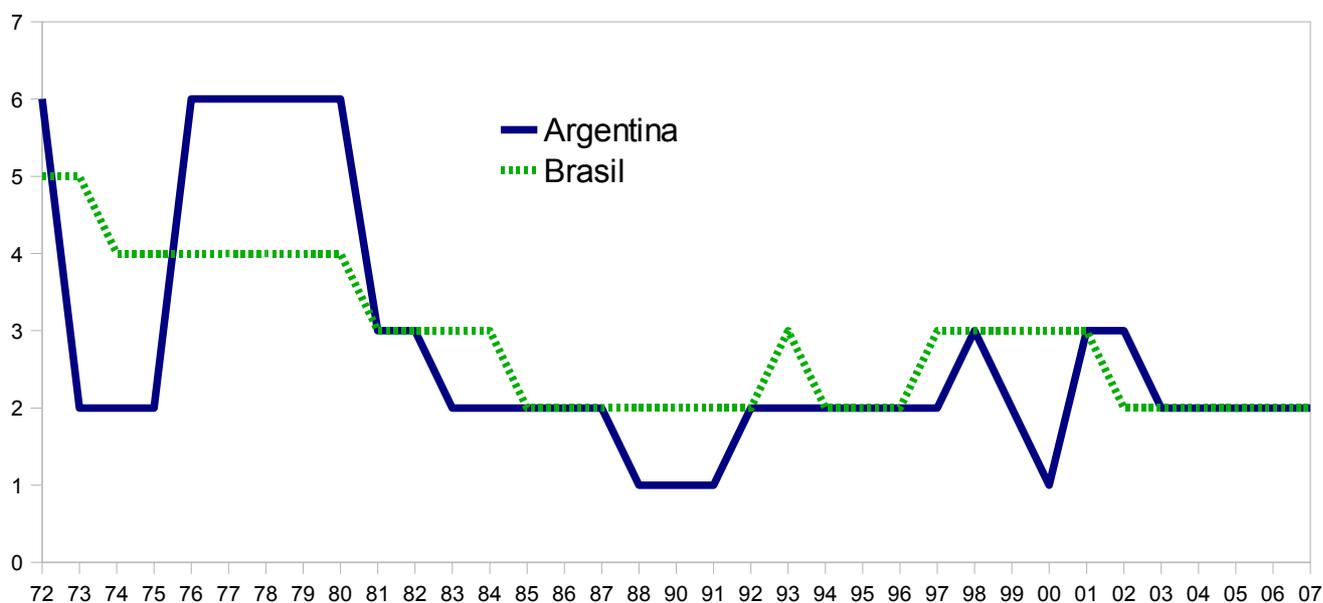
...as sociedades latino-americanas de matriz estado-cêntrica começaram a se transformar seja por processos de democratização política, seja de liberalização

econômica, ainda que os dois processos de mudança tenham acabado por ocorrer, de distintas maneiras, no período a que nos referimos. Brasil e Argentina – à diferença do México e do Chile – democratizaram-se antes de liberalizarem suas economias.

Dessa forma, a primeira mudança de caráter institucional é a realização de eleições diretas periódicas nos dois países para cargos políticos no poder executivo e legislativo tanto no âmbito federal quanto no âmbito regional interno a partir da primeira metade da década de 1980.

Para exemplificar tal mudança utilizamos dados da pesquisa *Freedom in the World* realizada anualmente pela organização *Freedom House* sobre Liberdades Civis e Direitos Políticos em diversos países. Embora essa medida seja questionável do ponto de vista de seu conteúdo, ou seja, da mensuração efetiva de direitos políticos e liberdades civis, ela apresenta uma descrição razoável da presença de determinados direitos e liberdades ao longo do tempo. Os gráficos 4 e 5 apresentam os resultados dessa pesquisa para Argentina e Brasil desde o ano de 1973. As medidas de Direitos Políticos (Gráfico 4) e Liberdades Civis (Gráfico 5) são elaboradas em uma escala de 7 graus em que 1 representaria o arranjo com mais direitos e liberdades e 7 o conjunto com menos direitos e liberdades¹².

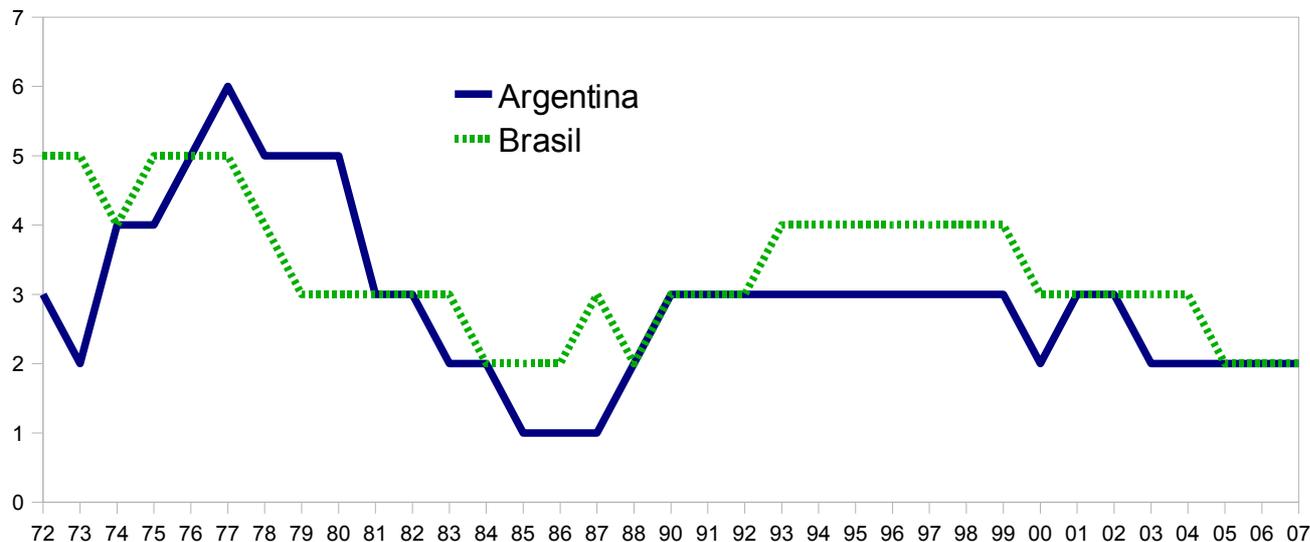
Gráfico 4 – Direitos Políticos na Argentina e no Brasil – Freedom House (1972-2007)



Fonte: Pesquisa *Freedom in the World* - Freedom House. Disponível em: www.freedomhouse.org
Acesso em: Agosto de 2008.

¹² Para descrição detalhada da metodologia, ver página na internet da organização *Freedom House*: www.freedomhouse.org.

Gráfico 5 – Liberdades civis na Argentina e no Brasil – Freedom House (1972-2007)



Fonte: Pesquisa *Freedom in the World* - Freedom House. Disponível em: www.freedomhouse.org
 Acesso em: Agosto de 2008.

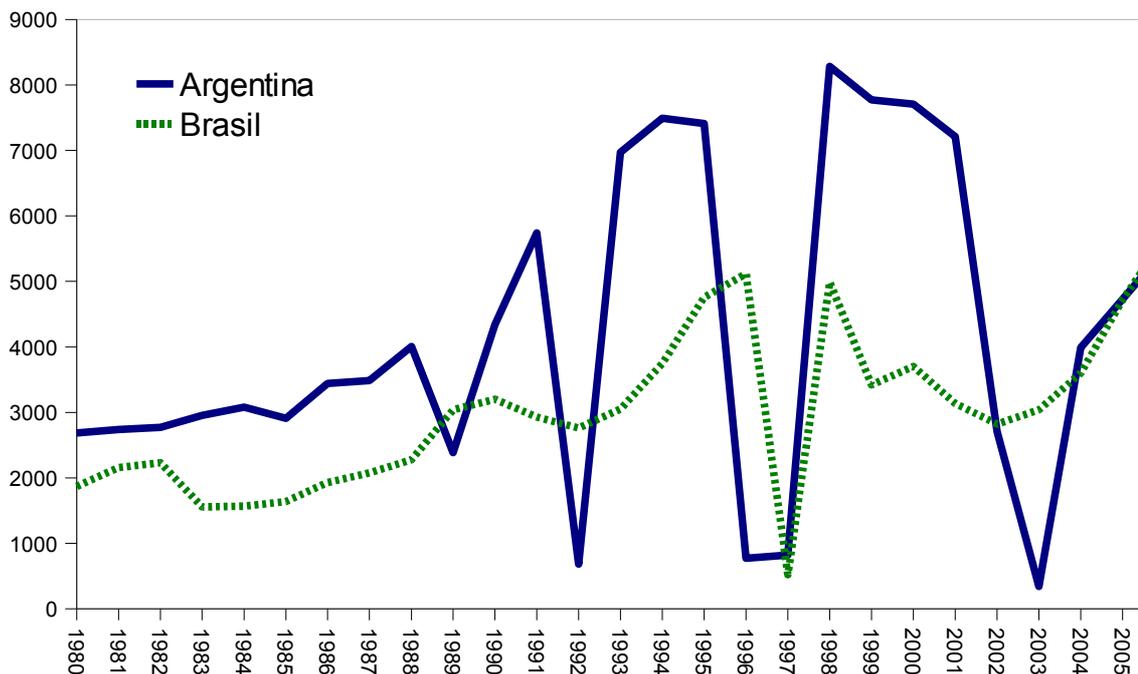
Como é possível observar nos gráficos acima, as mudanças políticas institucionais ocorridas no início da década de 1980 podem ser notadas por meio da alteração nos índices de liberdade política e de direitos políticos, mais relevante ainda é a estabilidade iniciada nessa década que encontra seu auge na década de 2000. Mesmo com as diversas crises econômicas e políticas enfrentadas pelos dois países na década de 1990 e início dos anos 2000, esses direitos e liberdades permaneceram em índices estáveis. É importante destacar também a semelhança entre os padrões dos dois países, no período anterior e posterior ao ano de 1980.

Durante as décadas de 1980 e 1990 algumas mudanças na estrutura produtiva das economias argentina e brasileira merecem ser destacadas. O modelo de substituição de importações com o objetivo de fortalecer a industrialização substitutiva de importação passou por enfraquecimento durante a década de 1980 e deu espaço a uma economia aberta ao capital externo, modelo característico dos anos 1990 (ENGE, 2005; FERRER, 2006).

Um fenômeno marcante desse período foram as crises cambiais e inflacionárias que apresentaram consequências diretas sobre o cotidiano de argentinos e brasileiros. Os gráficos a seguir apresentam alguns indicadores dessa relação. Conforme foi levantado no início desse capítulo o grau de impacto desses fenômenos foi diferente em diferentes anos nos

dois países, contudo é importante notar como de maneira geral esses fenômenos econômicos estiveram presentes e foram influentes para as duas populações.

Gráfico 6 – PIB per capita em \$USD na Argentina e Brasil (1980 – 2007)



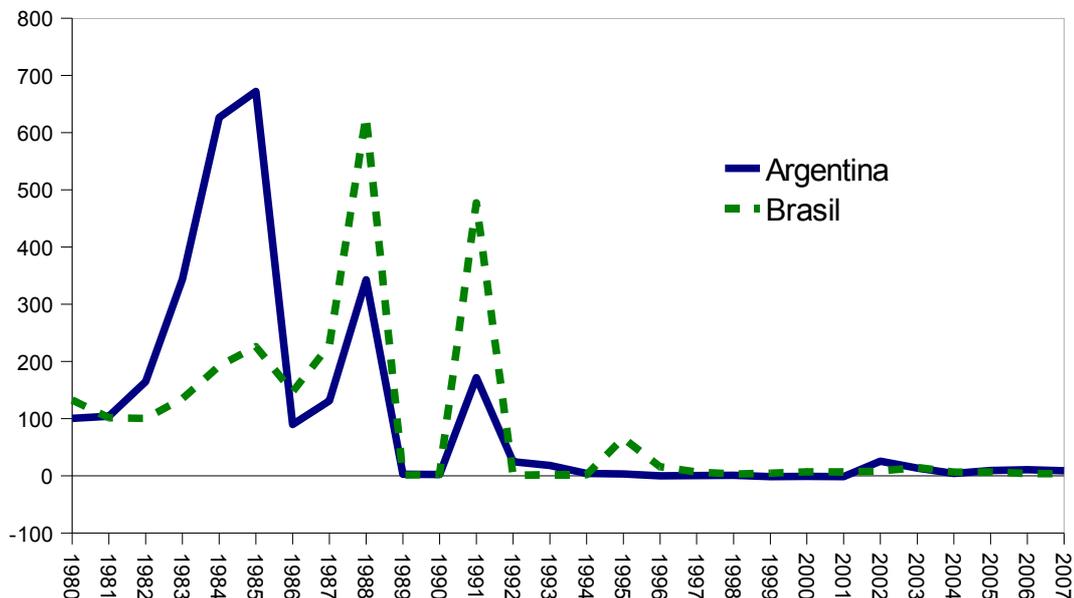
Fonte: *United Nations Statistics Division- National Database*. Disponível em www.unstats.un.org Acesso em: Agosto de 2008.

Nota: A preços constantes de 1990.

As sucessivas crises econômicas ocorridas durante a década de 1990 apresentaram um impacto muito mais profundo sobre a economia argentina como pode ser observado no Gráfico 6. Apesar de historicamente apresentar médias maiores que o Brasil, o PIB per capita argentino foi drasticamente atingido pelas diversas crises cambiais o que ser verificado em poucas ocasiões na história recente da economia brasileira.

Um outro componente da economia que têm influência direta sobre a vida do habitante médio e que foi muito marcante durante as décadas de 1980 e 1990 tanto no Brasil quanto na Argentina foi a sucessão de crises inflacionárias como aponta o Gráfico 7.

Gráfico 7 – Inflação - média de preços ao consumidor, mudança de % por ano na Argentina e no Brasil (1980 – 2007)



Fonte: *World Economic Outlook Database*, 2008 – IMF. Disponível em: www.imf.org/external/data.htm
Acesso em: agosto de 2008

No auge das crises econômicas e, principalmente, frente a uma dívida externa sem precedentes, Argentina e Brasil acabaram por adotar as medidas de “ajuste estrutural” recomendadas pelas instituições financeiras internacionais, desde a década de 1970, mas exigidas a partir do final na década de 1980. Assim, abriu-se mão do Estado desenvolvimentista em nome da liberalização econômica, em que vários serviços foram privatizados.

Dessa forma, além da inflação, outras consequências diretas ao cidadão comum como o aumento do desemprego e da concentração de renda foram características marcantes dessas duas décadas, embora os dois países apresentem nos últimos anos um padrão comum de aumento do PIB per capita com diminuição da desigualdade de renda, de controle inflacionário e de diminuição do desemprego.

Uma outra mudança estrutural, talvez a que seja mais distinta entre os dois países, se trata da massificação do ensino básico. A Argentina apresenta um histórico de escolarização da população muito mais adiantado que o Brasil. Em 1947, a população analfabeta entre os maiores de 14 anos na Argentina era de 13,6 %, enquanto no Brasil de

1950, entre a população de 15 anos ou mais, mais da metade, 50,5%, não havia sido alfabetizada.

No entanto, a partir da década de 1980 o Brasil vem reduzindo sistematicamente o número de analfabetos entre os adultos como aponta a tabela 3.

Tabela 3 – Taxa de alfabetização entre a população adulta na Argentina e no Brasil

Ano	Argentina	Brasil
1980	94	74
1985	95	79
1990	96	81
1995	96	83
2001/2000	97	86
2007	98	90

Fonte: *World Education Indicators Database. UNESCO Institute for Statistics*. Disponível em: www.uis.unesco.org/statsen/statistics/indicators/indic0.htm Acesso em: 19 junho de 2008

Um outro aspecto também importante para demonstrar a transformação pela qual passaram esses dois países é a popularização dos meios de comunicação em massa. A televisão, por exemplo, foi o principal meio de massificação da comunicação nesses dois países. Embora o rádio tenha desempenhado uma função primordial até a década de 1980, o aparelho de televisão passou a ser o principal meio de informação da população desses dois países. Segundo os dados da PNAD do IBGE¹³, em 1992, 74% dos domicílios brasileiros possuíam um aparelho de televisão e em 2007 esse número subiu para 94,8%. Na Argentina, dados da Secretaria de Cultura¹⁴ apontam que em 1980 havia 183 televisores para cada 1000 habitantes, em 1998 esse número subiu para 249 e em 2000 para 258, o que acompanharia a proporção brasileira, se tomarmos três habitantes por domicílio como média.

Mais recentemente, as chamadas novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) têm causado um forte impacto sobre as relações sociais desde as mais triviais como

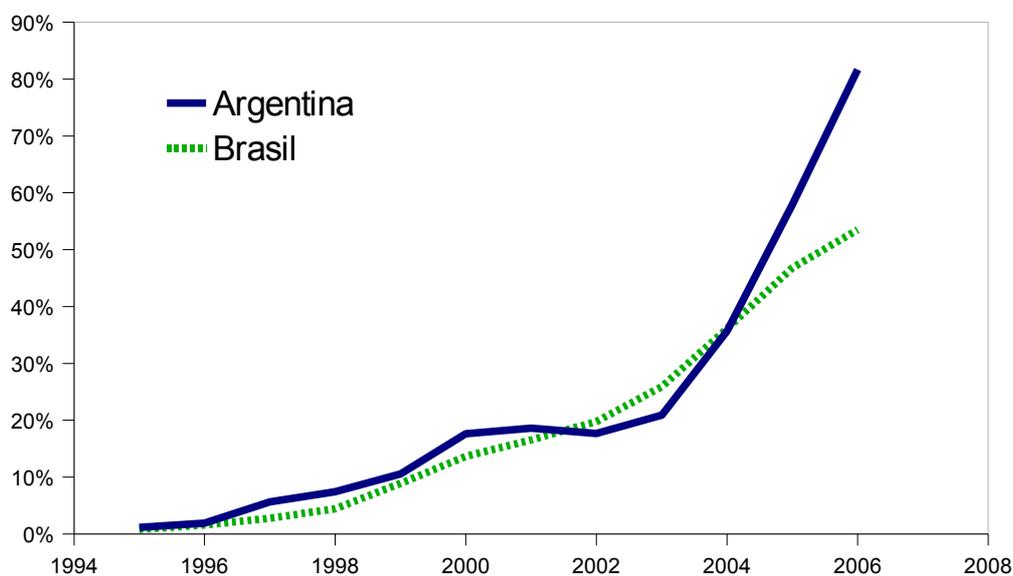
¹³ Séries Históricas da PNAD – IBGE. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/series_estatisticas/ Acesso em: 23 de set. de 2008

¹⁴ *Sistema de Información Cultural de la Argentina*. Disponível em: <http://www.cultura.gov.ar/sinca/sic/estadisticas/recdatos/index.php> Acesso em: 23 de set. de 2008

comunicação interpessoal até a viabilização de novas formas de associativismo e de organização de movimentos sociais (CASTELLS, 1999).

Embora o acesso às novas TICs como os computadores pessoais ligados a internet ainda seja minoritário na população desses países e esse fenômeno seja bastante recente, essas novas formas de se informar e de se comunicar têm crescido bastante, principalmente no área da telefonia fixa e móvel em ambos os países como apontam os Gráficos 8 e 9.

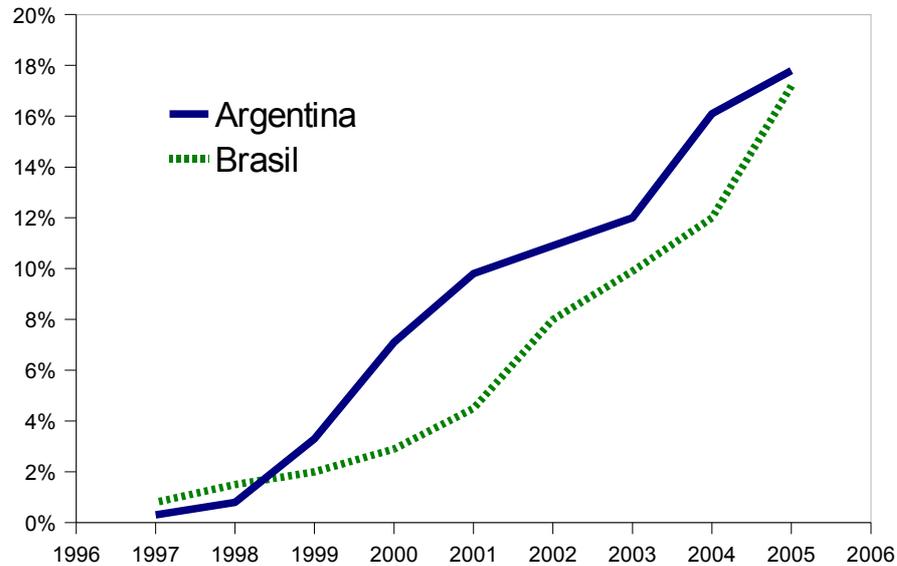
Gráfico 8 – Porcentagem de assinantes de telefonia celular na população (1995-2006)



Fonte: *International Communication Union DataBase*

Disponível em: www.itu.int/ITU-D/ict/statistics/ Acesso em: 23 de set. de 2008

Gráfico 9 – Estimativa do percentual de usuários de internet na população (1997-2005)



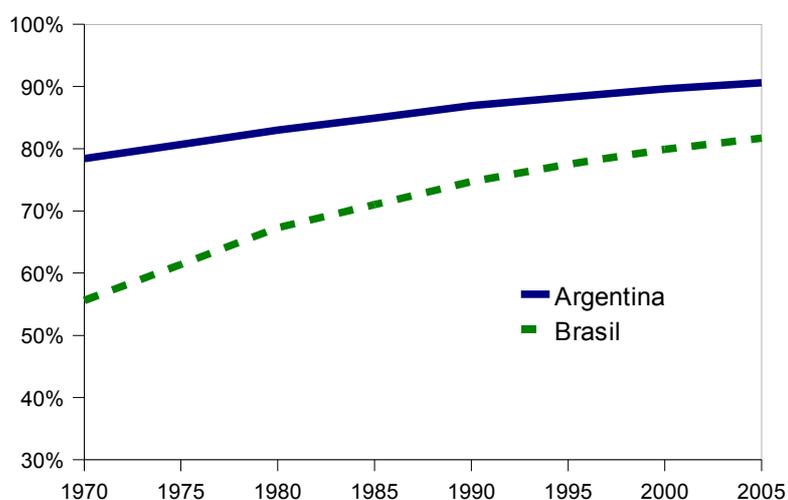
Fonte: *International Communication Union DataBase*

Disponível em: www.itu.int/ITU-D/ict/statistics/ Acesso em: 23 de set. de 2008

Também se faz necessário destacar as transformações no perfil demográfico dos dois países que passaram, nas décadas de 1980 e 1990, pelas mudanças que ocorreram nos países europeus em períodos anteriores. Basicamente, dois fatores alteraram de maneira mais incisiva a vida dos indivíduos desses dois países: a urbanização e o envelhecimento.

Como apontam os gráficos seguintes, os dois países passaram por alterações semelhantes, com um crescimento grande da proporção da população urbana e aumento na esperança de vida e o conseqüente envelhecimento da população.

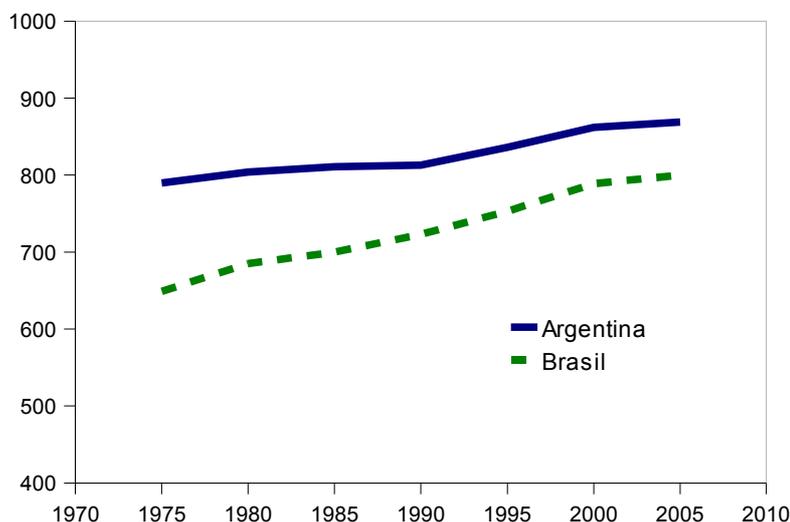
Gráfico 10 – Percentual da população urbana por ano (1970-2005)



Fonte: CEPALSTAT – Comissão Econômica para América Latina e Caribe. Disponível em: www.eclac.org/estadisticas/bases/. Acesso em: novembro de 2008

Um indicador que é recorrente em estudos comparativos e que é amplamente aceito em relação enquanto indicador de qualidade de vida é o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Esse indicador que integra variáveis educacionais, de renda e saúde aglutina alguns elementos destacados anteriormente e tem assumido o lugar do PIB per capita como o indicador mais apropriado de desenvolvimento sócio-econômico, inclusive nos trabalhos mais recentes de Ronald Inglehart. O Gráfico 11 aponta a evolução desse índice no Brasil e na Argentina.

Gráfico 11 – Índice de Desenvolvimento Humano na Argentina e no Brasil (1970 – 2005)



Fonte: *Human Development Report, 2007*. Disponível em: <http://hdrstats.undp.org/indicators/>. Acesso em: outubro de 2008

Com os breves dados expostos sobre as mudanças estruturais, procurou-se demonstrar que apesar de Argentina e Brasil serem dois países distintos, com populações distintas do ponto de vista cultural e social, ambos passaram por transformações institucionais semelhantes desde a década de 1980.

Mais adiante essa análise será importante para observar em que medida as mudanças verificadas nos valores, atitudes e orientações de brasileiros e argentinos são consequência dessas transformações.

5.3 – Visão geral sobre a cultura política pós-transição

Como foi exposto no capítulo 3, Inglehart com sua “teoria revista da modernização” pretende fugir dos determinismos econômicos ou culturais de outras teorias da modernização. Para isso, coloca que o caráter econômico e cultural estão em determinação mútua, mas é possível verificar precedência temporal de um aspecto ou de outro ao longo da história.

Assim, apontou que houve uma “revolução silenciosa” em alguns países europeus durante a década de 1970¹⁵. Resultante da estabilidade política e econômica posterior às mudanças ocorridas com o fim da Segunda Guerra, alguns países europeus e os Estados Unidos vivenciavam uma época de transformação de valores, em que as gerações mais novas apresentavam um conjunto de valores menos materialistas do que as gerações anteriores.

Utilizando essa mesma lógica de mudança na cultura política, é possível realizar uma análise mais focada na Argentina e Brasil no período pós-transição democrática, atentando para as transformações ocorridas ao longo do tempo. Para isso será utilizada a base do *World Values Survey* com resultados dos dois países, com algumas referências a outros países latino americanos.

¹⁵ INGLEHART, Ronald. "The Silent Revolution in Europe; Intergenerational Change in Post-Industrial Societies". *The American Political Review*, vol. 65, nº 4, pp. 991-1017, 1971.

A base de dados utilizada conta com as seguintes amostras detalhadas na tabela 4 por onda e ano de aplicação.

Tabela 4 - Ano e tamanho da amostra das pesquisas do WVS realizadas em seis países latino-americanos

	1ª onda	2ª onda	3ª onda	4ª onda	5ª onda
Argentina	1984 (n=1005)	1991 (n=1002)	1995 (n=1079)	1999 (n=1280)	2006 (n=1002)
Brasil	-	1991 (n=1782)	1997 (n=1149)	-	2006 (n=1500)
Chile	-	1990 (n=1500)	1996 (n=1000)	2000 (n=1200)	2005 (n=1000)
México	-	1990 (n=1531)	1996 (n=2364)	2000 (n=1535)	2005 (n=1560)
Uruguai	-	-	1996 (n=1000)	-	2006 (n=1000)
Venezuela	-	-	1996 (n=1200)	2000 (n=1200)	

Fonte: European and World Values Survey (XWVSEVS_1981_2005_v20080220.sav)

O interesse por política e a importância dada à política são questões muito recorrentes nas discussões acadêmicas. Existem evidências já amplamente divulgadas na literatura de que essas variáveis são razoáveis indicadores de sofisticação política. Um indivíduo que tende se interessar por política, se informa mais e participa mais da vida pública.

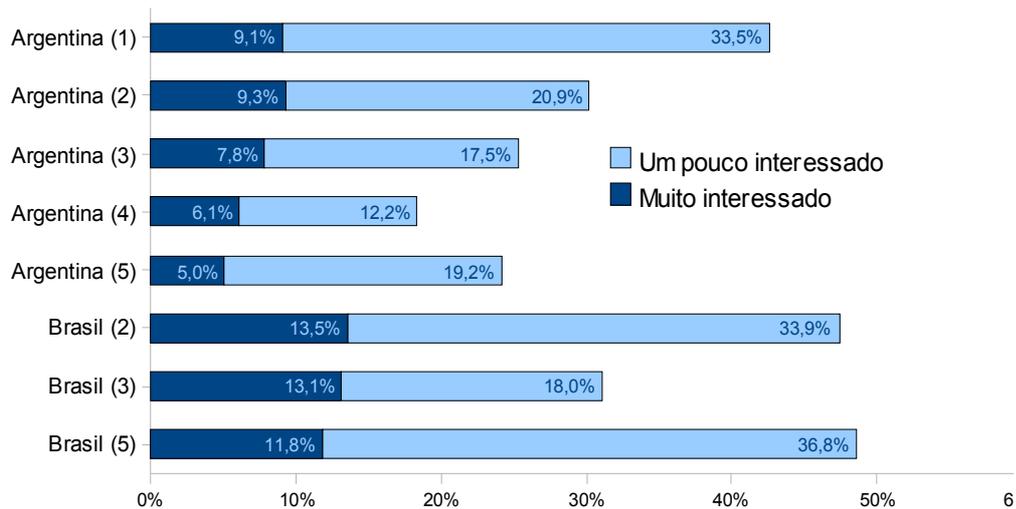
Nas amostras de Brasil e Argentina do WVS, as distribuições dessas questões¹⁶ estão expostas nos Gráficos 12 e 13. Das quatro respostas possíveis a cada questão, os pares de alternativas “Não muito interessado” e “Nada interessado”, e “Pouco importante” e “não é importante” foram omitidos nos gráficos 12 e 13 respectivamente. Dois aspectos são visíveis em uma análise inicial dessas questões. A proporção dos que dão mais importância à política e têm mais interesse pelo assunto é sensivelmente maior no Brasil.

Como afirma Moisés (1995, p. 110), a tendência na mudança nos padrões da cultura política brasileira seria a de aumento do interesse e da importância dada à política no

¹⁶ Todos os itens do questionário do WVS utilizados nessa análise estão detalhados no ANEXO IV.

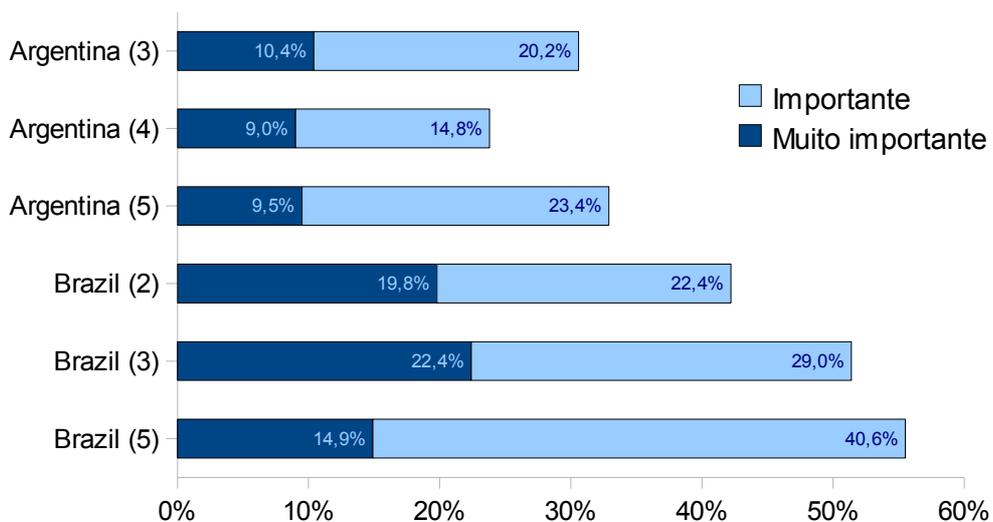
período pós-transição democrática: “Em primeiro lugar, essas mudanças apontam para a formação de uma opinião pública mais atenta aos processos políticos [...]; essa maior atenção implica em mais “interesse” pelos fatos da vida política [...]; em segundo lugar apontam para um maior reconhecimento da importância das instituições democráticas *per se...*”.

Gráfico 12 – WVS – Em que medida se interessa por política, por país (onda)



Fonte: European and World Values Survey (XWVSEVS_1981_2005_v20080220.sav)

Gráfico 13 – WVS – Em que medida a política é importante, por país (onda)



Fonte: European and World Values Survey (XWVSEVS_1981_2005_v20080220.sav)

Contudo, um outro aspecto que se destaca dos gráficos acima é a diminuição do interesse por política ao longo do tempo verificado na Argentina e o aumento na importância dada à política nos dois países. Tal padrão é reafirmado quando analisado por faixas de idades, em que é possível observar que as classes mais jovens apresentam menor interesse e dão mais importância ao longo do tempo.

Essa pode ser considerada uma característica do período posterior à transição democrática. Trata-se do que Inglehart e Catterberg (2002) denominaram de efeito do período pós-lua-de-mel nos países da chamada terceira onda de democratização. Nesses países, como Argentina, Brasil e a maioria dos países latino-americanos, após a mudança de regime caracterizada por grande efervescência política, cresce a “desilusão” com a democracia visto que as expectativas se tornam frustradas e os índices de interesse e participação política tendem a diminuir. Contudo, afirmam os autores, é esperada uma retomada no crescimento desses índices após a estabilização da democracia.

Tal explicação é bastante plausível visto que mesmo entre os diferentes grupos de idade, de renda e de escolaridade o padrão se repete. Além disso a quinta onda já aponta um aumento significativo do interesse e da importância dada à política nos dois países, o que demonstra um reflexo da estabilidade após as crises políticas e econômicas da década de 1990 e início dos anos 2000.

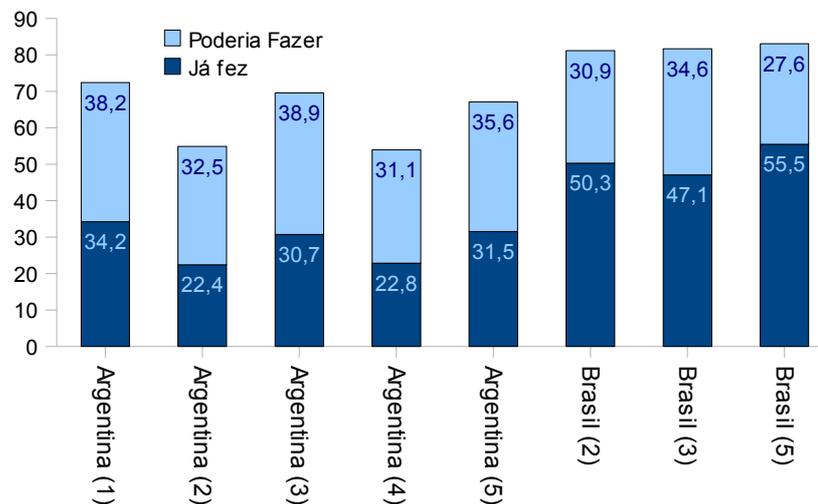
Há uma observação necessária em relação a essas duas questões quanto ao seu aspecto metodológico. Apesar de serem bons indicadores de sofisticação política, elas são abstratas e muito vulneráveis a variações nas conjunturas políticas e econômicas.

Por outro lado, as medidas de ação e participação política são mais objetivas e proporcionam uma análise melhor de elementos mais permanentes da cultura política. O Gráfico 14 levanta um exemplo do que Inglehart e Welzel (2005) chamam de novas formas de “participação política não-convencional” resultantes da mudança de valores e que Norris (1999) comenta que levou a formação do “cidadão crítico”. A tendência ao aumento de manifestações políticas como os “abaixo-assinados” seriam para esses autores uma expressão de como as bases sociais da política estariam se transformando. Nas palavras de Inglehart e Welzel (2005, p. 294)

The bureaucratic organizations that once controlled the masses, such as political machines, labour unions, and churches, are losing their grip, but more spontaneous, expressive, and issue-oriented forms of participation, such as joining in petitions and demonstrations, are becoming more widespread

É interessante notar que na Argentina e no Brasil não é possível observar um “aumento” nesse tipo de manifestação, os níveis permanecem praticamente os mesmos ao longo das três décadas em que essa questão foi aplicada e essa parece ser a tendência visto que tanto as faixas mais jovens, quanto as faixas mais velhas, apresentam a mesma proporção de ação política.

Gráfico 14 – WVS- Ação Política: participar de abaixo-assinados, por país (onda)



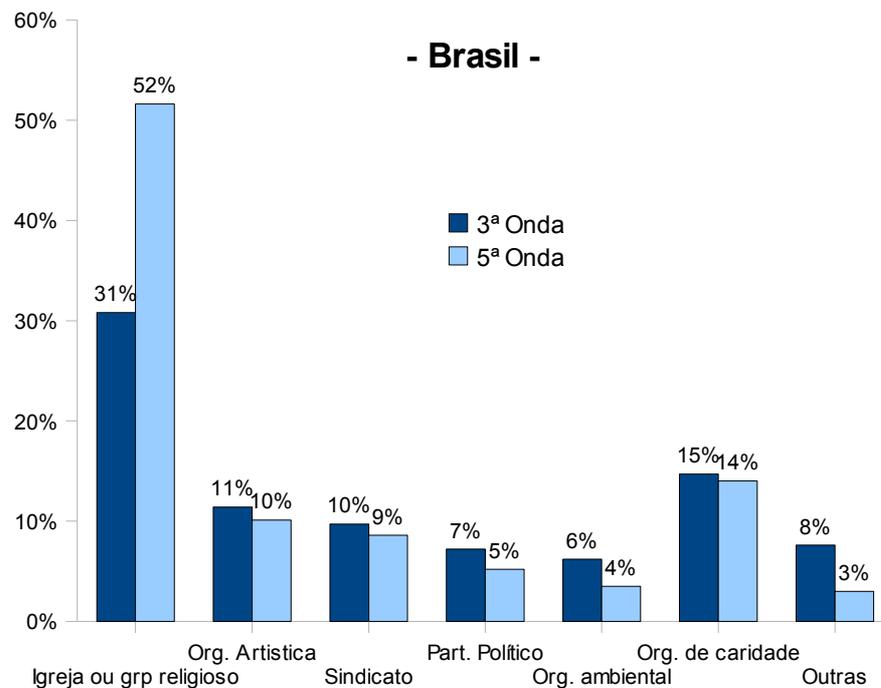
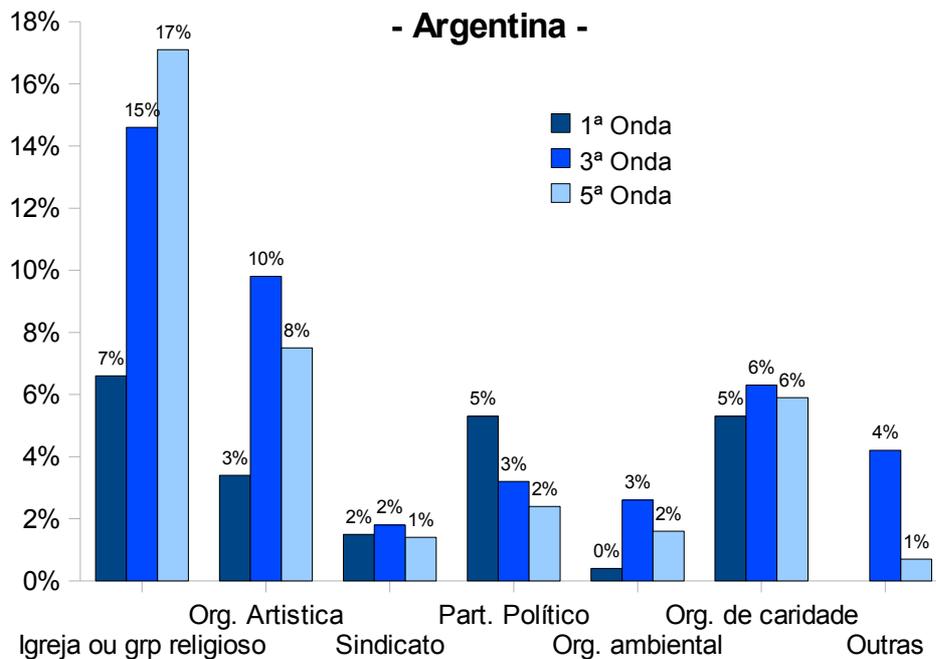
Fonte: European and World Values Survey (XWVSEVS_1981_2005_v20080220.sav)

Um outro indicador que também tem relação com a tendência apresentada por Inglehart é o de associativismo. A idéia de que o crescimento e o fortalecimento de uma sociedade civil organizada é uma característica do período de consolidação democrática está fortemente difundida na literatura (AVRITZER, 1994). Há ainda um debate mais aprofundado a respeito das características da cultura política latino-americana que estariam criando as bases para o surgimento e crescimento de fenômenos políticos como os novos movimentos sociais, as ONGs, conselhos gestores e orçamentos participativos (ALVAREZ, DAGNINO e ESCOBAR, 2000).

Contudo, as amostras do WVS para o Brasil e a Argentina apontam para uma diminuição do associativismo de forma geral, tanto de organizações tradicionais como

“Partidos Políticos” quanto das novas organizações como as de “Proteção ambiental”. O Gráfico 15 expõe a porcentagem dos entrevistados que “pertencem e participam” das organizações citadas.

Gráfico 15 - WVS-Pertencimento e participação em organizações



Fonte: European and World Values Survey (XWVSEVS_1981_2005_v20080220.sav)

Tais tendências apontadas pelo WVS para o Brasil e a Argentina e mesmo para os Estados Unidos como verifica Robert Putnam (2000), estariam sendo responsáveis pelo declínio do capital social? Não necessariamente. Esses modelos de associativismo tradicional estão em processo de transformação mas não de extinção. Como apontam Inglehart e Welzel (2005, p. 142),

The nature of social capital is changing in postindustrial societies. Growing individualization makes people increasingly socially independent: the social ties in which they engage reflect their autonomous choices rather than conformity to externally imposed groups. [...] Ties are more and more intrinsically shaped rather than externally imposed.

Além disso, o conceito de capital social, assim como o de cultura política, é dinâmico e, necessariamente, construído em síntese com elementos do sistema social de cada grupo como analisado por Maria Inez Walter (2005, p. 219)

...capital social conceituado a partir de sociedades de referência é apenas um tipo ideal que no entanto não serve como paradigma. Nas características de cada sociedade há pontos a explorar que podem contribuir para o estoque de capital social e isso não é possível de ser enquadrado em modelos estáticos, nem mesmo para falar de uma única sociedade porque em todas há algum dinamismo.

Assim, é possível supor que o crescente aumento da participação em grupos religiosos e o alto índice relativo de participação em organizações artísticas como os apontados sejam chaves para compreensão dessa mudança na forma de se produzir capital social ou dos aspectos sociais relevantes de sociedades latino-americanas que caracterizam essa nova forma de associativismo. Contudo, uma afirmação mais conclusiva demandaria levantamento de muito mais evidências e argumentos que desviaram o foco dessa análise.

Um aspecto que está fortemente relacionado com o associativismo e o capital social é a confiança nas instituições e a confiança interpessoal. Essas duas variáveis são amplamente utilizadas não só como elemento central do capital social mas fazem parte do rol de variáveis que compõem o conceito de cultura política utilizado por Ronald Inglehart.

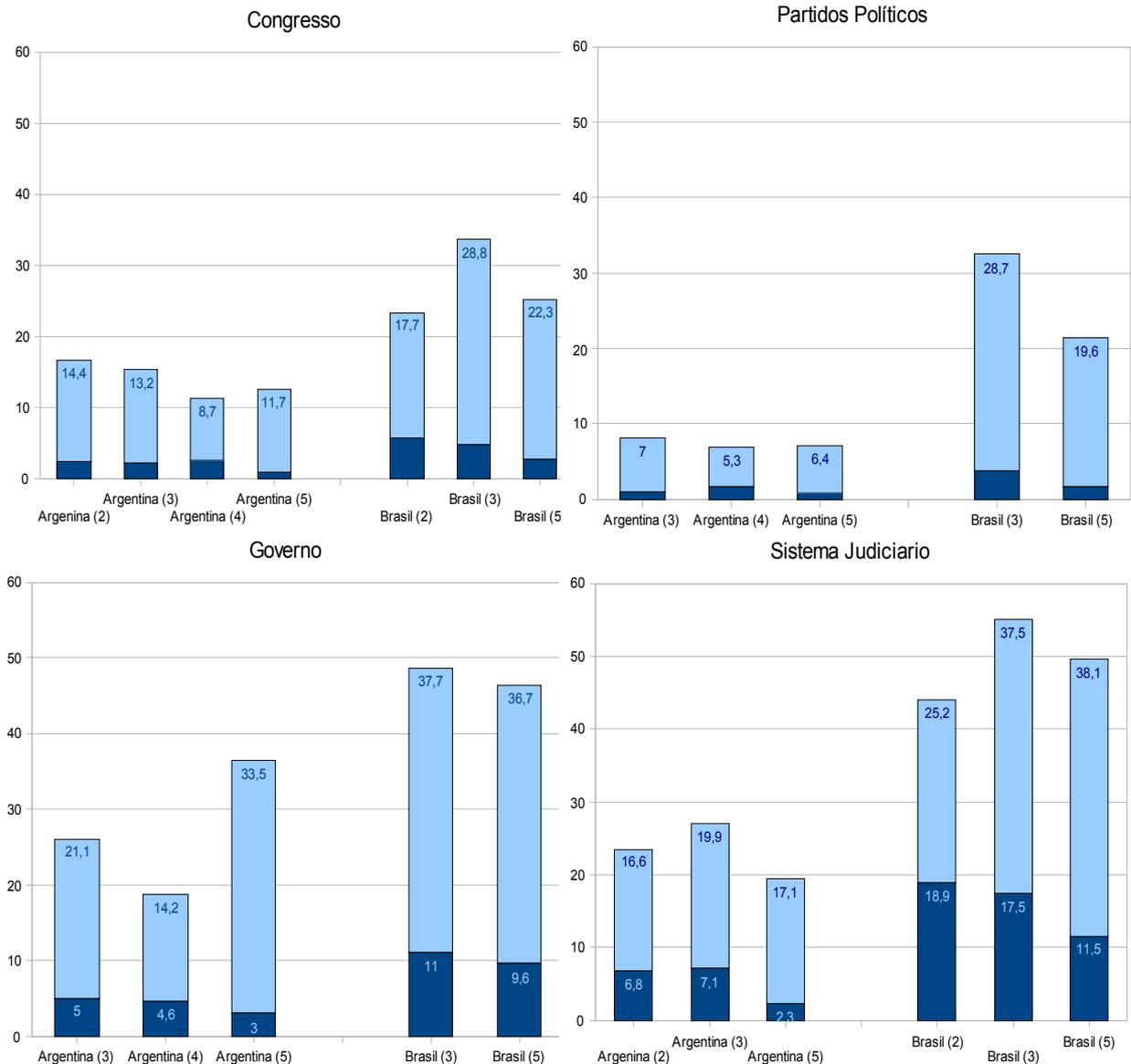
Além do controverso debate a respeito da possibilidade e da forma mais apropriada de mensuração dessas variáveis (LUNDASEN, 2002), as mesmas representam um

papel muito variável entre culturas diferentes como discutido no capítulo 2 e abordado por diversos estudos (RENNO, 2001; WALTER, 2005)

Faz-se necessário diferenciar confiança interpessoal e confiança nas instituições. Os dois possuem a mesma base conceitual e apresentam relação mútua na maioria dos estudos mas medem dimensões distintas da confiança. A confiança nas instituições, por sua vez, demonstra o maior grau de sensibilidade às mudanças sócio-econômicas (MOISÉS, 1995) e maior relação com as medidas de satisfação com o regime político.

Nas amostras do WVS, as medidas de confiança interpessoal revelam um índice muito mais baixo em relação a outros países (Na Argentina, na quinta onda, 16,9% dos respondentes acreditam que a maioria das pessoas é de confiança, no Brasil, esse número é de 9,2% na mesma rodada). Enquanto isso, os índices de confiança nas instituições apresentam os seguintes resultados expostos no gráfico 16.

Gráfico 16 – WVS-Percentual de confiança em algumas instituições do Estado



Fonte: European and World Values Survey (XWVSEVS_1981_2005_v20080220.sav)

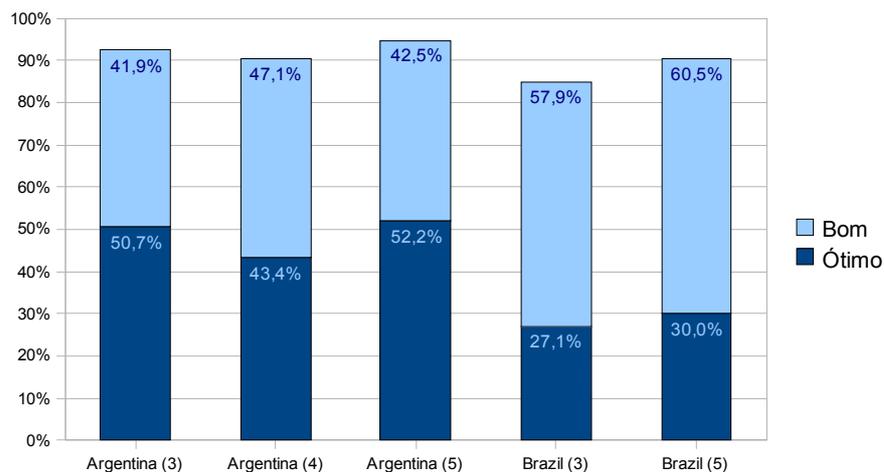
Como será discutido na próxima parte desta análise, a baixa confiança em instituições do Estado e o aumento do “estatismo” aparenta ser uma questão contraditória. Principalmente se considerarmos que a baixa confiança institucional é resultante de uma insatisfação com as ações dessa instituição. Para Baquero e Prá (2007, p. 174)

...tal desconfiança não pode ser atribuída a uma deficiência da educação cívica. Pelo contrário, os dados sugerem que existem bases racionais para desconfiar das instituições políticas, em virtude de sua ineficiência em resolver problemas de natureza básica (moradia, educação e saúde).

Finalizando esta sessão, não se pode deixar de observar a mudança da opinião pública em relação ao regime político. Como verifica-se com a análise das amostras do WVS, Argentina e Brasil vivem o que Moisés (1995) denomina como “paradoxo da legitimidade democrática”. A democracia enquanto um tipo de regime político recebeu um apoio normativo crescente após o período de transição. Contudo, a insatisfação da opinião pública com relação aos políticos e algumas instituições democráticas levam alguns autores a considerarem a possibilidade de reversão ou de legitimação a regimes autoritários.

O gráfico 17, aponta os resultados do WVS para a questão do apoio ao regime democrático.

Gráfico 17 – WVS-Opinião sobre ter um sistema político democrático



Fonte: European and World Values Survey (XWVSEVS_1981_2005_v20080220.sav)

Observa-se pelo gráfico acima que os índices de aceitação do sistema político são altos nos dois países. Um aspecto que não pode deixar de ser mencionado é o papel das crises econômicas e políticas sobre os elementos expostos da cultura política. Verifica-se nas análises históricas do WVS que a quarta onda da Argentina, aplicada no ano de 1999, apresenta resultados destoantes dos demais devido à crise econômica e política iniciada nesse ano no país.

5.4- Individualismo e Estatismo entre argentinos e brasileiros

Respondendo ao problema central dessa dissertação, Inglehart e Welzel (2005, p. 299, grifo meu) concluem que “*Favorable existential conditions contribute to emerging self-expression values that give individual liberty priority over collective discipline, human diversity over group conformity, and civic autonomy over state authority.*”

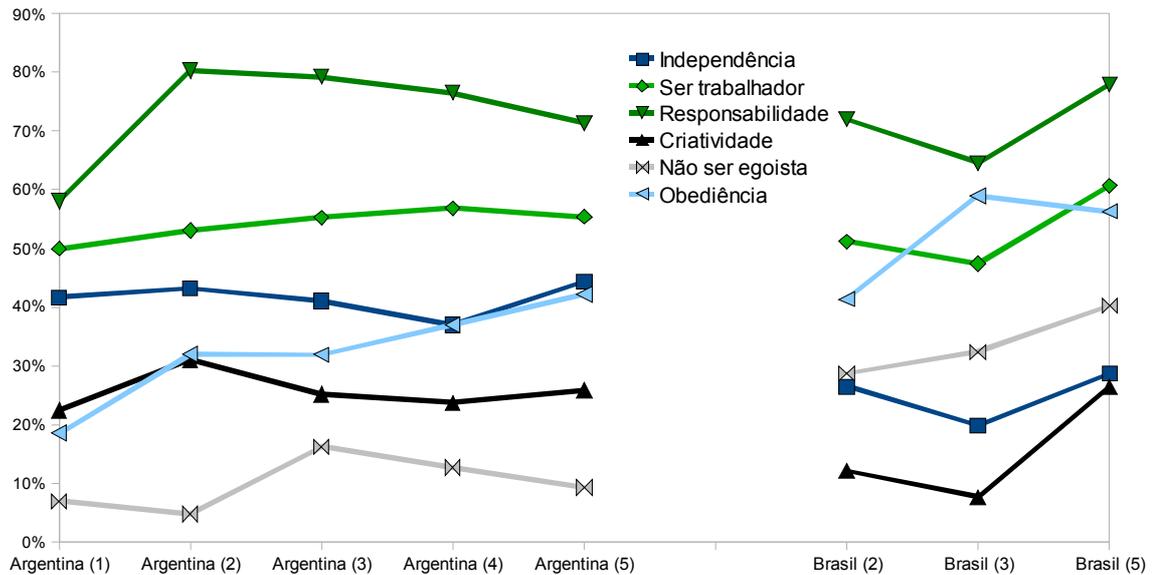
Dada a questão de mudança na cultura política no que tange ao papel do Estado, a hipótese que testamos se distingue da assertiva de Inglehart e Welzel, na medida em que demonstra que os dois processos de “autonomia cívica” e “autoridade do Estado” emergem com as mudanças estruturais das duas últimas décadas.

Esta parte da investigação apresenta algumas evidências empíricas que dão apoio à hipótese testada. Antes de dar início à análise das questões objetivas sobre o papel do Estado é importante expor algumas evidências quanto aos “valores básicos” que são dos elementos mais permanentes da cultura política.

Em acordo com a constatação de Inglehart e Welzel (2005), verifica-se que, juntamente com as mudanças estruturais características das sociedades pós-industriais, houve uma mudança no padrão de valores básicos dos indivíduos dessas sociedades. Na dimensão que selecionamos para análise, é possível verificar um aumento de valorização da autonomia individual e de aspectos de auto-expressão que criam uma trajetória denominada por Inglehart e Welzel como trajetória do desenvolvimento humano.

A despeito da denominação dessa tendência, os gráficos seguintes demonstram como valores típicos dessa dimensão individualista estão relacionados com as mudanças estruturais.

Gráfico 18 – WVS-Qualidades importantes a serem ensinadas aos filhos



Fonte: European and World Values Survey (XWVSEVS_1981_2005_v20080220.sav)

A questão mais importante a se notar nesse gráfico é a baixa valorização da qualidade de não ser egoísta, decrescente nos últimos 20 anos na Argentina e crescente no Brasil, e o aumento da idéia de independência entre os entrevistados das duas últimas amostras dos dois países. Esses valores apresentam uma tendência se considerarmos que entre os mais jovens (15 a 29 anos) a menção à independência aumenta 2% na Argentina e 4% no Brasil em relação a amostra geral da última onda. O mesmo acontece em cidades com mais de 500 mil habitantes em que essa qualidade é mencionada 7% a mais do que entre habitantes de outras cidades brasileiras, na quinta onda, e 3% a mais entre habitantes de cidades grandes argentinas. O mesmo padrão é verificado para a menção da qualidade de não ser egoísta que apresenta queda entre os mais jovens e entre os habitantes de conglomerados urbanos.

Existe ainda uma outra bateria de itens no questionário do WVS relativos a essa dimensão estudada que é baseada na teoria de individualismo-coletivismo de Shalom Schwartz. Como apontam Gouveia e Clemente (2000), nessa perspectiva de Schwartz:

O individualismo descreve um tipo de orientação em que, no âmbito interpessoal, os indivíduos são considerados como discretos, autônomos, auto-suficientes e respeitosos quanto aos direitos dos demais. [...] Leis, regras e regulações são institucionalizadas com o fim de proteger os direitos individuais, cada qual sendo

capaz de expressar os seus próprios através de meios informais e formais (como o sistema legal). O Estado é governado através de eleições democráticas, cujo propósito é manter os direitos individuais e a viabilidade das instituições públicas. Como resultado, nas culturas individualistas, cada pessoa é animada a ser autônoma, autogerida, única e assertiva, e a valorizar a intimidade e a liberdade de eleição. O coletivismo, por sua vez, enfatiza o bem comum e a harmonia social acima dos interesses individuais. [...] As instituições são percebidas como uma extensão da família, e o paternalismo e moralismo legal (ou seja, os valores morais institucionalizados em códigos legais) são imperativos. Com o fim de promover o bem-estar coletivo e a harmonia social, as pessoas são encorajadas a suprimir alguns dos seus desejos individualistas e hedonistas. Como resultado, a interdependência, o apoio social, o destino comum e o cumprimento são alguns dos seus aspectos mais importantes

Baseada nessa tipologia, o Gráfico 19 apresenta os resultados da bateria de questões citadas nas amostras de Brasil e Argentina. Os três pares selecionados são resultantes de sucessivas análises fatoriais com rotação varimax que apontaram para o melhor ajuste conforme expõe a tabela 5. Os dois componentes extraídos com a análise explicam 55,9 % e 46,9% da variação total para as amostras da Argentina e do Brasil, respectivamente.

Tabela 5 – WVS- Análise Fatorial da Escala Schwartz

Componente	Argentina		Brasil	
	1	2	1	2
Ser rico	0,425	-0,598	0,618	-0,165
Fazer o que gosta	0,527	-0,564	0,594	0,323
Ter sucesso	0,745	-0,265	0,712	0,299
Ajudar pessoas	0,546	0,385	-0,087	0,691
Evitar fazer o que os outros acham errado	0,558	0,533	-0,245	0,613
Tradição é importante	0,376	0,642	-0,145	0,641

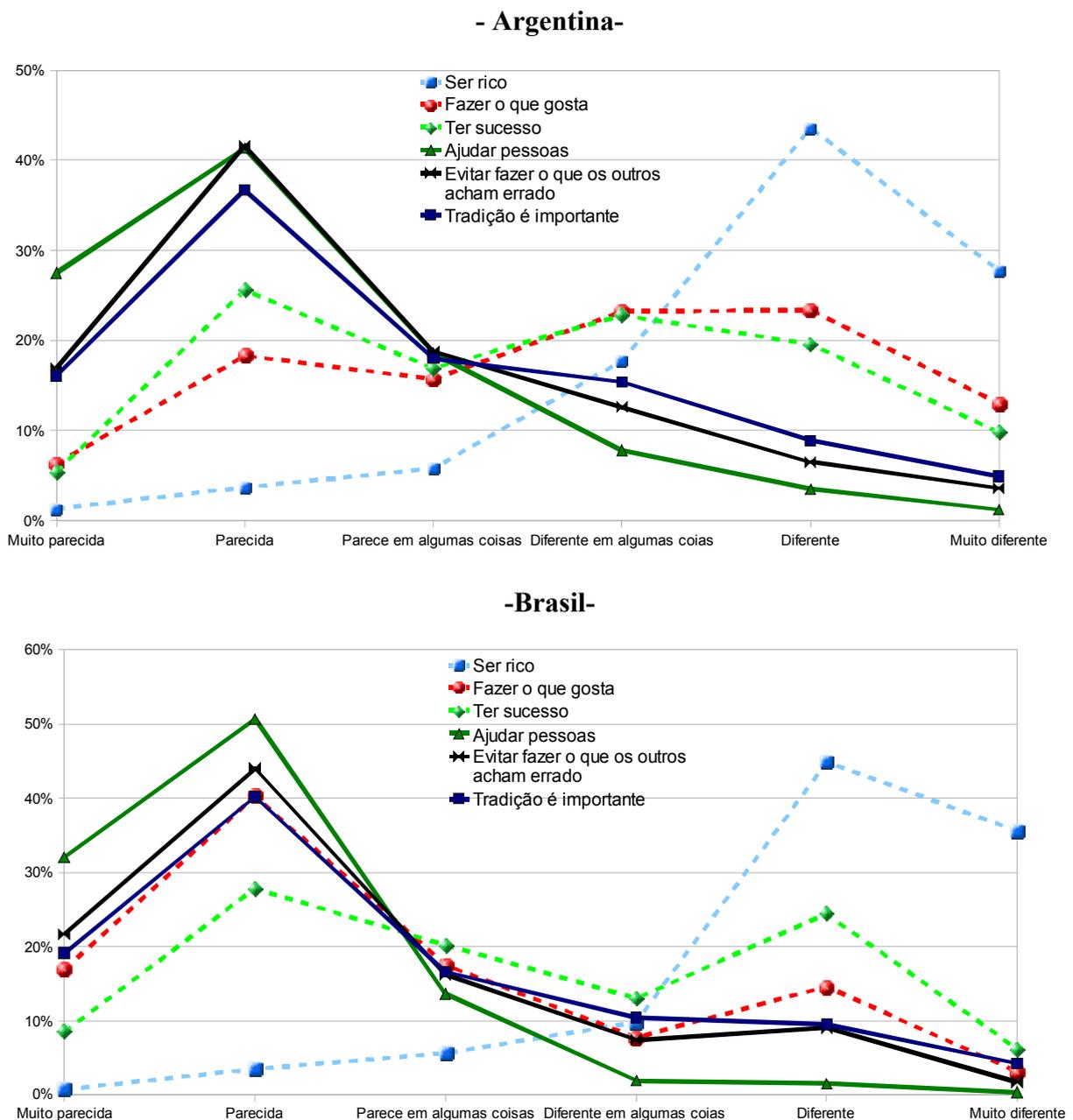
Nota: Argentina (n=1000) Brasil (n=1500). 5a. onda.

Fonte: European and World Values Survey (XWVSEVS_1981_2005_v20080220.sav)

Com relação ao gráfico 19, é visível, primeiramente, a semelhança do padrão entre os dois países. Segundo, o predomínio de perfis mais identificados com os outros acham errado”, “Tradição é importante”) também é claro. Tal resultado, que considera somente a quinta onda (a bateria de questões foi incluída com variáveis da dimensão coletivista (“Ajudar pessoas”, “Evitar fazer o que nessa rodada), levanta um aspecto fundamental para o restante da análise. Embora exista uma tendência ao individualismo nos demais países não é possível

verificar com clareza essa tendência nos países selecionados, a tradição social argentina e brasileira é coletivista, como foi discutido no capítulo 3, e isso ainda exerce uma influência muito forte sobre as variáveis de cultura política.

Gráfico 19 – WVS-Escala Schwartz



Fonte: European and World Values Survey (XWVSEVS_1981_2005_v20080220.sav)

Não é possível medir de forma mais precisa o que caracterizaria um perfil mais individualista e qual o impacto ao longo do tempo, visto que não há uma série temporal de dados para realizar esse teste. Contudo, é possível mensurar a influência de questões sócio-econômicas sobre essas variáveis.

Com o objetivo de tornar essa mensuração mais clara, foi criado um índice de individualismo¹⁷, baseado na bateria de itens do gráfico 19. Esse índice vai de 0 a 36 em que os valores mais baixos representam perfis mais ligados à dimensão coletivista e valores mais altos à individualista.

Tomando o índice de individualismo como variável resposta, foi criado um modelo de regressão que incluiu como variáveis explicativas aspectos sócio-econômicos ligados às mudanças estruturais. Os coeficientes padronizados para cada amostra se encontram na Tabela 6.

Tabela 6 – Coeficientes de regressão para Índice de Individualismo

	Argentina	Erro padrão	Brasil	Erro padrão
Escolaridade	0,169*	0,064	0,097*	0,040
Idade	-0,251*	0,007	-0,257*	0,006
Tamanho da cidade	0,167*	0,053	0,162*	0,055
R ² ajustado do modelo	0,148		0,111	

*significantes em 0,01

Notas: Argentina (n=1000) Brasil (n=1500). 5a. onda.

Fonte: European and World Values Survey (XWVSEVS_1981_2005_v20080220.sav)

Como os dados sugerem, as dimensões sócio-econômicas elencadas determinam parte razoável da variação no índice de individualismo. Como esperado, o aumento do porte das cidades e do nível educacional ocasionam aumento no índice de individualismo. A influência contrária da variável idade não era esperada, contudo não é possível precisar se essa é uma tendência intergeracional, de diminuição do individualismo, ou se essa é uma

¹⁷ Para detalhes sobre a elaboração do índice de individualismo, ver ANEXO III.

característica dessa fase de idade de cada indivíduo. A repetição dessa bateria em outras ondas poderia dar respostas melhores a essa questão.

O comportamento e a distribuição desses “valores básicos” entre argentinos e brasileiros não são conclusivos com relação a uma tendência nos dois países. Contudo, assumindo que algumas questões apontam em direção ao individualismo e outros em direção à autonomia, é possível iniciar a análise de variáveis mais objetivas relacionadas à dimensão estatística da cultura política.

O WVS apresenta na segunda parte de seu instrumento, uma bateria de questões que, como expõe Inglehart (1997), pretende identificar padrões de opiniões mais ligado a uma posição pró-mercado, competitiva e individualista e outra pró-Estado, igualitária e coletivista. Nessa bateria o entrevistado é estimulado a se posicionar em uma escala de 1 a 10 em que os pontos extremos representam às posições expostas na Figura 5.

Figura 5 – Bateria de itens Mercado vs. Estado

V117	<i>Empresas e negócios particulares devem aumentar</i>	<i>Empresas e negócios do governo devem aumentar</i>
V118	<i>As pessoas deveriam se responsabilizar mais por elas mesmas</i>	<i>O governo deveria se responsabilizar mais para garantir boas condições de vida a todos</i>
V119	<i>A concorrência é boa porque estimula as pessoas a trabalhar mais e desenvolver novas idéias</i>	<i>A concorrência é ruim porque desperta o que há de pior nas pessoas</i>
V120	<i>No futuro, a pessoa trabalhadora consegue uma vida melhor.</i>	<i>Ser uma pessoa trabalhadora não necessariamente traz sucesso. É mais uma questão de sorte e de contatos</i>
V121	<i>As pessoas só podem enriquecer às custas dos outros</i>	<i>A riqueza pode aumentar e ser suficiente para todos</i>

Fonte: Questionário WVS (2006) – Versão português Brasil.

Em uma análise sobre essa bateria de questões, Andrews (2006) avalia a consistência interna dos itens mencionados com vistas à possibilidade de identificar um padrão de

legitimação do setor privado frente ao setor público. Após uma análise de correlações entre as variáveis da bateria, Andrews (2006, p. 424) conclui que, “De um modo geral, os resultados indicam que as quatro variáveis do WVS carecem de uma clara consistência interna. Assim sendo, não devem ser considerados como uma única dimensão, capaz de identificar a existência de uma “síndrome de cultura política” que se refira ao setor público e ao setor privado.”

Um aspecto importante do estudo de Andrews (2006) necessita ser destacado. O embasamento teórico da autora encaminha sua análise com vistas a investigar a utilidade das questões do WVS em medir uma tipologia específica de separação entre mercado e Estado, no caso, a tipologia dos “três mundos” de Esping-Andersen. A contestação do nível macro e micro das variáveis é embasada na incongruência dos resultados à luz dessa perspectiva teórica determinada.

Um outro ponto a destacar dessa bateria de itens é que tratam de escalas com opostos não excludentes. Uma escala ideal teria como seus pontos extremos duas posições auto-excludentes, ou seja, uma opinião não poderia contemplar as duas posições. Contudo, por se tratarem de temas muito controversos os pontos extremos de todos os itens não são excludentes. Essa ressalva é necessária na medida em que essa análise se limita a avaliar a *preferência* de uma posição em relação a outra. Ou seja, mesmo ciente de que é possível uma posição favorável ao aumento das empresas e negócios privados e, também, do governo, foca-se na preferência geral de uma assertiva em relação ao outro.

O teste mais aprofundado da consistência interna das questões utilizadas nessa bateria pode ser realizado por meio da análise fatorial desses itens para cada onda. Os resultados dessa análise estão expostos na tabela 7.

Tabela 7 – WVS-Análise fatorial da bateria de questões Mercado X Estado

Itens	Argentina (2)		Argentina (3)		Argentina (5)	
	1	2	1	2	1	2
Igualdade de renda	-0,466	0,132	-0,679	0,082	0,002	0,799
Propriedade do governo ou privada	0,739	0,016	0,660	0,081	0,269	-0,423
Resp. do governo ou individuo	0,683	-0,079	0,493	0,150	0,232	0,669
Competição boa ou ruim	0,630	0,255	0,409	0,523	0,793	-0,098
Trabalho leva ao sucesso	0,174	0,768	0,165	0,689	0,711	0,190
Acumulação de riqueza	0,224	-0,711	0,153	-0,746	-0,371	0,019

Itens	Brasil (2)		Brasil (3)		Brasil (5)	
	1	2	1	2	1	2
Igualdade de renda	-0,020	0,621	0,723	0,056	-0,138	0,794
Propriedade do governo ou privada	0,677	0,011	-0,003	0,699	0,085	0,624
Resp. do governo ou individuo	0,718	0,020	-0,595	0,203	0,380	0,375
Competição boa ou ruim	0,698	0,000	-0,080	0,639	0,736	0,109
Trabalho leva ao sucesso	0,327	0,517	0,546	0,189	0,652	0,004

Nota: Rotação varimax. % variação explicada pelos pares de componentes se mantiveram entre 40% e 50%.

Fonte: European and World Values Survey (XWVSEVS_1981_2005_v20080220.sav)

A análise demonstra que, para alguns itens, o alto carregamento de alguns fatores no mesmo componente, demonstram certa coerência entre as questões “Propriedade do governo ou privada” com “Responsabilidade do governo”; e “Trabalho leva ao sucesso” com “Acumulação de riqueza”. O primeiro par seria o mais adequado para observar a dimensão selecionada. As duas questões apresentam os seguintes coeficientes de correlação de Pearson em todas as amostras dos dois países juntas.

Tabela 8 – WVS-Matriz de correlação de Pierson para dois itens de estatismo

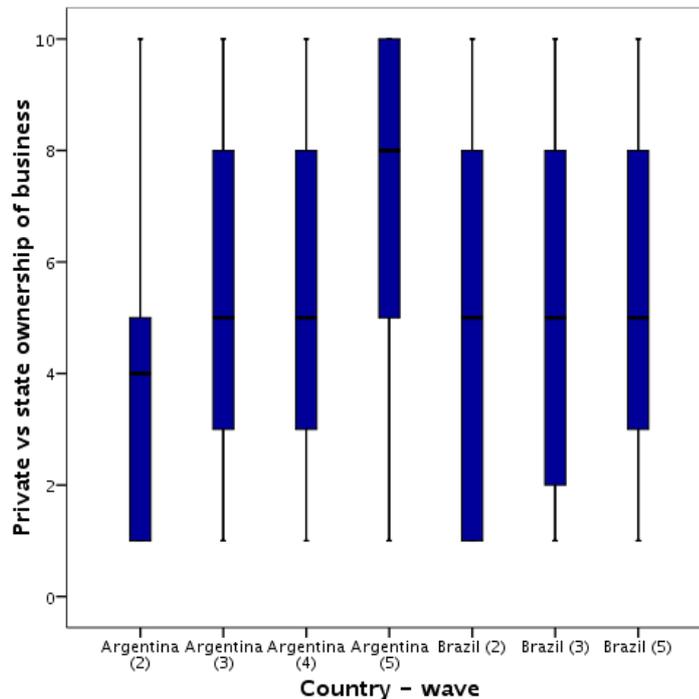
	Propriedade do governo ou privada	Responsabilidade do governo
Propriedade do governo ou privada	1 (N=8187)	,129** (N=8115)
Responsabilidade do governo	,129** (N=8115)	1 (N=8586)

**significante em 0,01

Fonte: European and World Values Survey (XWVSEVS_1981_2005_v20080220.sav)

O gráfico abaixo aponta a distribuição do primeiro item ao longo das sucessivas aplicações na Argentina e no Brasil. Os valores mais altos representam uma posição mais próxima de “Empresas e negócios do governo devem aumentar”.

Gráfico 20 – Boxplot de Propriedade do governo ou privada por país (onda)



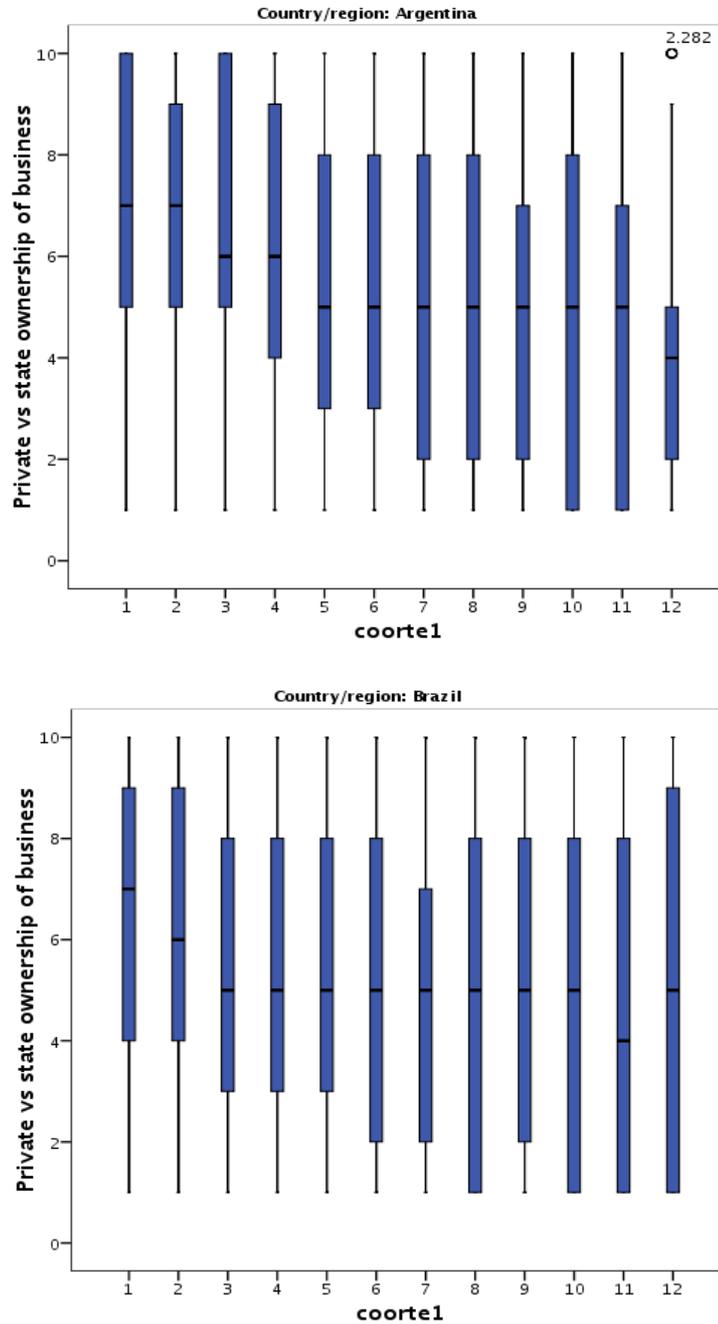
Fonte: European and World Values Survey (XWVSEVS_1981_2005_v20080220.sav)

O crescimento da proporção daqueles que preferem o aumento de empresas e negócios pode ser uma indicação de que o “estatismo” seja crescente ao longo do tempo. No entanto, se faz necessária uma análise mais aprofundada da relação dessa variável da cultura política com as mudanças estruturais.

Uma forma de se tentar captar a mudança intergeracional é por meio da análise de coorte. As coortes foram criadas em faixas de idade de 5 em 5 anos, de modo que uma faixa de idade entre “25 e 29 anos”, seja analisada como o mesmo grupo de indivíduos 5 anos mais velhos com “30 a 34 anos”¹⁸. No gráfico 21, a mesma distribuição da questão sobre empresas e negócios do governo foi analisada mas segundo as coortes. As coortes mais jovens estão à esquerda e as coortes mais velhas à direita.

¹⁸ Um quadro com as coortes criadas e a numeração das mesmas pode ser encontrado no Anexo II.

Gráfico 21 – Boxplot de Propriedade do governo ou privada por coorte



Fonte: European and World Values Survey (XWVSEVS_1981_2005_v20080220.sav)

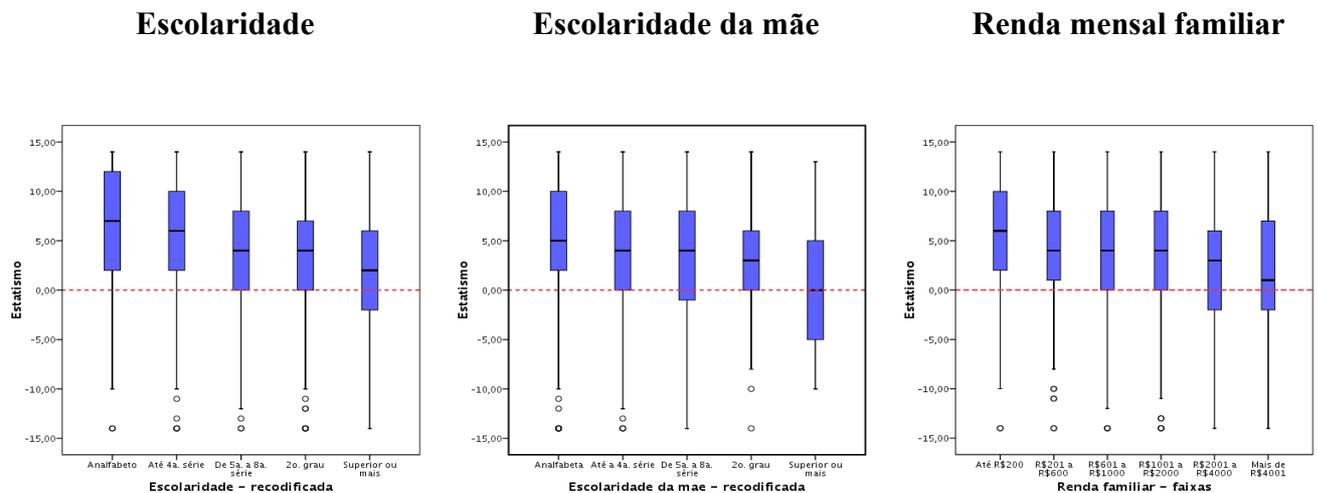
Esses resultados já trazem uma visão mais clara da tendência que essa questão apresenta. As coortes mais jovens na Argentina são significativamente mais próximas da posição de que os negócios e empresas do governo devem aumentar. Embora o Brasil não

apresente o mesmo grau de diferença entre as coortes, também é possível afirmar que as gerações mais novas tendem a se aproximar da posição estatista.

Essa questão pode refletir, de certa forma, a insatisfação apontada pelas populações de Argentina e Brasil com o processo de privatização de diversos serviços públicos ocorrido durante a década de 1990 (ANDREWS, 2006; Relatório Latinobarômetro, 2005). Contudo, é importante notar que essa é uma tendência verificada ao longo de três décadas com períodos anteriores e posteriores à esse processo.

Para Almeida (2007), essa valorização de empresas e negócios do governo está associado à baixa escolaridade do brasileiro que, com o aumento da escolaridade, tenderia a abandonar essa posição estatista. Utilizando as mesmas questões selecionadas por Almeida (2007, p. 184 e 185) para tratar do “estatismo do brasileiro”, foi criado um índice de estatismo (ANEXO III) com o objetivo de agregar todos os itens presentes nessa bateria de questões. Por meio da análise desse índice que varia de -14 (as empresas devem administrar todas as atividades) e 14 (o governo deve administrar todas as atividades), observa-se que realmente existe uma forte influência da “escolaridade” sobre esse aspecto da cultura política mas, como esperado, a variável “renda mensal familiar” e “escolaridade da mãe” também apresentam um padrão na relação com o índice de estatismo.

Gráfico 22 – Boxplot da distribuição do índice de estatismo por “faixa de escolaridade”, “escolaridade da mãe” e “renda mensal familiar”



Fonte: PESB, 2002

O próprio autor reconhece tais variáveis ao afirmar que “Mais dependentes de iniciativas governamentais, os brasileiros pobres acreditam que cabe ao Estado intervir mais na economia e na vida dos indivíduos” (Almeida, 2007, p. 179). Isso resulta de uma já reconhecida correlação entre renda e escolaridade no Brasil, além de apontar para a importância do ambiente de socialização que encontra bons indicadores nessas três variáveis.

Contudo, para o autor, “a desigualdade educacional não gera apenas desigualdade de renda. [...] Entre nós, a forma como se vê o mundo, se pela lentes liberais ou pelas intervencionistas, está fortemente condicionada pelo nível de educação. Aqui, o liberalismo não é a cultura dominante; pelo contrário, só entra na cabeça das pessoas depois que elas passam pelos bancos universitários” (Almeida, 2007, p. 209).

Uma observação mais focada nos indivíduos de alta escolaridade nos aponta que nesse segmento existe sim a predominância de um perfil menos “estatista” em relação aos demais, mas esse grupo altamente escolarizado também apresenta um desvio padrão significativo em relação a esse “grau de estatismo” (S^2 da amostra = 5,89 e S^2 de “nível superior” = 5,83) e essa dispersão pode ser explicada, em pequena parte, por sua renda como aponta a Tabela 9.

Tabela 9 - Coeficientes de regressão para índice de estatismo

	Amostra total		Subamostra Nível Superior	
	R2 ajust.	Erro Padrão Est.	R2 ajust.	Erro Padrão Est.
Renda Mensal Individual	,022*	5,8	,053*	5,69

*significante em 0,01

Fonte: PESB, 2008

A partir desses resultados, um questionamento a ser realizado é sobre o que determina essa predominância do perfil “menos estatal” ou “mais liberal”, o nível de escolaridade ou o ambiente social, os valores, as orientações e atitudes historicamente compartilhadas por essa classe de renda mais elevada?

A resposta pode vir a partir da análise agregada de todos esses grupos. Embora as mudanças estruturais apontem para o aumento de escolaridade, o aumento na renda *per capita*, na qualidade de vida, a “trajetória do desenvolvimento humano”, nos termos de

Inglehart e Welzel (2005) confrontam com uma dimensão que tende a perdurar na cultura política de Brasil e Argentina: a legitimação da autoridade do Estado.

A inter-relação entre as dimensões testadas na hipótese proposta se encontram na matriz de correlação de Pearson da tabela 10 que incluem todos os dados disponíveis de todas as ondas.

Tabela 10 – Matriz de correlação de Pearson dos indicadores de individualismo, autonomia e estatismo

-Argentina-

	Propriedade do governo ou privada	Responsabilidade do governo	Índice de autonomia	Índice de individualismo
Propriedade do governo ou priv.	1	,102**	0,02	-0,06
Responsabilidade do governo	,102**	1	0,01	-0,02
Índice de autonomia	0,02	0,01	1	-,144**
Índice de individualismo	-0,06	-0,02	-,144**	1

**significante em 0,01

- Brasil -

	Propriedade do governo ou privada	Responsabilidade do governo	Índice de autonomia	Índice de individualismo
Propriedade do governo ou priv.	1	,147**	0,03	0,02
Responsabilidade do governo	,147**	1	-0,03	0,03
Índice de autonomia	0,03	-0,03	1	-,108**
Índice de individualismo	0,02	0,03	-,108**	1

**significante em 0,01

Fonte: European and World Values Survey (XWVSEVS_1981_2005_v20080220.sav)

Finalizando, por meio dos resultados apresentados acima, não é possível negar a hipótese de que o aumento do individualismo é também acompanhado por um aumento do estatismo entre argentinos e brasileiros. Além da já conhecida relação entre as duas questões de estatismo, um aspecto muito importante levantado pela matriz de correlação é o sentido inverso da relação entre autonomia e individualismo.

Embora não tenha sido possível demonstrar uma clara tendência ao individualismo nesses dois países durante o período avaliado pelo WVS, é clara a tendência ao estatismo como foi exposto, e essas duas dimensões não são opostas como seria previsto pela hipótese alternativa.

6 – Conclusão: Uma cultura política em transformação na América Latina?

Após as décadas de liberalização econômica, esse início de século se caracteriza por uma legitimação crescente da ação do Estado por parte da opinião pública na Argentina e no Brasil. Essa situação se deve em parte às crises e reformas econômicas das décadas de 1980 e 1990, mas também tem relação com a tradição da cultura política latino-americana de matriz estatista.

Essa constatação não contradiz a tendência ao individualismo observada por Inglehart e Welzel (2005). Como propôs Catterberg (1991), as duas dimensões “individualista” e “estatista” da cultura política convivem no caso argentino, e como demonstrou-se nessa análise, não é possível afirmar que as duas tendências são opostas para as sociedades argentina e brasileira.

Como foi apontando, a tendência ao individualismo não é clara nos dois países selecionados, mas a distinção entre “individualismo” e “autonomia” verificada merece maior investigação visto que se trata de um aspecto importante da cultura política desses dois países não apontada na literatura. Para os objetivos desse trabalho, um encaminhamento a essa questão pode ser direcionado ao estudo de uma possível cultura política de caráter coletivista mas com crescente grau de autonomia individual.

Essa diferenciação entre o grau de autonomia e de individualismo sofisticaria o própria conceito de modernização que para alguns, com o crescente individualismo, tenderia a um cenário de estado natural hobbesiano de todos contra todos, que daria margem a instauração de regimes autoritários. Não é essa também a tendência com o aumento do estatismo. O apoio a uma ação mais incisiva da autoridade do Estado não está ligada a um apoio ao retorno de um regime autoritário. Esse aspecto é claro nos resultados apontados pela Tabela 11.

Tabela 11 – Matriz de correlação de Pearson para Estatismo e orientação sobre o regime político

-Argentina-

	Propriedade do governo ou privada	Ter um líder forte	Ter um sistema democrático
Propriedade do governo ou priv.	1	-,120**	,083**
Ter um líder forte	-,120**	1	-,261**
Ter um sistema democrático	,083**	-,261**	1

**significante em 0,01

-Brasil-

	Propriedade do governo ou privada	Ter um líder forte	Ter um sistema democrático
Propriedade do governo ou priv.	1	-,071**	0,04
Ter um líder forte	-,071**	1	-,048*
Ter um sistema democrático	0,04	-,048*	1

*significante em 0,05

**significante em 0,01

Fonte: European and World Values Survey (XWVSEVS_1981_2005_v20080220.sav)

Os resultados confirmam a tendência ao estatismo demonstrado nesse trabalho associado à tendência de valorização do regime democrático em detrimento de um regime autoritário, verificado pela literatura sobre democratização.

Essas conclusões específicas sobre a análise empírica embasam as seguintes conclusões sobre a questão do estudo de forma geral sobre o conceito de cultura política, sobre a mudança na cultura política e sobre os rumos da política na América Latina.

Primeiramente, como foi apontado, o conceito de cultura política necessita ser revisto para dar conta da extrema diversidade entre culturas, histórias políticas e contextos sociais. Não se propõe aqui a revisão das bases conceituais de Almond e Verba (1963), mas uma atenção redobrada aos estudos comparativos que utilizam um modelo determinado e fixo de cultura política que podem, como foi apontado, apresentar forte viés etnocêntrico.

Dessa forma, propõe-se desenvolver novos estudos e pesquisas sobre a cultura política na América Latina (seus fundamentos, sua constituição, seu papel, sua função nas sociedades latino-americanas e sua relação com a estrutura política) que dêem conta não somente de sua realidade específica, mas que vá além da mera extensão de estudos ou da

aplicação de modelos formulados com base em outras realidades sociais, culturais, econômicas e políticas. Ou seja,

... um estudo que vise a ir além da aceitação do modelo de cultura cívica deve partir dos conceitos conhecidos, dos trabalhos teóricos e empíricos realizados e dos instrumentos metodológicos disponíveis para procurar construir uma teoria de cultura política adequada às condições da América Latina (CASTRO, 2000, p. 41 e 42)

Segundo, a proposta de renascimento da cultura política levada a cabo por Ronald Inglehart (1988), entre outros, já logrou êxito visto a consolidação desse sub-campo de estudos da Ciência Política. Suas teses sobre a mudança na cultura política são fundamentais para se compreender a realidade política de diversos países do mundo hoje. No entanto, devido ao escopo de sua teoria, diversos aspectos de seus estudos demandam um aprofundamento teórico e empírico por meio de testes mais focados em culturas políticas específicas.

Esse trabalho pretendeu ser uma contribuição nesse sentido. O trabalho demonstrou que, embora suas teses sobre a trajetória do desenvolvimento humano possam ser aplicáveis à cultura política argentina e brasileira, o aspecto do estatismo é subestimado ou visto de maneira equivocada nessa teoria.

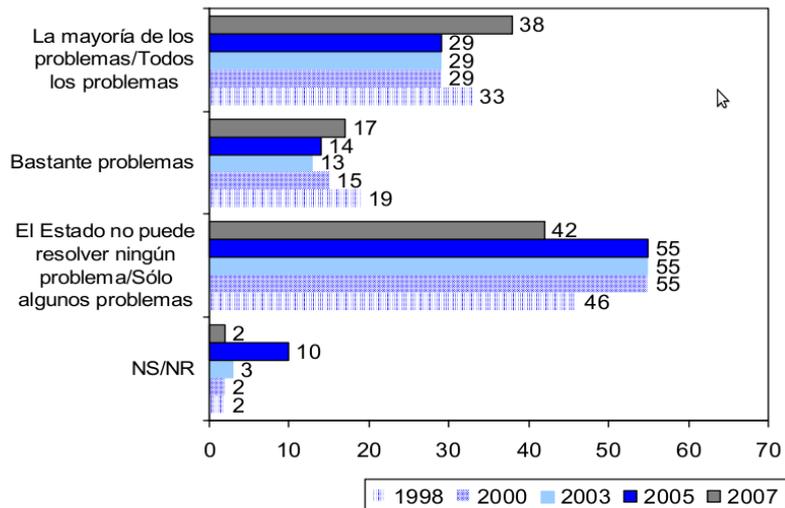
Terceiro, é importante contextualizar os resultados dessa investigação sobre a dinâmica política latino-americana. É fundamental a revisão da tradição política latino-americana para se compreender qualquer aspecto do sistema político nessa região. Como foi constatado nesse trabalho, alguns aspectos da tradição política presentes em debates dentro da teoria social latino-americana e ausentes do *mainstream* da ciência política são essenciais para se compreender os mais variados elementos da cultura política como o estatismo e o coletivismo, por exemplo.

Além disso, se faz necessária uma análise mais extensa que inclua outros países da América Latina. Como aponta a Figura 6, existem evidências de que o padrão identificado na Argentina e no Brasil podem estar presentes em demais países dessa região.

Figura 6 – Latinobarômetro: O Estado pode solucionar problemas

EL ESTADO PUEDE SOLUCIONAR PROBLEMAS AMÉRICA LATINA 1998-2007

P. Se dice que el Estado puede resolver los problemas de nuestra sociedad porque tiene los medios para ello. ¿Diría usted que el Estado puede resolver todos los problemas, la mayoría de los problemas, bastantes problemas, sólo algunos problemas o el estado no puede resolver ningún problema?



Fuente: Latinobarómetro 1998-2007

Fonte: Informe Latinobarômetro, 2007. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/>
Acesso em: outubro de 2008

Por fim, os resultados aqui apontados não foram explorados de maneira suficiente para uma interpretação mais sofisticada da relação entre cultura política e desempenho do regime político porque esse não era o objetivo do estudo. No entanto, os aspectos aqui levantados da cultura política no Brasil e na Argentina são muito relevantes para se compreender o atual quadro político latino-americano. O crescente surgimento de líderes chamados de neo-populistas, a discussão sobre a reforma do Estado, o constante debate entre auto-regulação do mercado e intervenção do Estado, o impacto das crises econômicas e políticas, entre outros, são discussões que carecem de observações e reflexões como as expostas nesse trabalho.

7 – Referências Bibliográficas

AGULLA, Juan Carlos. *La cultura política argentina (um ordenamiento temático)*. Boletín de difusión académica No. 15/96. Escuela de Defensa Nacional. Buenos Aires: 1996. Disponível em: http://www.mindef.gov.ar/edna/biblioteca/coleccion/21_2001.htm Acesso em: 03 de outubro de 2007.

ALMOND, Gabriel. Comparative political systems. *Journal of politics*, 18, p. 391-409, 1956.

_____. “*The Intellectual History of the Civic Culture Concept*”. In: ALMOND, Gabriel Abraham; VERBA, Sidney. *The Civic culture revisited*. Newbury park: Sage, 1980.

_____ e VERBA, S. *The civic culture*. Princeton: Princeton University Press, 1963.

ANDREWS, Christina W. Investigando a legitimidade: estudo de atitudes de público em relação aos papéis do Estado e do mercado. *Opinião Pública (UNICAMP)*, v. 12, n. 2, p. 407-431, 2006.

ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais na América Latina*. Belo Horizonte, UFMG, 2000.

AVRITZER, L. (Org.). *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994, p.149-181.

AYERBE, Luís Fernando. *O Ocidente e o "Resto". A América Latina e o Caribe na Cultura do Império*. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO/ASDI, 2003. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/ayerbe/ayerbe.html> (acesso em 05/02/2006)

CRAIG, Ann; CORNELIUS, Wayne. “*Political Culture in Mexico: Continuities and Revisionist Interpretations*”. In: ALMOND, Gabriel Abraham; VERBA, Sidney. *The Civic culture revisited*. Newbury park: Sage, 1980.

DEVOTO, Fernando; FAUSTO, Boris. Argentina – Brasil: 1850-200 Un ensayo de historia comparada. Buenos Aires: Sudamericana, 2008.

BAQUERO, Marcelo. *Cultura política e democracia: Os desafios das sociedades contemporâneas*. Porto alegre: Ed Univ Fed Rio Grande Do Sul, 1994.

BAQUERO, C. M. J. . Cultura Política e Neoliberalismo na América Latina. In: PINTO, Céli Regina; GUERREIRO, Hugo. (Org.). América LATina: o Desafio da Democracia nos Anos 90. 1 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/Grupo Montevideo, 1996, v. , p. 131-142.

_____. *Democracia e desigualdades na América Latina- Novas perspectivas*. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2007.

BERNDTSON, E. The Rise and Fall of American Political Science: Personalities, Quotations, Speculations. *International Political Science Review / Revue internationale de science politique*, v. 8, n. 1, p. 85-100, 1987.

BOTANA, Natalio. *El orden conservador: la política argentina entre 1880 y 1916*. Editorial Sudamericana. Buenos Aires, 1994.

_____. “*Las transformaciones institucionales en los años del menemismo*” en Ricardo Sidicaro y Jorge Mayer (comp.), *Política y Sociedad en los años del menemismo*, Buenos Aires: Oficina de Publicaciones del CBC, 1995.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1

CASTRO, H. C. de O. *Democracia e mudanças econômicas no Brasil, Argentina e Chile: um estudo comparativo de cultura política*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2000.

CATTERBERG, Edgardo. *Argentina confronts politics: political culture and public opinion in the Argentine transition to democracy*. London: Lynne, 1991.

CHILCOTE, Ronald. *Teorias de política comparativa: a busca de um paradigma reconsiderado*. Petrópolis: Vozes, 1997

- CLARKE, Harol et.al. *The effect of economic priorities on the measurement of value change: New experimental evidence*. In: American Political Science Review 93 (3), 1999.
- CONRADT, David. “*Changing German Political Culture*”. In: ALMOND, Gabriel Abraham; VERBA, Sidney. *The Civic culture revisited*. Newbury park: Sage, 1980.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro, Ed. Rocco, 1997.
- DUMONT, Louis. *Homo Hierarchicus* (o sistema de castas e sua implicação). São Paulo: EDUSP, 1992.
- ECKSTEIN, Harry. “*A Culturalist Theory of Political Change*”. In: CROTHERS, Lane; LOCKHART, Charles. *Culture and politics: A reader*. New york: St. Martin's, 2000.
- ENGE, Leonardo de Almeida Carneiro. *A Convergência Macroeconômica Brasil-Argentina. Regimes Alternativos e FragiAGULLAlidade Externa*. Brasília: FUNAG, 2005.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. 3a. Edicao. Rio de Janeiro, Editora Globo.
- FAORO, Raymundo. *A aventura liberal numa ordem patrimonialista*. Revista USP, n.17, mar./abr, 1993.
- FERES JR., João. *Aprendendo com os erros dos outros: o que a história da ciência política americana tem para nos contar*. Rev. Sociol. Polit. , Curitiba, n. 15, 2000 .
- FERRER, Aldo. *A economia Argentina*. São Paulo: Campus/Elsevier, 2006. 305p.
- FERNANDES, Sheyla et al . *Valores psicossociais e orientação à dominância social: um estudo acerca do preconceito*. Psicol. Reflex. Crit. , Porto Alegre, v. 20, n. 3, 2007.
- FERREIRA, Maria Cristina et al. *The individualism and collectivism as national culture indicators: theoretical and methodological convergences and divergencies*. Psicol. estud. , Maringá, v. 7, n. 1, 2002 .
- FERRER, Aldo. *A economia argentina: de suas origens ao início do Século XXI*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

_____. *Construção de Estados: Governo e organização no século XXI*. Rio de Janeiro, Rocco, 2005.

GARRETÓN, Manuel A. et Al. *América Latina no Século XXI*. Em *Direção A Uma Nova Matriz Sociopolítica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

GERMANI, Gino *The Sociology of Modernization: Studies on Its Historical and Theoretical Aspects with Special Regard to the Latin American Case*. New Brunswick: Transaction Books, 1981.

GOUVEIA, Valdiney V.; CLEMENTE, Miguel. O individualismo-coletivismo no Brasil e na Espanha: correlatos sócio-demográficos. *Estud. psicol. (Natal)*, Natal, v. 5, n. 2, Dec. 2000 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2000000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 Nov. 2008. doi: 10.1590/S1413-294X2000000200003.

HAGUE, Rod; HARROP, Martin e BRESLIN, Shaun. *Comparative Government and Politics. An Introduction*. Londres: MaccMillan Press, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1971.

IANNI, O. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

INGLEHART, Ronald. *Cultural shift in advanced industrial society*. Princeton-NJ: Princeton University Press, 1990.

_____. *Modernización y postmodernización: El cambio cultural, económico y político en 43 sociedades*. Madrid, CIS/Siglo XXI, 1998.

_____ e BAKER, W. “*Modernization, cultural change and the persistence of traditional value*”. *American Sociological Review*. Vol. 65, pp. 19-65, feb. 2000.

_____ e CATTERBERG, Gabriela. “*Trends in Political Action: The Developmental Trend and the Post-Honeymoon Decline*”, *International Journal of Comparative Sociology*: 43; 300-316. 2002.

_____ e WELZEL, C. *Modernization, Cultural Change and Democracy*. Cambridge University Press, 2005.

_____ e WELZEL, C. "Democratic Institutions and Political Culture: Misconceptions in Addressing the Ecological Fallacy." *Comparative Politics* 35(4): 61-79. 2003.

KRISCHKE, Paulo J. A cultura política em Porto Alegre e Curitiba: democracia, modernização e o conteúdo da razão pública. *Soc. estado.*, Jan./Apr. 2005, vol.20, no.1, p.39-71.

KWASNICKI, 'Centennial Waves of Socio-Economic Development (Socio-Economic Development and Transformation in a Long-Term Perspective)', paper presented at The Eighth International Joseph A. Schumpeter Society Conference - The Millennium Conference: Manchester/UK 28th June 1st July 2000. Disponível em: <http://prawo.uni.wroc.pl/~kwasnicki/> Acesso em: 02/07/2008.

LINZ, Juan e STEPAN, Alfred. *A Transição e consolidação da democracia – A experiência do Sul da Europa e da América Latina*, Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1996.

LUNDASEN, Susanne. Podemos confiar nas medidas de confiança?. **Opin. Publica** , Campinas, v. 8, n. 2, Out. 2002 .

MINGOTI, S. A. *Análise de Dados Através de Métodos de Estatística Multivariada: Uma Abordagem Aplicada*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

MOISÉS, J. A. *Os Brasileiros e a Democracia: Bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática, 1995.

MULLER, E. N.; SELIGSON, M. A. Civic Culture and Democracy: The Question of Causal Relationships. *American Political Science Review*. vol 88, nº 3, 1994.

NORRIS, Pipa. The growth of critical citizens? In: NORRIS, Pipa. *Critical citizens: global support for democratic government*. Oxford: Oxford Pres University, 1999

PAIM, Antonio. *A querela do estatismo*. Brasília: Senado Federal, 1998. 200p.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: A experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

_____. *Bowling Alone: the collapse and revival of American community*. New York Simon & Shuster, 2000.

PRZEWORSKI, Adam; TEUNE, Henry. *Logic of comparative social inquiry(the)*. New York: Wiley-Interscience, 1970.

RENNO, L. R. . Revisitando A Corrente Dominante da Teoria da Cultura Política. *Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais*, Brasília, v. 1, n. 1, 1997.

_____. Teoria da cultura política: vícios e virtudes. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 45, p. 71-92, 1. semestre de 1998.

_____. Confiança Interpessoal e Comportamento Político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina. *Opinião Pública*, vol. VII, número 1, 2001.

SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Editora da Universidade de Brasília. Brasília, 2000.

SCHWARTZMAN, Simon. *Atualidade de Raymundo Faoro*. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 46, n. 2, 2003, pp. 207 a 213.

_____. Nota sobre o patrimonialismo e a dimensão pública na formação da América Latina contemporânea. 2006. Disponível em www.schwartzman.org.br/simon/patrimonialismo06.pdf
Acesso em: 26/10/2007

_____. "As Eleições e o Problema Institucional (1): Estado e Sociedade no Brasil." *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, V. 14 (1977). pp.164 a 184.

SELIGSON, Mitchell. The Renaissance of Political Culture or the Renaissance of Ecological Fallacy? *Comparative Politics*, New York, p.273-292, v. 34, abr 2002.

SVAMPA, Maristella. "Cinco tesis sobre la nueva matriz popular" in *Laboratorio/on line*, *Revista de estudios sobre cambio social*, Instituto G.Germani, Fac. De Cs Sociales, Universidad de Buenos Aires. Año IV, número 15, primavera. Buenos Aires, 2004.

SKOCPOL, Theda. *States and social revolutions: A comparative analysis of france, russia and china*. Cambridge: Cambridge Univ Press, 1979. 407 p.

TOCQUEVILLE, Alexis de. Democracia en america(la). Mexico: Fondo De Cultura Economica, 1957. 877 p

TRANDIS, H.C. Toward cross-cultural studies in individualism and collectivism in Latin America. *Interamerican Journal of Psychology*, 24, 199-210, 1990.

_____, H.C. Individualism and collectivism. Boulder: Westview Press. 1995.

VITULLO, Gabriel . Teorias da democratização e democracia na Argentina contemporânea. 1. ed. Porto Alegre: Sulina (co-edição UFRN), 2007. v. 1. 278 p.

WALTER, Maria Inez. Capital social e estado no contexto latino-americano. Brasília, 2005. Tese - Universidade de Brasília, CEPPAC.

WIARDA, Howard J. The Ethnocentrism of the Social Science. Implications for Research and Policy. *The Review of Politics* 43, 2, 1981.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ANEXO I - Categorias de valores em Inglehart

Valores tradicionais	Valores seculares-rationais
<ul style="list-style-type: none"> • Deus é muito importante na vida do entrevistado • Os entrevistados acreditam que é importante a criança aprender obediência e fé religiosa em vez de independência e determinação • Os entrevistados acreditam que o aborto não se justifica em nenhum caso • Os entrevistados têm forte orgulho nacional • Os entrevistados são favoráveis a mais respeito pelas autoridades 	O OPOSTO

Valores de sobrevivência	Valores de auto-expressão
<ul style="list-style-type: none"> • O entrevistado dá prioridade à segurança econômica e física em vez da auto-expressão e qualidade de vida • O entrevistado se descreve como não muito feliz • O entrevistado não participou e não irá participar de um abaixo-assinado • Os entrevistados acreditam que a homossexualidade nunca é justificável. • O entrevistado acredita que é necessário ser muito cuidadoso ao confiar nas pessoas 	O OPOSTO

Fonte: Montado a partir de Inglehart e Baker (2000:24)

ANEXO II - Análise de Coorte no WVS

	2a. Onda	3a. Onda	4a. onda	5a. Onda
60 - 64	-	12	11	10
55 - 59	12	11	10	9
50 - 54	11	10	9	8
45 - 49	10	9	8	7
40 - 44	9	8	7	6
35 - 39	8	7	6	5
30 - 34	7	6	5	4
25 - 29	6	5	4	3
20 - 24	5	4	3	2
15 - 19	4	3	2	1

ANEXO III – Índice de Individualismo (WVS) e Índice de Estatismo (PESB)

Para a composição do índice de individualismo os itens “Ajudar pessoas”, “Evitar fazer o que os outros acham errado”, “Tradição é importante” tiveram suas escalas invertidas para acompanhar o sentido do individualismo dos demais itens selecionados. O índice é resultante da soma simples de todos os 6 itens.

O índice de estatismo é o número resultante da *soma* de todas as respostas dadas ao itens da seguinte questão: “Eu vou citar algumas atividades que em certos países são feitas só pelo governo e em outros países só pelas empresas e gostaria que o(a) Sr(a) dissesse quem deve administrar cada uma dessas atividades no Brasil. Quem deve administrar a/o(s)_____, só o governo ou só as empresas.”(Questionário PESB) As atividades citadas foram: “educação, saúde, aposentadoria e previdência social, justiça, transporte, estradas e rodovias, fornecimento de água, serviço de esgoto, recolhimento de lixo, energia elétrica, telefone fixa, telefone celular, bancos e fabricação de carros” (Questionário PESB). As respostas foram recodificadas para -1(Só as empresas), 0 (Ambos: o governo e as empresas) e 1 (Só o governo). Cabe observar que a resposta “ambos: o governo e as empresas” foi incluída com a seguinte indicação ao entrevistador: “se o entrevistado responder na primeira vez governo e as empresas, diga que a metodologia da pesquisa aceita apenas respostas 'só o governo' ou 'só as empresas' e refaça a pergunta, se mais uma vez responder ambas, circule o código correspondente”.

ANEXO IV – Questões utilizadas do *World Values Survey*

(MOSTRE O CARTÃO A)

Para cada um dos itens seguintes, indique em que medida eles são importantes em sua vida. O(A) Sr(a) diria que:
(leia cada item e assinale uma resposta)

	<i>Muito Importante</i>	<i>Importante</i>	<i>Pouco Importante</i>	<i>Não é importante</i>
V4. Família	1	2	3	4
V5. Amigos	1	2	3	4
V6. Tempo livre	1	2	3	4
V7. Política	1	2	3	4
V8. Trabalho	1	2	3	4
V9. Religião	1	2	3	4

(MOSTRE CARTÃO B)

Aqui está uma lista de qualidades que as crianças podem aprender em casa. Entre essas qualidades, quais o(a) Sr(a) acha que são as mais importantes para estimular e ensinar aos seus filhos?

Escolha até cinco respostas. (assinale até cinco opções, no máximo)

	<i>Mencionada</i>	<i>Não mencionada</i>
V12 Independência	1	2
V13. Ser trabalhador	1	2
V14. Responsabilidade	1	2
V15. Criatividade	1	2
V16. Tolerância e respeito pelos outros	1	2
V17. Saber economizar (dinheiro e outros bens)	1	2
V18. Determinação e perseverança	1	2
V19. Ter fê religiosa	1	2
V20. Não ser egoísta	1	2
V21. Obediência	1	2

Agora eu vou ler uma lista de organizações/associações voluntárias. Gostaria de saber se o(a) Sr(a) pertence e participa de cada uma delas, se pertence, mas não participa ou não pertence a essas organizações/associações. *(leia os itens e assinale uma resposta para cada)*

	<i>Pertence e participa</i>	<i>Pertence, mas não participa</i>	<i>Não pertence</i>
V24. Igreja ou organização/grupo de religião	2	1	0
V25. Organização/associação esportiva ou recreativa.	2	1	0
V26. Organização/associação artística, musical ou educacional	2	1	0
V27. Sindicato	2	1	0
V28. Partido político	2	1	0
V29. Organização/associação de meio ambiente	2	1	0
V30. Associação profissional	2	1	0
V31. Organização/associação humanitária ou de caridade	2	1	0
V32. Organização/associação de consumidores	2	1	0
V33. Outras: _____ <i>(anote)</i>	2	1	0

V95. Em que medida o(a) Sr.(a) se interessa por política? O(A) Sr(a) é: *(leia e assinale uma resposta)*

- 1 Muito interessado
- 2 Um pouco interessado
- 3 Não muito interessado
- 4 Não sou interessado

(MOSTRE O CARTÃO M)

Agora, gostaria que o(a) Sr.(a) olhasse este cartão. Vou ler algumas formas de atuação política que as pessoas podem ter e gostaria que me dissesse se já fez alguma dessas coisas, se poderia vir a fazer ou se não faria nunca. *(leia e assinale uma resposta para cada afirmação)*

	<i>Já fez</i>	<i>Poderia fazer</i>	<i>Não faria nunca</i>
V96. Assinar um abaixo-assinado.	1	2	3
V97. Participar de boicotes.	1	2	3
V98. Participar de manifestações pacíficas.	1	2	3
V98a. Participar de passeatas.	1	2	3
V98b. Participar de greves.	1	2	3
V99. Outro: _____ <i>(anote)</i>	1	2	3

Agora irei descrever algumas pessoas. Usando este cartão indique se a descrição é muito parecida, se é parecida, se é parecida com o(a) Sr(a) em algumas coisas, se é diferente em algumas coisas, diferente ou se é muito diferente do(a) Sr(a). *(assinale uma resposta para cada afirmação e leia as opções)*

	<i>Muito parecida comigo</i>	<i>Parecida comigo</i>	<i>Parecida comigo em algumas coisas</i>	<i>Diferente de mim em algumas coisas</i>	<i>Diferente de mim</i>	<i>Muito diferente de mim</i>
V80. Ter novas idéias e ser criativo é o que conta para essa pessoa. Ela prefere fazer as coisas do seu jeito.	1	2	3	4	5	6
V81. Para essa pessoa, o que importa é ser rico, ter muito dinheiro e coisas caras.	1	2	3	4	5	6
V82. O importante para essa pessoa é viver num ambiente seguro e evitar o que pode ser perigoso.	1	2	3	4	5	6
V83. Para essa pessoa é importante se divertir e fazer o que gosta.	1	2	3	4	5	6
V84. Para essa pessoa, o importante é poder ajudar as pessoas que estão próximas e se preocupar com o bem-estar delas.	1	2	3	4	5	6
V85. Para essa pessoa, o importante é ter muito sucesso e que as pessoas reconheçam suas conquistas.	1	2	3	4	5	6
V86. Ter uma vida emocionante é o importante para essa pessoa. Aventuras e riscos são parte fundamental da vida.	1	2	3	4	5	6
V87. Para essa pessoa é importante se comportar de maneira correta e evitar fazer qualquer coisa que as pessoas achem errado.	1	2	3	4	5	6
V88. Se preocupar com o meio ambiente e com a natureza é importante para essa pessoa.	1	2	3	4	5	6
V89. A tradição é importante para essa pessoa; ela segue os costumes da religião ou da família.	1	2	3	4	5	6

V117. Empresas e negócios particulares devem aumentar	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Empresas e negócios do governo devem aumentar	10
V118. O governo deveria se responsabilizar mais para garantir boas condições de vida a todos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	As pessoas deveriam se responsabilizar mais por elas mesmas	10
V119. A concorrência é boa porque estimula as pessoas a trabalhar mais e desenvolver novas idéias	1	2	3	4	5	6	7	8	9	A concorrência é ruim porque desperta o que há de pior nas pessoas	10
V120. No futuro, a pessoa trabalhadora consegue uma vida melhor	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Ser uma pessoa trabalhadora não necessariamente traz sucesso. É mais uma questão de sorte e de contatos	10
V121. As pessoas só podem enriquecer às custas dos outros	1	2	3	4	5	6	7	8	9	A riqueza pode aumentar e ser suficiente para todos	10

(CONTINUE COM O CARTÃO S1)

Vou citar o nome de algumas organizações. Para cada uma, o(a) Sr(a) poderia me dizer em que medida confia: confia totalmente, em parte, pouco ou não confia nessas organizações?

(leia e assinale uma resposta para cada item)

	<i>Confia totalmente</i>	<i>Confia em parte</i>	<i>Confia pouco</i>	<i>Não confia</i>
V131. Igrejas	1	2	3	4
V132. Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica)	1	2	3	4
V133. Imprensa	1	2	3	4
V134. Televisão	1	2	3	4
V135. Sindicatos	1	2	3	4
V136. Polícia	1	2	3	4
V137. Justiça	1	2	3	4
V138. Governo Federal	1	2	3	4
V139. Partidos políticos	1	2	3	4
V140. Congresso Nacional (Câmara e Senado)	1	2	3	4
V141. Serviço público	1	2	3	4
V142. Grandes Empresas	1	2	3	4
V143. Organizações de meio ambiente	1	2	3	3
V144. Organizações de mulheres	1	2	3	4
V145. Organizações humanitárias ou de caridade.	1	2	3	4
V146. Mercosul	1	2	3	4
V147. Nações Unidas (ONU)	1	2	3	4

Vou descrever alguns tipos de sistemas políticos e gostaria de saber o que o(a) Sr(a) pensa sobre cada um deles como modo de governar o País. Para cada um, diga se é ótimo, bom, ruim ou péssimo? (leia e assinale uma resposta para cada item)

	<i>Ótimo</i>	<i>Bom</i>	<i>Ruim</i>	<i>Péssimo</i>
V148. Ter um líder forte que não precise se preocupar com deputados e senadores e com eleições.	1	2	3	4
V149. Ter técnicos especializados, ao invés de políticos, que tomem decisões que acham que são as melhores para o país.	1	2	3	4
V150. Ter um governo militar.	1	2	3	4
V151. Ter um sistema político democrático.	1	2	3	4